

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Walquíria da Conceição Ferreira

FORMAÇÃO PRESBITERAL CATÓLICA:
Implicações e Impactos na Família

Belo Horizonte

2016

Walquíria da Conceição Ferreira

**FORMAÇÃO PRESBITERAL CATÓLICA:
Implicações e Impactos na Família**

Trabalho elaborado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dr^a. Márcia Stengel

Área de concentração: Processos de Subjetivação

Belo Horizonte

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F383f Ferreira, Walquíria da Conceição
Formação presbiteral católica: implicações e impactos na família / Walquíria da Conceição Ferreira. Belo Horizonte, 2016.
142 f. : il.

Orientadora: Márcia Stengel
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Igreja Católica - Clero - Formação. 2. Sacerdotes – Formação. 3. Família.
4. Relações familiares. 5. Igreja e sociedade. I. Stengel, Márcia. II. Pontifícia
Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 254.41

Walquíria da Conceição Ferreira

**FORMAÇÃO PRESBITERAL CATÓLICA:
Implicações e Impactos na Família**

Trabalho elaborado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Profª Drª Márcia Stengel (Orientadora) - PUC - Minas

Profª Drª Simone Pereira da Costa Dourado - UEM

Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira - PUC - Minas

Belo Horizonte, 12 de maio de 2016

*À minha mãe, Sílvia Viana Ferreira, pelo incentivo, carinho e pela efetiva presença em todas
as fases da minha vida.*

Ao meu pai, Geraldo Ferreira da Silva (in memoriam), fonte de inspiração e saudade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte e origem da vida, dos sonhos e do desejo criador que impulsiona a busca.

Ao meu esposo, Hérilo de Albuquerque Mota, pelo seu amor, compreensão e companheirismo dedicado a mim durante todo o processo desta pesquisa.

Aos meus irmãos Wagner, Wander, Wanilda, Wanderly, Waldecy e Bruno pelo carinho e incentivo que sempre souberam oferecer, acompanhando o meu percurso acadêmico e alegrando-se com as etapas vencidas.

Aos meus amados sobrinhos pelo carinho.

À minha orientadora, Prof^a. Dr^a Márcia Stengel, por me receber como orientanda, por sua imensa gentileza, solicitude e cordialidade.

Ao Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira e Prof^a. Dr^a Sônia Vieira Coelho, meus agradecimentos pela disposição para discutir o projeto, bem como por seus questionamentos e contribuições na etapa da qualificação. Ao Prof. Dr. Amauri estendo meus agradecimentos por aceitar participar da banca examinadora deste trabalho.

A Prof^a Dr^a Simone Pereira da Costa Dourado gostaria de agradecer o aceite para participar da banca examinadora.

À Prof^a. Andréa Andrade de Siqueira, pela dedicação e competência na revisão deste trabalho.

À Rosalva Maria Martins dos Santos, que, entre tantos colegas, foi parceira e se tornou amiga.

À amiga Adriana Otoni, companheira imprescindível de muitas peripécias profissionais.

Às amigas Jussara Porto e Luciana Andrade, companheiras das horas alegres e também nas dificuldades e tristezas das quais a vida não nos poupa.

Fique expressa minha gratidão aos entrevistados, que se dispuseram a retornar ao túnel do tempo para falar sobre acontecimentos que, para muitos, já eram passado, expressando, no entanto, um passado ainda não dito, não partilhado e nem endereçado. Também gostaria de deixar registrada minha admiração pelas famílias entrevistadas, as quais, através do discurso particular de cada uma, evidenciaram o desejo e os esforços inegáveis no sentido de contribuir para a formação presbiteral de seus filhos. Famílias que, embora soubessem que o processo poderia não ir até o fim, ou seja, que o filho poderia desistir da formação, e/ou o seminário poderia dispensá-lo antes da conclusão, se empenharam de forma notável para a formação e o surgimento de um novo presbítero, mesmo que, para isto, tenham enfrentado incompreensões e dificuldades de ordens diversas.

Aos entrevistados e às suas famílias, meu sincero **muito obrigada!**

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Este estudo trata da formação presbiteral católica, suas implicações e seus impactos na família, e tem, como objetivo geral, analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral. Para melhor entendimento do tema, abordamos a importância da família em uma visão histórica e social, uma vez que, em todos os campos das ciências, a função socializadora da família ocupa um lugar privilegiado. A Igreja considera a família uma das responsáveis pela pastoral vocacional, quando um indivíduo decide iniciar o processo de formação presbiteral. Isto porque a estrutura e a dinâmica da família são aspectos fundamentais que se modificam e podem intervir na própria formação presbiteral, uma vez que ela é parte importante no processo de formação de subjetividades. Para a discussão teórica apresentamos uma abordagem histórico-social do tema família; o percurso do processo de formação presbiteral e as exigências para o ingresso nele; e, finalmente, as questões que permeiam o século XXI em relação à Igreja e à família bem como suas implicações nestas instituições. Metodologicamente, utilizamos, além da pesquisa bibliográfica, uma investigação focada na abordagem qualitativa. Para tal, utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, e, para a análise dos mesmos, elegemos a análise de conteúdo (AC). Os sujeitos da pesquisa foram membros de famílias que têm um sujeito em formação presbiteral, pessoas da família de origem de seminaristas diocesanos que cursam Filosofia e Teologia, que moram no mesmo lar. As categorias analisadas foram as mudanças nas relações familiares após um dos seus membros se inserir no processo de formação presbiteral; a relação da Igreja (seminário) e as famílias dos estudantes em formação presbiteral; o sentido de ser padre na contemporaneidade para a família; e os impactos do processo de formação presbiteral na família. Atingido o objetivo da pesquisa, concluímos que o sentido de ser padre para as famílias, na contemporaneidade, se difere do sentido da Antiguidade, e que, elas, hoje, consideram o sacerdócio uma profissão como outra qualquer. Concluímos, ainda, que existe uma desvalorização para com as vocações, uma destituição do sentido de ser padre nos dias atuais, e um desconhecimento conceitual das famílias no que se refere à distinção entre vocação e profissão. Não há um consenso sobre o sentido de ser/ter um padre e as famílias dos seminaristas são afetadas em vários aspectos, desde o momento da notícia de que um dos seus membros resolveu ir para o seminário, até sua saída (por desistência ou por conclusão). Por fim, concluímos que a Igreja é ausente em relação às famílias dos seminaristas durante o período de formação presbiteral e que elas demandam apoio, atenção, esclarecimentos do processo e cuidados vindos da Igreja.

Palavras-chave: Família. Contemporaneidade. Formação Presbiteral. Igreja Católica.

ABSTRACT

This study deals with the Catholic priestly formation, its implications and its impact on the family, and has, as main objective, to analyze the meanings produced by families from the presence of one of its members in priestly formation. For better understanding of the theme, we discuss the importance of Family in a historical and social approach, considering that, in all fields of science, the family's socializing function occupies a privileged place. The Church considers the Family one of those responsible for vocation ministry, when an individual decides to start the process of priestly formation. This is because of the structure and Family dynamics are fundamental aspects that change and may intervene in their priestly formation, since it is an important part in the formation process of subjectivities. For the theoretical discussion, we presented a historical-social approach to Family's theme; the route of the priestly formation process and the requirements for entry therein; and finally, the issues that permeate the XXI century that concern the Church and the Family, and, besides, its implications in these institutions. Methodologically, we use, in addition to literature review, an investigation focused on the qualitative approach. For this, we use as instrument for data collect, the semi-structured interview, and, to analyse the data, we chose content analysis (CA). The subjects o the research were members of the families that have a member in priestly formation, people from the diocesan seminarian's origin family, who attend Philosophy and Theology courses, living in the same home. The categories analyzed were: changes in Family relationships after one of its members entering the priestly formation process; the relationship between the Church (Seminar) and the seminarian's families ; the sense of being a priest in contemporary family; and the impacts of priestly formation process in the families. Once achieved the goal of the research, we conclude that the meaning of being a priest fito the Seminarians' families, in contemporary times, differs from the sense of the Antiquity, and that today, they consider the priesthood a profession like any other. We also conclude that there is a devaluation toward vocations, a dismissal of the sense of being a priest today, and the conceptual ignorance with regard to the distinction between the concepts "vocation" and "profession". We also conclude that there is no consensus on the meaning of being / having a priest in the family, and that the seminarians' families are affected in many ways, from the moment they receive the news that one of its members decided to go to the Seminary until his departure (for cancellation or conclusion). Finally, we conclude that the church is absent in relation to the seminarians's families during the priestly formation period and that these families require support, attention, and clarifications of doubts about the process and care by the Church.

Keywords: Family. Contemporaneity. Priestly Formation. Catholic Church.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC - Análise de conteúdo

CF - Cartas às Famílias

CF 2015 - Campanha da Fraternidade

CIC - Catecismo da Igreja Católica

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DAP - Documento de Aparecida

DSI - Doutrina Social da Igreja

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EC - Emenda Constitucional

ENP's - Encontro Nacional de Presbíteros

FAJE - Faculdade dos Jesuítas

GS - *Gaudium et Spes*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISM - Indicadores Sociais Mínimos

ISTA - Instituto São Tomás de Aquino

MSC - Missionários do Sagrado Coração

OMS - Organização Mundial de Saúde

OSIB - Organização dos Seminários e Institutos Filosóficos Teológicos do Brasil

OT - *Optatam Totius*

PDV - *Pastores Dabo Vobis*

SCJ - Sagrado Coração de Jesus

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FAMÍLIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS.....	15
2.1 Família: do período tradicional à modernidade	17
2.2 Família contemporânea.....	25
2.2.1 <i>Família contemporânea no contexto brasileiro.....</i>	<i>40</i>
2.2.2 <i>Família contemporânea: fatos recentes.....</i>	<i>47</i>
2.2.3 <i>Família contemporânea: em crise?.....</i>	<i>54</i>
3 CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA E IGREJA	58
3.1 Igreja católica e sociedade	58
3.2 Família e Igreja.....	63
3.3 Formação presbiteral	70
3.4 Igreja - Século XXI: algumas considerações.....	81
3.4.1 Modelos no exercício do ministério presbiteral	89
4 METODOLOGIA.....	95
5 ANÁLISE DOS DADOS	102
5.1 Mudanças nas relações familiares.....	102
5.2 Relação entre a Igreja (Seminário) e as famílias dos seminaristas	107
5.3 O sentido de ser padre para a família.....	113
5.4 Os impactos do processo de formação presbiteral na família	119
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA	136
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	138
ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP	140

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem, como objetivo geral, analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral¹. Especificamente, pretende-se compreender qual é o significado de ter um presbítero na contemporaneidade; conhecer as exigências feitas para a formação do presbítero, as interferências desta formação na família; e, finalmente, investigar as possíveis mudanças que ocorrem na estrutura familiar do presbítero depois do mesmo ter iniciado o seu processo formativo.

A questão da interferência na família após um de seus membros ter iniciado o processo de formação presbiteral católica surge de uma experiência pessoal com a Psicologia Clínica, desde o ano de 2004, desenvolvida no espaço físico da Igreja Católica administrada pelos Missionários do Sagrado Coração (MSC). Diante dessa aproximação física que o espaço comum proporciona, colocando-me sempre em contato com os padres e seminaristas, surgiu uma relação estreita entre nós. Tal aproximação caracteriza-se, desde o início, pela partilha de conhecimento, projetos e confiança. A partir daí, percebeu-se que os próprios seminaristas indicam para o atendimento psicológico pessoas de suas relações, inclusive familiares. Estes contatos diretos e indiretos, terapêuticos e não terapêuticos, tornaram-se fatores motivacionais para propor o estudo aqui desenvolvido. Compreende-se que os discursos trazidos pelos familiares dos seminaristas são permeados de sentidos e significados que vão se organizando com o processo de formação dos mesmos e, muitas vezes, são ressignificados em função de existir um membro da família nessa formação. A inquietação para a realização desta pesquisa aumentou à medida que também foi acompanhada a diversidade dos discursos trazidos por estudantes em formação presbiteral, bem como as novas posturas e posicionamentos que estes apresentavam diante da comunidade através dos trabalhos pastorais concretizados.

Outro fator fundamental que motivou este estudo foi o contato com os seminaristas da Arquidiocese de Mariana-MG (e com seus familiares), os quais são formados em uma estrutura totalmente diferente da dos MSC. Entretanto, independente

¹ Na Sagrada Escritura, aparece o termo presbítero, que designa o ancião, o adulto já experimentado na vida, que se tornou sábio, mestre, conselheiro e guia. Aquele que recebe o segundo grau do sacramento da Ordem deve ser mestre da palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade paroquial. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2010, p.37).

da instituição em que ocorre a formação presbiteral, os MSC ou os Diocesanos, comportamentos semelhantes dos seminaristas aos comportamentos dos seus familiares são observados. Embora a vida de presbítero exija um distanciamento da vida familiar - uma vez que sua formação é voltada para que ele constitua ligações afetivas com as pessoas que irá pastorear na paróquia ou no trabalho designado - estranha-se, também, o quanto a sua família de origem se mobiliza internamente, inclusive na sua própria estabilidade, pelo fato de ter um filho seminarista que, possivelmente, virá a se tornar um padre. A desestabilização familiar se dá nas dimensões financeira, afetiva, emocional, organizacional, e também na funcionalidade do sistema da família. Observa-se, ainda, que um paradoxo se estabelece, uma vez que a função de presbítero, muitas vezes (dependendo da instituição de formação, pois não é uma regra da Igreja), impede que ele resida na mesma cidade de sua família. Diante deste fato, nota-se que é travada uma situação em que a família sofre por esse distanciamento, ao mesmo tempo em que vivencia uma sensação de poder, pois a religião católica, ainda nos dias atuais, mesmo sob denúncias e escândalos, possui prestígio inigualável.

Para melhor entendimento do tema, aborda-se a importância da família em uma visão histórica e social, uma vez que, em todos os campos das ciências, a função socializadora e matrizadora da família ocupa um lugar privilegiado. Considera-se, ainda, que para se pensar integralmente em um indivíduo, é necessário entender a sua estrutura de formação de base, no caso, a família. Neste sentido, a estrutura e a dinâmica familiares são aspectos fundamentais que se modificam, podendo intervir na própria formação presbiteral, uma vez que a família é importante no processo de formação de subjetividades, sendo considerada pela Igreja uma das responsáveis pela pastoral vocacional. Em outras palavras, quando um indivíduo decide iniciar o processo de formação presbiteral observa-se que a família teve - e tem - grande influência na sua decisão. As famílias estão mergulhadas nos processos de transformações sociais como agentes, pois é em seu interior que as transformações individuais e coletivas são maturadas, podendo desenvolver os indivíduos nos padrões sociais vigentes e, além disso, direcioná-los para suas escolhas.

A família é um tema de grande relevância, amplamente discutido pelos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais. Entretanto, na literatura, não foram encontradas referências que tratem especificamente a questão aqui proposta. Assim

sendo, este trabalho pretende investigar uma realidade ainda oculta. Consequentemente, elucidar as implicações e os impactos vivenciados pelas famílias que têm um membro em formação presbiteral poderá trazer grandes contribuições, tanto para as famílias quanto para os formadores de presbíteros, pois, como já dito, a família faz parte de todo o processo formativo. Importante destacar que, através da observação e dos diálogos com formadores de presbíteros, as casas de formação e os seminários se preocupam com todos os detalhes necessários para dar assistência aos candidatos em formação presbiteral, mas não desenvolvem nenhum trabalho específico direcionado às suas famílias. Entende-se que há uma desconsideração ou desresponsabilização das instituições formativas para com as famílias. Diante do exposto, emerge a seguinte questão: quais as ações ou atitudes as casas de formação e os seminários devem adotar diante dos possíveis problemas e dificuldades que podem vir a ocorrer nas famílias dos presbíteros em formação? Analisando estas possíveis ações, este trabalho pretende contribuir para que os profissionais envolvidos nos espaços formativos desenvolvam dispositivos e instrumentos de aproximação entre os familiares, as casas de formação e os seminários.

A tônica da pesquisa é a família contemporânea. O modelo contemporâneo de família nasceu de transformações sociais ocorridas desde os tempos modernos, mas guarda em suas normas e ou indicações de papéis e valores alguns elementos de tempos ainda mais remotos. Desta forma, foi necessária uma reflexão mais crítica sobre a família, aos ciclos das continuidades e discontinuidades históricas das relações familiares. Por esta razão, o capítulo 2 apresenta uma perspectiva histórica do tema família, fundamentando-se nos estudos do sociólogo francês Singly (2007) e de seus comentadores, bem como em alguns estudiosos brasileiros. A família é caracterizada, aqui, segundo Roudinesco (2003), e abordamos também a família contemporânea no contexto brasileiro. O modelo familiar contemporâneo é caracterizado pelo aumento da demanda de fluidez na formação dos laços eletivos e contratuais. Sob este aspecto, Singly (2007) argumenta que o quadro de fluidez e flexibilidade das relações sociais atuais não tem como consequência a desvalorização obrigatória da durabilidade e solidez e que, há hoje, uma procura de equilíbrio entre as exigências de autonomia e de segurança.

O capítulo 3 destina-se às questões referentes à concepção de Família e da Igreja

Católica. Iniciam-se as ponderações a partir da exposição acerca dos termos Igreja e Católico, sobre o vasto mundo da Igreja Católica e da forma como a mesma percebe a sociedade: reconhecendo suas transformações, dialogando com ela e promovendo projetos em prol da mesma. Em seguida, faz-se uma abordagem a respeito das instituições Família e Igreja, discorrendo-se acerca da relação entre a Família e a Doutrina Social da Igreja. Depreende-se que, diante do discurso da Igreja Católica, a Família, constituída pela via do casamento, é sagrada. Mesmo a Igreja reconhecendo os grandes movimentos e transformações pelos quais a sociedade passa, no que tange à família, a Igreja tem valores arraigados que são permanentes. Apresentam-se as exigências e o percurso do processo de formação presbiteral, mostrando o quanto a família se faz presente no mesmo. Uma vez compreendido como se dá o processo de formação presbiteral, pontuam-se questões ligadas à Igreja, que permeiam o século XXI, a saber: a pluralidade no exercício do ministério, os múltiplos posicionamentos da Igreja em relação aos seus fiéis, e, em contrapartida, dos fiéis para com a Igreja, bem como a diversidade de padres que se encontram na sociedade contemporânea.

O capítulo 4 explicita os aspectos metodológicos. Para melhor adequação ao objeto de pesquisa, optou-se por uma investigação focada na abordagem qualitativa. O método utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada e, para a análise dos dados, elegeu-se a análise de conteúdo (AC). Neste capítulo, caracterizam-se os sujeitos da pesquisa e a forma como se operou com eles. Os sujeitos da pesquisa foram membros das famílias que têm um sujeito em formação presbiteral. O convite para participar da entrevista foi extensivo a toda a família de origem do seminarista e que morava no lar. Para a realização da pesquisa, adotaram-se nomes fictícios para os sujeitos participantes.

Finalmente, o capítulo 5 foi dedicado à análise dos dados, buscando-se articular a referida análise ao referencial teórico proposto. As categorias levantadas para a análise dos dados foram: mudanças nas relações familiares após um dos seus membros se inserir no processo de formação presbiteral; a relação da Igreja (Seminário) com as famílias dos estudantes em formação presbiteral; o sentido de ser padre (para a família) na contemporaneidade e os impactos do processo de formação presbiteral na família. Após o levantamento de dados ligados a estas categorias, são feitas, por fim, as considerações finais.

2 FAMÍLIA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS

Este trabalho aborda o estudo da família como um objeto a ser compreendido na sua amplitude, ou seja, nas suas variações decorrentes das mudanças histórico-sociais. Como afirma Roudinesco (2003), a família é um tema pensado, pesquisado e discutido nas sociedades, como também em distintas vertentes políticas e acadêmico-científicas, haja vista que é um fenômeno universal. Desta forma, nas diversas sociedades há a presença da família; portanto, naturalizar o tema parece ser algo comum e até mesmo fácil. A autora menciona a família como fenômeno universal no sentido de que a união de uma mulher e de um homem pressupõe a aliança do casal (casamento) e, conseqüentemente, a filiação. Neste sentido, diz que a universalidade da família é pautada numa concepção naturalista da diferença entre os sexos. No entanto, a família é um tema complexo, pois ela não pode ser pensada apenas numa lógica naturalista. É preciso considerá-la, também, numa lógica histórico-social e cultural. Claude Lévi-Strauss, discutido por Roudinesco (2003), acrescenta que, para a existência da família, é necessária uma outra condição, que é a existência prévia de duas outras famílias: "(...) uma pronta a fornecer um homem, a outra, uma mulher, que por seu casamento farão nascer uma terceira e assim indefinidamente" (LÉVI-STRAUSS apud ROUDINESCO, 2003, p.14). O autor profere que uma família não existiria sem sociedade, ou seja, sem uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços além dos consanguíneos, e que o processo natural da filiação somente pode prosseguir através do processo social da aliança. Diante disto, constata-se que ambas as abordagens (naturalista e histórico-social) têm que ser consideradas por serem fundamentais para a compreensão da temática Família. Assim, "[...] a família pode ser considerada uma instituição humana duplamente universal, uma vez que associa um fato de cultura, construída pela sociedade, a um fato de natureza, inscrito nas leis da reprodução biológica." (ROUDINESCO, 2003, p.16). Mas, afinal, o que se entende por instituição?

O conceito de instituição, que acompanha a sociologia desde os seus primórdios, encontra subsídio em diferentes correntes e tem sido empregado em sentidos muito diversos e nos mais distintos aportes teóricos. Porém, neste trabalho, para a discussão que se empreende, adota-se a concepção de Baremblytt (1992), que, de forma concisa e clara, explicita que:

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser pautas, regularidades de comportamentos. (BAREMBLITT, 1992, p.27).

As instituições são instâncias de saber que permitem a todo tempo recompor as relações sociais, organizar espaços e recortar limites. A despeito de sua forma virtual, imaginária e simbólica, não estão desvinculadas da prática social. Cada sociedade, segundo o modelo infraestrutural a que obedece, cria um tipo de instituição, que será mantida e sustentada em todos os níveis: Estado, Família, Igreja, Escola, relações de trabalho, sistema jurídico, etc.

A família, objeto desde trabalho, é, então, uma instituição fundamental tanto para a constituição dos sujeitos quanto para a construção e permanência da sociedade e este fato se estende por toda a diversidade humana, assim como nas distintas sociedades. De acordo com o Código Civil (2002), a família pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, historicamente constituídas, que regem as relações de sangue, adoção e aliança, definindo a filiação, os limites do parentesco, da herança e do casamento. Os conjuntos de regras e normas estão expressas nas tradições e na legislação. Diante das ponderações que apontam para a importância da instituição familiar, é fundamental que se discuta sobre o tema, considerando que o homem está em constante movimento, assim como também estão a sociedade e as instituições nela inseridas. Tendo em vista a mobilidade humana, social e das instituições, pretende-se contextualizar historicamente a temática da família, uma vez que esta passou por transformações ao longo do tempo.

Roudinesco (2003), numa trajetória evolutiva histórica, distingue três grandes períodos: a família “tradicional”, correlacionada à Idade Média, a família “moderna”, cuja origem data do final do século XVIII, com declínio em meados do século XX, e a família “contemporânea” ou “pós-moderna”, que se delimita a partir da década de 1960. As transformações decorrem da dialética entre fatos históricos e suas repercussões na subjetividade do homem, que tanto é marcado pelos acontecimentos, como também os provoca.

2.1 Família: do período tradicional à modernidade

O primeiro período da família definida por Roudinesco (2003) é a família "tradicional". Esta tinha como principal objetivo garantir a segurança, o bem-estar, a preservação e a transmissão do patrimônio comum dos seus entes, envolvendo, portanto, aspectos educativos, religiosos, econômicos e políticos. A família era o centro, ou seja, seus membros a tinham como referência. Os casamentos eram arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos fosse levada em conta. Esses matrimônios serviam de instrumento para fortalecer os laços familiares e viabilizar interesses patrimoniais e econômicos. Stengel (2004) explicita que a família tradicional restringia as escolhas pessoais, mas, em contrapartida, oferecia familiaridade e proteção, uma posição estável e uma certa identidade aos seus membros.

Situada na Idade Média, vivia-se a era teológica (teocentrismo) segundo a qual o mundo era regido por Deus, centro de todas as coisas. Em termos de organização social, esta era se caracteriza pela economia ruralizada, enfraquecimento comercial, supremacia da Igreja Católica, sistema de produção feudal e sociedade estática (com pouca mobilidade social) e hierarquizada, sob o regime do feudalismo². Os senhores feudais, detentores das terras, regiam a ordem social, e os que a eles se submetiam eram os chamados servos. No interior das famílias, reproduzindo esta perspectiva, a autoridade máxima era simbolizada pelo Pai, o patriarca, que representava a figura do Deus todo poderoso, e, conseqüentemente, os outros membros da família se submetiam a ele e às suas ordens. Era uma lógica hierárquica, assentada no poder patriarcal. Roudinesco (2003, p.19) explicita que, "nessa ótica, a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino."

Romagnoli (1996) corrobora Roudinesco (2003) afirmando que esta hierarquia se apresentava de uma maneira rígida, sendo o patriarca a figura centralizadora e detentora do poder. Era ele o responsável pela organização e pela execução de toda atividade produtiva, exercendo controle tanto sobre os indivíduos, quanto sobre os

² Fonte: SuaPesquisa.com. **Idade Média**. [s.l.]. 2004. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/idademedia/>> Acesso em: 21 mar 2016.

interesses familiares. A conquista de prestígios sociais advinha do parentesco³ e da posição de determinado membro em determinada família. "Por conseguinte, o sistema de parentesco orientava o futuro dos indivíduos, participando da decisão de sucessão de fatos que devem ou não ocorrer na vida de cada um, se responsabilizando pela sua inserção social, econômica e política." (ROMAGNOLI, 1996, p.43). Aos indivíduos só restava reverenciar a vontade soberana do patriarca, líder de sua família.

Retomando Lévi-Strauss, citado por Roudinesco (2003), o que diferencia o homem do animal é que, na humanidade, uma família não seria capaz de existir sem sociedade. Historicamente, a sociedade, em razão de vários acontecimentos, sofre mudanças, as quais, por sua vez, causam impacto nas várias instituições nela presentes. Para ilustrar esta afirmação, pode-se citar a instituição familiar. Ela é impactada pelos fenômenos sociais e sofre transformações; em contrapartida, as modificações ocorridas no seio da família impactam a sociedade. É um movimento dialético, como é possível acompanhar no decurso deste trabalho.

Para melhor contextualização e compreensão histórica e, com o foco no período da família "tradicional", é importante discutir o holismo. Na pré-modernidade, a concepção de sociedade que vigorava era a holista. Esta se caracterizava por uma lógica hierárquica, mecanicista, determinista e reducionista. Os homens se organizavam em função dos fenômenos naturais e viviam no tempo (circular) da natureza, que era inquestionável. A liberdade era restrita e se dava de acordo com a organização política e/ou social vigente, bem diferente daquela do mundo moderno. Nesta visão, não havia espaço para o indivíduo, muito menos para a sua privacidade. O interesse do coletivo se sobrepunha ao do indivíduo, cuja existência era considerada, mas não possuía valor moral. Ele se encontra na sociedade como um todo. Segundo Stengel (2004), as sociedades não ocidentais ou tradicionais são pautadas por uma visão de mundo holista. "A sociedade tradicional tem como principal característica a hierarquia, bem como as noções de complementaridade e diferença que sustentam uma ordem social, a qual, por sua vez, precede e dá sentido ao indivíduo." (STENGEL, 2004, p.15).

DaMatta (1983) faz a distinção entre pessoa e indivíduo, levando à reflexão de que, na lógica da sociedade holista, deve-se referir aos homens como pessoas e não

³ Conforme Roudinesco (2003), este termo é usado em uma abordagem antropológica, que se ocupa da descrição horizontal, estrutural ou comparativa das alianças, enfatizando que cada família provém sempre da união, portanto, do estilhaçamento de outras famílias.

como indivíduos. Pretende-se, neste momento, falar sobre pessoa, termo este utilizado no holismo. Mais adiante, ao caracterizar a sociedade moderna, que se pauta no individualismo, será abordado o indivíduo.

DaMatta (1983) pondera que, no sistema brasileiro, é básica a distinção entre pessoa e indivíduo como duas formas de conceber o universo social e de nele agir. Ao utilizar a expressão “você sabe com quem está falando”, o autor estabelece a noção de pessoa e de indivíduo:

No caso do Brasil, tudo indica que a expressão permite passar de um estado a outro: do anonimato (que indica a igualdade e o individualismo) a uma posição bem definida e conhecida (que indica a hierarquia e a pessoalização); de uma situação ambígua e, em princípio, igualitária, a uma situação hierarquizada, onde uma pessoa deve ter precedência sobre a outra. Em outras palavras, o *"Você sabe com quem está falando?"* permite estabelecer a pessoa onde antes só havia um indivíduo. (DAMATTA, 1983, p.170, grifos do autor).

Para Damatta (1983), pessoa é caracterizada como uma vertente coletiva da individualidade, uma máscara que é colocada no indivíduo ou na entidade individualizada (uma linhagem, clã, família, clube, associação), que, desse modo, se transforma em ser social. "Quando a sociedade atribui máscaras a elementos que ela deseja incorporar no seu bojo, o faz por meio de rituais, penetrando por assim dizer essa coisa, que deve ser convertida em algo socialmente significativo." (DAMATTA, 1983, p.173). Ou seja, toma-se algo que antes era empiricamente dado (algo natural) como uma criança ou uma árvore para elaborar uma relação essencial, ideologicamente marcada. O autor explica que, nas sociedades tribais, a transformação da criança em pessoa implica uma série de etapas ritualmente marcadas, envolvendo quase sempre a ação física, como a perfuração das orelhas, dos lábios, do septo nasal. "É como se a totalidade estivesse penetrando o elemento individualizado, para, no momento mesmo dessa penetração, liquidar de vez com o seu espaço interno, incorporando-o definitivamente na coletividade e na totalidade." (DAMATTA, 1983, p.173). Nas sociedades holísticas a marca tem que ser usada pelo resto da vida - a sociedade imprimindo-se realmente no indivíduo. A totalidade tem precedência, a segmentação é a norma; portanto, a pessoa recebe normas do mundo onde vive, é presa à totalidade social à qual, necessariamente, se vincula; é complementar aos outros, não tem escolhas, a consciência é social. Desta forma, a pessoa é definida por um universo relacional, não

havendo uma mediação direta com a realidade social, pois há um segmento (linhagem, clã...) intermediário que faz esta mediação.

A sociedade holista valoriza a totalidade social e subordina a pessoa a ela. A sociedade é uma totalidade natural e a pessoa nada é sem ela. A este modelo de sociedade corresponderia uma família hierárquica, como a "tradicional" ou "patriarcal", na qual a própria família é o centro e cuja finalidade é garantir a segurança, o bem-estar, a preservação e a transmissão do patrimônio comum. A família é, aqui, considerada como uma instituição sólida, na qual, seus membros, estando o tempo todo subordinados a ela, são amparados pela mesma.

Uma outra questão significativa deste período da pré-modernidade diz respeito ao lugar ocupado pela criança na família. Ariès (2006) descreve que na Idade Média não havia um sentido de infância, tal como um estágio específico do desenvolvimento do ser humano. A fragilidade da infância era reconhecida apenas na fase de dependência para necessidades básicas; após adquirir autonomia, a criança começava a participar da rotina dos adultos a fim de ajudar e aprender tarefas domésticas e ofícios. O processo de transformação teria se dado nos fins da Idade Média, sendo apontado pelo autor um novo hábito como marca desse processo: o ato de mimar e paparicar as crianças, mas com uma finalidade de entretenimento dos adultos, especialmente da elite. Já no século XVII, emergiu uma preocupação com a moral e a educação das crianças, dando origem à instituição escolar, que, no entanto, possuía finalidade mais disciplinadora do que instrutiva, e tinha caráter segregador. As crianças eram enviadas para locais distantes e ficavam separadas da família por longos períodos. Aos poucos, a escolarização das crianças foi provocando um movimento de emersão da família moderna, “como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola” (ARIÈS, 2006, p.159).

A família "moderna" é o segundo período da família definida por Roudinesco (2003), que se deu entre o final do século XVIII e meados do século XX, tornando-se o receptáculo de uma lógica afetiva. De acordo com a autora, a família moderna se caracteriza por se fundamentar no amor romântico, pela reciprocidade dos sentimentos e desejos carnis entre o par, pela divisão de trabalho entre os cônjuges e pela atribuição da autoridade dividida entre o Estado e os pais, de um lado, e, do outro, entre os pais e as mães. Diferentemente da sociedade medieval, a criança, que era desprezada em sua especificidade e inexistente em suas diferenças, na sociedade moderna é resgatada como

trunfo do universo doméstico, centro da atenção dos familiares e educadores, que passam a se responsabilizar pelo desenvolvimento integral da capacidade infantil, seja ela física, mental ou moral. A infância passa a ser definida como um período de ingenuidade e fragilidade do ser humano, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade. Este é um fato importante, pois "é a família que vai proporcionar a preparação dos infantes para a vida, guiando-os da infância para a idade adulta, erguendo um muro entre eles e a sociedade - o muro da vida privada. Paralelamente, em torno da criança, ocorre uma nuclearização da família." (ROMAGNOLI, 1996, p.31).

Em contrapartida, o Estado interfere nas famílias e nas relações através de programas e projetos públicos. Politicamente, por exemplo, o Estado propõe, nesta época, o movimento higienista, com o objetivo de constituir cidadãos. Deste modo, o Estado organiza, ordena e controla a família.

A família moderna é, assim, vigiada. Por exemplo, foram criadas, no século XIX, regras jurídicas para limitar o direito da punição paternal. O pai não é mais o chefe incontestável da família, a família não é mais "patriarcal". O interesse da criança é uma noção que serviu (e serve) de justificativa para as intervenções do Estado na família. Assim, no momento em que Émile Durkheim escreve seu curso, um inspetor da Assistência Pública quer instituir um sistema preventivo para todas as crianças, graças às leis de higiene social. Ele aprova o fato de que "brechas foram abertas nas paredes das moradas, por onde a sociedade procura ver e penetrar para defender a criança, se for preciso". As preocupações sanitárias e educativas servem para legitimar esse olhar sobre a conduta dos pais. (SINGLY, 2007, p.33, grifos do autor).

Singly (2007) confirma que a privatização incontestável da família moderna é, de alguma forma, uma ilusão, porque é acompanhada de uma grande intervenção do Estado e das instituições. Para Durkheim (apud SINGLY, 2007), o Estado tende a substituir a dependência existente entre as gerações; uma solidariedade estatal, ou seja, o Estado ajudou e ajuda a diminuir os laços de dependência da família em relação à solidariedade da parentela, da vizinhança, da mulher em relação ao homem, e das crianças em relação aos seus pais. Esta independência dos antigos laços resulta numa menor autonomia da família. Mas a família, ainda assim, é fortalecida na sua legitimidade e no seu poder por toda a sociedade, que vê nela um mecanismo regulador fundamental. Conforme explica Romagnoli (1996, p.32), a família é "uma célula, pretensamente, estável e equilibrada, responsável pela mediação do público com o privado, geradora da ordem social."

Nos estudos de Singly (2007), a família moderna é referida como a primeira tipologia familiar ou "família moderna 1". Ele assinala a evidência entre a instituição casamento e a focalização nas relações interpessoais, verificada em todos os meios sociais, durante meio século (1918-1968). O autor pontua, por exemplo, o fato de o homem trabalhar fora do âmbito doméstico para ganhar o provento da família e de a mulher ficar em casa para tornar o interior aprazível, ocupando-se das crianças e do marido, assegurando a felicidade de cada um. Ele considera que a característica marcante desta primeira tipologia da família é a valorização da instituição do casamento. A família moderna é centrada no grupo conforme pondera e justifica Stengel (2004, p.20): "(...) os adultos estão a serviço do grupo familiar e das crianças, cumprindo funções distintas entre homens e mulheres que visem a felicidade do grupo, e a instituição do casamento é valorizada, pois só ela é capaz de garantir a realização destes objetivos". A esta perspectiva de organização familiar, Singly (2007) dá o nome de "família feliz", que visa a felicidade de cada um dos seus membros. Para Stengel (2004), ainda hoje este modelo é tomado como referência de família, lembrada com nostalgia, sendo considerada a família ideal. Entretanto, Kehl (2003, p.163) avalia:

[...] não podemos jamais esquecer: que a família nuclear 'normal', monogâmica, patriarcal e endogâmica, que predominou entre o início do século XIX e meados do XX no ocidente (tão pouco tempo? Pois é: tão pouco tempo) foi o grande laboratório das neuroses tal como a psicanálise, bem naquele período, veio a conhecer. (KEHL, 2003, p.163. Grifos da autora).

Pelo exposto, faz-se necessária uma reflexão sobre o que seria um modelo ideal de família, até mesmo porque a mobilidade das configurações familiares está concomitantemente relacionada a novas formas de convívio, a novos cenários sociais. Novas condições de sociedade não permitem mais que se sustentem tais configurações de família a não ser às custas de grandes renúncias e/ou infelicidade de uns em prol dos outros. Assim, seria sem sentido a intenção de recuar no tempo visando encontrar um modelo de família ideal, até mesmo porque, se isto fosse feito, que modelo seria este?

Fundamentadas no amor romântico, as uniões conjugais, no modelo da família moderna, se davam pela liberdade no amor e pela escolha recíproca entre o casal. No casamento moderno havia uma segurança, mas pouca liberdade entre os cônjuges em relação ao que estava por vir na era pós-moderna. Valia-se da expressão "Até que a

morte nos separe". Ainda assim, a família moderna promove muito mais liberdade em relação à família tradicional - patriarcal. Tem-se a impressão de que, na era moderna, o termo segurança circunda tanto as famílias como a sociedade.

Entretanto, a família se vê ameaçada em sua coesão pelo desenvolvimento do individualismo característico da modernidade, na medida que contrapõe a vontade do sujeito ao interesse do grupo familiar. Como explica Leite Filho (2012), o nascimento do indivíduo moderno ocorre quando o homem deixa de ser apenas ser social para se tornar um ser de direitos e, portanto, um ser individual. O indivíduo é uma figura recente no cenário humano, passando, então, a integrar a realidade humana e tornando-se, inclusive, o seu centro. Tudo passa a ser orientado pelo indivíduo, e, do seu lugar, giram todas as coisas. O indivíduo se torna uma categoria de entendimento do mundo a partir do ser humano. Desta forma, percebe-se a transformação da consideração do homem, da ênfase na vertente social para a ênfase na vertente individual. Isto se dá, a princípio, pela mudança da ideia do direito natural e pelo surgimento do Estado enquanto fundamento da sociedade, como explicita Leite Filho (2012):

Para os modernos, sob influência do individualismo cristão e estoico, aquilo a que se chama direito natural (por oposição ao direito positivo) não trata de seres sociais mas de indivíduos, ou seja, de homens que se bastam a si mesmos enquanto feitos à imagem de Deus e enquanto depositários da razão. Daí resulta que, na concepção dos juristas, em primeiro lugar, os princípios fundamentais da constituição do estado (e da sociedade) devem ser extraídos, ou deduzidos, das propriedades e qualidades inerentes no homem, considerado como ser autônomo, independentemente de todo e qualquer vínculo social ou político. O estado de natureza é o estado, logicamente primeiro em relação à vida social e política, em que somente se considera o homem individual. (LEITE FILHO, 2012, p.15).

O mesmo autor pondera que, sob a influência do individualismo, os indivíduos têm prevalência sobre a sociedade e não o contrário, conforme ocorria nas sociedades holistas. Leite Filho (2012) também expõe acerca de uma lógica de sociedade individualista, na qual, ao contrário da holista, o indivíduo tem uma mediação direta com a realidade e seu universo social é composto por regras universais e impessoais. Em contrapartida, Stengel (2004, p. 16), explicita que, na lógica individualista, "o indivíduo existe como um valor e sua identidade é radicada em sua própria história e em suas escolhas pessoais." A ideia de indivíduo foi construída considerando-o como o foco e o centro do universo, contendo dentro de si a sociedade. Esta ideia, de acordo com DaMatta (1983, p.172), recebeu duas elaborações distintas, sendo uma vertente

mais individualizante, com ênfase ao "eu individual", e outra vertente voltada para o indivíduo natural ou empiricamente dado, que "é a elaboração do seu polo social" (DAMATTA, 1983, p.172). Em outras palavras, o que o autor defende é que, esta vertente desenvolvida pela ideologia, não é mais a da igualdade paralela de todos, mas a da complementaridade de cada um para formar uma totalidade, que só pode ser constituída quando se tem todas as partes. Desta forma, "em vez de termos a sociedade contida no indivíduo, temos o oposto: o indivíduo contido e imerso na sociedade". (DAMATTA,1983, p.172). Para ele, a noção de pessoa é a de uma entidade capaz de remeter ao todo, e não mais à unidade, e, ainda, como o elemento básico através do qual se cristalizam relações essenciais e complementares do universo social. Na vertente mais individualizante, o indivíduo é definido como o homem repositório de sentimentos, emoções, liberdade, espaço interno, capaz de pretender a liberdade e a igualdade, sendo a solidão e o amor dois de seus traços básicos. Esta ideia também contempla um dos seus direitos mais fundamentais: o poder de optar e escolher. Assim, na lógica individualista, a parte é, de fato, mais importante que o todo.

O Estado passou a ser o ponto de partida para o processo de individualização da antiga sociedade medieval para a nova sociedade moderna. Surge a sociedade civil como a associação dos indivíduos que se reúnem e, por um acordo, estabelecem a organização social que terá por missão a defesa de seus interesses e o controle das ações que o homem em seu estado de natureza não poderia realizar. O individualismo moderno, aqui referido, que predominou até os anos sessenta do século XX, é um individualismo revolucionário, que tinha dois pressupostos básicos, conforme pondera Leite Filho (2012): a busca de igualdade para todos, em oposição direta contra as hierarquias, e a luta e afirmação da liberdade contra toda forma de tradição. Esta busca pela individualização permeou quase todo o final do século XIX e metade do século XX, período em que a liberdade era entendida como autonomia.

Enfim, durante a primeira metade do século XX, foram frutificando as sementes da nova organização familiar, cujos princípios foram gerados no fim da Idade Média. Esta passagem se deu progressivamente, e os próprios fundamentos que instituíram a família moderna propiciaram a sua transformação. A família centrada na tríade pai-mãe-filho, com um lar protegido, fonte de afeição e realização pessoal favoreceu o desenvolvimento de uma nova ordem subjetiva, presente tanto nas relações

familiares, como em todo o tecido social, avalizado pela ciência e por políticas de garantias individuais. Roudinesco (2003, p.21) assinala que, “à família autoritária de outrora, triunfal ou melancólica, sucedeu a família mutilada de hoje, feita de feridas íntimas, de violências silenciosas, de lembranças recalçadas”.

A seguir, discute-se mais amplamente a família contemporânea, objeto deste estudo.

2.2 Família contemporânea

A partir dos anos da década de 1960, quando a modernidade na Europa muda de direção e entra no período denominado por Giddens (apud Singly, 2007) de “modernidade avançada”, a família atribui peso ao processo de individualização. Singly (2007) aborda a individualização das relações familiares, especificamente na França, estabelecendo associações entre as mudanças da modernidade: a redução da taxa de fecundidade, o aumento da esperança de vida e, conseqüentemente, a crescente proporção da população com mais de 60 anos, mas também o declínio da instituição do casamento e da espaiada aceitação social do divórcio e seus efeitos na família.

Tanto as mudanças da lei do divórcio quanto as da política familiar mostram que a lógica individualista é mais forte que o familismo, que defende um modelo em prol do grupo, ou seja, centrado na família. O Estado passa a ser avalista da individualidade e uma de suas funções é criar condições para que o indivíduo possa ter os meios para o seu próprio desenvolvimento pessoal. Por exemplo, na França, o Estado desempenhou e desempenha um papel decisivo na organização da família. Primeiramente, enfraquecendo a autoridade do pai por meio da escolarização obrigatória. Constata-se que no início do século passado as crianças eram alfabetizadas em casa, através da presença de tutores. Desta forma, os pais tinham acesso direto à escolarização dos filhos. Atualmente, o Estado impõe a escolarização obrigatória, que deve acontecer fora do ambiente doméstico; assim, os pais não têm controle no processo escolar dos filhos. Este fato contribui para o enfraquecimento da autoridade dos pais. Em segundo lugar, o Estado interfere na organização familiar por transformar certas situações em "riscos familiares", que demandam seu apoio. Como exemplo, pode-se citar uma nova política estatal, que eleva a figura da mãe como executora das políticas públicas no mundo

doméstico, trazendo, como consequência, um duplo movimento: o enfraquecimento da autoridade do pai e o fortalecimento da autoridade da mãe. No Brasil, os projetos que se referem às políticas públicas do Bolsa Família e o da Minha Casa Minha Vida devem ser assinados e recebidos pela mulher (mãe). Desse modo, o Estado potencializa as mulheres. Segundo Donzelot (1980), esse empoderamento feminino vai se constituir, também, em um abalo à autoridade paterna.

Essas mudanças, entre outras, levam ao terceiro período na evolução da família, referido por Roudinesco (2003): a família "contemporânea" ou "pós-moderna", à qual Singly (2007) designa pelo termo de "família moderna 2" e/ou família da segunda modernidade. Neste trabalho, optou-se por adotar o termo "família contemporânea", que corresponde ao período de instauração de um compromisso entre as reivindicações dos indivíduos para se tornarem autônomos, e seus desejos de continuarem a viver na esfera privada com uma ou várias pessoas próximas, ou seja, uma família individualista e relacional. Para Peixoto e Cicchelli (2000, p.7), "a individualização crescente das sociedades ocidentais se inscreve na família na forma de uma busca, de uma sustentação identitária assegurada pelos próximos."

Segundo estes autores, as situações familiares investigadas pelos estudiosos europeus podem ser consideradas próximas àquelas encontradas na sociedade brasileira. Além disto, para eles, as principais questões deste campo de estudo são analisadas à luz do processo de individualização da família contemporânea, processo que também é marca na nossa sociedade. Singly (2007) argumenta que as transformações da família têm uma grande coerência, uma vez que tudo remete ou a uma demanda, explícita ou não, de autonomia pessoal, ou a uma desvalorização dos elos de dependência em relação às instituições e aos indivíduos. O autor focaliza os comportamentos interpessoais nos âmbitos conjugal e parental, procurando demonstrar que, nas sociedades contemporâneas ocidentais, os indivíduos se diferem das gerações precedentes devido ao surgimento do indivíduo original e autônomo, resultante da imposição das sociedades imperativas, as quais fazem vigorar razões tanto ideológicas quanto objetivas.

O período pós-moderno ou contemporâneo é marcado por vários movimentos políticos, sociais e ideológicos. Primeiramente, podemos recordar o *Maio de 1968* (França) - uma grande onda de protestos através de discursos nas ruas e nas

universidades, em cartazes e muros, que teve início com manifestações de estudantes franceses para pedir reformas no setor educacional. Este movimento mudou profundamente as relações entre raças, sexos e gerações na França, e, em seguida, no restante da Europa. No decorrer das décadas, as manifestações ajudaram o Ocidente a fundar ideias como a das liberdades civis democráticas, a dos direitos das minorias, e a da igualdade - entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre heterossexuais e homossexuais.

Do ponto de vista da sexualidade como território conjugal, as comunidades que surgiram nesse movimento demandaram o fim da fidelidade, do ciúme e recusaram o que é considerado propriedade abusiva do parceiro. Singly (2007, p.143), pontua que “na época contemporânea, o lugar crescente da sexualidade é bem um signo da importância dos territórios comuns dos casais”, ao contrário do século XIX, quando, para a burguesia, o homem casado podia muito bem ter uma amante, o que não era permitido à mulher. O símbolo social do território conjugal, ou seja, a sexualidade restrita e exclusiva ao casal, é desconstruído. A fidelidade se torna signo de uma apropriação abusiva de si pelo parceiro e da qual é preciso liberar-se. Porém, na contemporaneidade, a fidelidade conserva seu estatuto na família, inclusive no período chamado de "revolução sexual" (SINGLY, 2007, p.144). De acordo com o autor, a fidelidade permanece como um ideal declarado, que demonstra que o princípio da livre disposição de cada um tem seus limites.

Essa exigência se inscreve, como assinala Michel Bozon, em uma "vontade de reciprocidade" e que se baseia na "obrigação moral de levar em consideração as necessidades e os desejos do parceiro". Mas, conforme a duração da vida conjugal, ela tende a se amenizar. A tensão entre a confirmação do elo conjugal e do respeito mútuo não diminui a exigência de se manter uma certa independência, bem ao contrário. [...] Essa aceitação da fidelidade revela que o princípio da liberdade de cada um de dispor de si mesmo tem fronteiras sociais, inclusive nos casais que acreditam ser os mais modernistas. No "pote comum" dos casais, existe a sexualidade, inseparável da vida afetiva. (SINGLY, 2007, p.144, grifos do autor).

Após o Maio de 1968, entre os vários fatos e movimentos políticos, sociais e ideológicos do período contemporâneo, merecem destaque os movimentos de contracultura, como, por exemplo, *o movimento hippie*, cujo lema era paz e amor. Diante da proposta de liberdade sexual, o movimento conseguiu mobilizar uma enorme quantidade de pessoas. Os hippies lutaram, também, pela ampliação dos direitos civis e

pelo fim das guerras que aconteciam naquele momento, e se colocavam como uma voz ativa contra algumas ações políticas da época. *O movimento feminista*, em sua segunda onda, lutava pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Para Singly (2007), o movimento das mulheres, mais importante a partir dos anos da década de 1960, esteve associado à maior escolarização das mulheres, através da qual elas buscavam a sua independência. Destaca-se, também, o *surgimento da pílula anticoncepcional*, que proporcionou liberdade de decisão à mulher por ter filhos ou não, quantos e quando tê-los. Enfatiza-se ainda, a questão da *valorização da mulher no mercado de trabalho*, o que, segundo Singly (2007), é muito significativo, já que deixa a porta aberta, no sentido de que as mulheres entram no mercado assalariado de trabalho através de um patrão, homem, que não é seu parceiro. Desta forma, o trabalho aumenta a autonomia relativa da mulher. Isso difere de períodos anteriores, em que as mulheres de artesãos e/ou agricultores que trabalhavam nos empreendimentos familiares, reforçando os laços do casamento, ao se separarem do marido, perdiam também o seu trabalho. Outro fato a ser evidenciado é a *divisão das responsabilidades entre os cônjuges*, pois, através desta divisão, ambos têm compromisso com a educação dos filhos e com as tarefas domésticas. Neste aspecto, Singly (2007) pondera sobre o sentimento de fuga dos homens, no sentido de realizar certas tarefas:

É assim que o homem pode manifestar, aparentemente, sua boa vontade, aceitando participar das tarefas domésticas, mas conseguindo não fazer direito aquilo que lhe é solicitado. [...] 'não é que não quero fazer, é que não penso em fazer. (SINGLY, p.156, grifos do autor)

Apesar da tentativa da divisão das responsabilidades entre os cônjuges, ainda há uma desigualdade e os homens levam vantagem. A atribuição do trabalho doméstico é ainda uma constante da definição do gênero feminino. Por último, deve ser citado o *movimento pelos direitos dos homossexuais*. No Brasil, o movimento homossexual é uma série de manifestações sócio-político-culturais em favor do reconhecimento da diversidade sexual e da promoção dos interesses dos homossexuais diante da sociedade brasileira. O movimento em si não tem uma data de início específica, mas as manifestações contra o preconceito que se exercia contra as pessoas homossexuais pode ser sentida a partir da década de 1960, com especial ênfase na década de setenta, depois da abertura política.

Leite Filho (2012), em suas análises, também aponta traços fundamentais da

sociedade contemporânea. Ele considera que as esferas desta sociedade são dominadas por novos eixos de ordenação. Por exemplo, na esfera da cultura predomina o hedonismo - que consiste na busca pelo prazer - como marco referencial do comportamento e das relações humanas. A racionalidade funcional é o princípio vigente na esfera econômica e técnica. A esfera político-governamental é regida pela legitimidade alcançada pelos sujeitos políticos. Também a sociedade contemporânea é considerada como de consumo, ou seja, o ato de consumir tornou-se um estilo de vida, uma necessidade do indivíduo em suas interações no convívio social. É uma sociedade onde as figuras representam muito mais do que valem na prática, ou seja, é a cultura do simulacro. O indivíduo contemporâneo contempla a sua própria imagem, é narcísico. O autor explica que:

[...]o narcisismo é efeito do crescimento de uma lógica social individualista hedonista impulsionada pelo universo **dos objetos e signos**, e de uma lógica terapêutica e psicológica elaborada a partir do século XIX com base na abordagem psicopatológica. (LEITE FILHO, 2012, p.38, grifos do autor).

Pode-se dizer que a sociedade contemporânea é uma sociedade voltada para o lazer e o divertimento. Como consequência disto, notam-se os sinais da nova percepção de realidade da civilização pós-moderna. "Existe uma perda de sentido histórico, ou seja, esvazia-se a capacidade do ser humano viver tendo como horizonte uma história, tradição cultural, etc." (LEITE FILHO, 2012, p.30). Desta forma, contempla-se o presente, o momento imediato, só havendo interesse pelo instante, desconsiderando o passado e o futuro. Enfatiza-se o efêmero, ou seja, algo com pouca durabilidade, algo passageiro. Há também uma busca pelo bem-estar pessoal e absoluto, entendido como ideal de saúde, e uma exacerbação da imposição da escolha, razão pela qual é impossível deixar de escolher. Leite Filho (2012) elucida que:

Neste sentido, o desejo supera a esfera da necessidade que passa a ser ilimitado. Com isto alcançamos o estágio da pura indiferença de nossa sociedade, em que tudo é banalizado, inclusive o mal. Existe aí um desinvestimento no emocional acentuando a indiferença nos homens. É importante também nesse esforço de caracterização de nossa sociedade que ela é uma sociedade de massas. A massa não tem identidade. É o típico exemplo das cidades modernas onde andam multidões de pessoas sempre indo e vindo, parecem zumbis. (LEITE FILHO, 2012, p.31).

Como consequência dos movimentos citados, Singly (2007) defende que as

trajetórias familiares conhecem uma maior mobilidade conjugal, os períodos de vida de solteiro ou "*en solo*" são mais frequentes e, por vezes, mais longos. Neste contexto, surge o pluralismo familiar, como resultado de uma transformação profunda das relações de gênero e da emergência de um novo equilíbrio entre a autonomia individual e o pertencimento familiar. Por conseguinte, estes abalos sociais contemporâneos interferem no modelo inicial de família moderna, culminando em um processo de diferenciação da sociedade, do indivíduo e da própria família, gerado nos primórdios da modernidade, e que vem se propagando.

O período contemporâneo se caracteriza pelo maior domínio do destino individual e familiar devido a dois fatores. Primeiramente, devido ao sistema de valores que aprova a autonomia e, em segundo lugar, pela recusa dos indivíduos em seguir costumes referentes ao desempenho dos papéis sociais de marido e esposa das gerações passadas. Por conseguinte, ocorre um duplo movimento: o de recusar a instituição do casamento e o de criticar a divisão do trabalho entre os sexos. Desta forma, ainda que a ideia geral da função da família permaneça - "a família, agência de socialização primária, que produz indivíduos adultos para ingressar na sociedade como mantenedora da ordem" (ROMAGNOLI, 1996, p.36) - nas sociedades contemporâneas, novas questões surgem, haja vista que, diante da autonomia individual, pergunta-se: será que os filhos estão ou não interessados na perpetuação das aspirações familiares e sociais, sendo que eles estão sempre enfatizando o seu direito de escolha? No que se refere a esta questão, Romagnoli (1996) explica que, sem se dar conta, a família passa a produzir o filho-indivíduo e não mais o filho-descendente ou filho herdeiro. Este passa a perseguir interesses particulares que envolvem satisfação e gratificação imediatas. "Dono da sua própria vida, hedonista em sua essência, e pretensamente 'ativo' no processo de construção das suas escolhas, sejam elas profissionais, amorosas, sexuais, etc, - eis o novo produto da célula social!" (ROMAGNOLI, 1996, p.36, grifo da autora).

A união entre os cônjuges, nas famílias contemporâneas, ilustra bem este novo produto da célula social. A união se dá durante um período de duração relativa, ou seja, até que um dos dois resolva romper a relação.

O casamento não é mais uma instituição que, ao mesmo tempo, marca o início da vida em comum e a protege. A vida conjugal tornou-se instável ou, mais exatamente, sua fragilidade mudou de sentido em relação a outras épocas. Doravante, são os atores sociais que decidem se separar; não é mais a morte que desfaz os casais, como a mortalidade das mães no nascimento de

um dos filhos, ou a mortalidade dos pais, principalmente por acidente de trabalho. (SINGLY, 2007, p. 128).

A fragilidade das uniões reflete o primado da focalização nas relações, nas necessidades afetivas. O casamento consiste em dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual, conforme Roudinesco (2003). Em casos nos quais não há realização sexual ou ocorra um deslize que não esteja de acordo com uma das partes, a separação é acertada. Consequência disto, em relação à filiação, é que a transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais problemática, à medida que os divórcios e recomposições (recasamentos) conjugais aumentam. A lógica do amor, na era contemporânea, perpassa pela condição dos cônjuges se amarem, ou seja, se não houver satisfação para um dos dois, estes se separam, pois o elemento central não é mais o grupo reunido e sim, os membros que compõem a família. Sendo assim, a família se transforma em um espaço privado na constituição dos indivíduos.

Singly (2007) destaca a fragilidade das uniões conjugais, uma vez que as alianças se dão pela via do amor. No segundo período da família contemporânea, como já foi dito, o que pauta as relações é o hedonismo, a satisfação individual de cada uma das partes. Desta forma, nas relações conjugais em que o amor e o prazer findam, a solução é o divórcio. Corroborando as constatações de Roudinesco (2003), Singly (2007) aponta, como consequência das separações, os recasamentos. A união livre ou a coabitação também faz parte deste processo, uma vez que passa a ser percebida como uma forma mais flexível, passível de se ajustar aos interesses individuais.

A lógica afetiva que foi durante muito tempo externa à família e ao casamento (o mito do amor se construiu contra o casamento por interesse) terminou por entrar na instituição do casamento. Durante o primeiro período da família contemporânea, acreditamos que a fusão entre esses dois elementos seria durável. Ora, o peso das exigências por afeição foi progressivamente minando a instituição. No seu ensaio *L'amour et L'Occident*, Denis de Rougemont teve a intuição, já em 1939, de que o verme do amor estava no fruto do casamento: "Se, então, nos casamos em função de um romance, uma vez que ele tenha evaporado, é normal que, logo no primeiro conflito de caráter ou de gosto, nos perguntemos: por que me casei? E não é menos natural que, obcecados pela propaganda universal do romance, logo de início admitimos estar apaixonados por outro. Assim, é perfeitamente lógico que decidamos nos divorciarmos (sic) para buscar um novo 'amor', que conduz a um novo casamento, uma nova promessa de felicidade; as três palavras são, assim, sinônimas. (SINGLY, 2007, p.131, grifos do autor).

Portanto, depreende-se que as relações só são valorizadas quando realizam as satisfações almejadas a cada um dos membros da família.

Como já foi abordado, a exacerbação do individualismo é marca do período contemporâneo. Apresentou-se o cenário em que nasce e vive o indivíduo contemporâneo. Tal cenário se constitui a partir do surgimento dos vários movimentos sociais, políticos e ideológicos, bem como as consequências dos mesmos nas uniões entre os cônjuges. Mas como se caracterizam estes indivíduos na contemporaneidade? Quais são suas formas de apresentação? No intuito de responder a estas questões, pretende-se abordar a temática do individualismo na contemporaneidade e seus efeitos na família.

Ao se pensar em individualismo na contemporaneidade, tem-se a ideia de independência e a ideia de autonomia. Na primeira, o indivíduo se imagina totalmente independente de qualquer relação com a sociedade. "É a base da proposição 'faço o que quero', onde o querer tem o papel fundamental, o 'eu' sendo personificado."(LEITE FILHO, 2012, p.31, grifos do autor). Na segunda ideia, a de autonomia, o individualismo envolve uma dependência do indivíduo em relação às leis humanas que fundam o próprio homem. "Neste sentido, o indivíduo totalmente independente torna-se uma ideologia baseada na máxima 'primeiro eu, depois o grupo'." (LEITE FILHO, 2012, p.31, grifos do autor). Nesta perspectiva, entende-se individualismo como aquele que dota o indivíduo apenas de uma autonomia relativa, já que ele, de certa forma, é dependente do outro, das leis, de normas, ainda que tenha suas ações e escolhas voltadas para si mesmo, em primeiro lugar, e, depois, para o grupo no qual está inserido.

Singly (2000) contempla estas ideias do processo de individualização e relata a história de Sophie, contada por Katherine Pancol, uma jovem de 20 anos.

Sophie prefere viver sozinha a viver acompanhada, uma vez que essa vida não lhe permite ser ela mesma. No entanto, ela não recusa a forma de vida em comum, simplesmente viver com alguém está condicionado a guardar sua independência. Ela deseja uma vida a dois que permita também uma vida para si. Ela quer, depois de proclamar "**primeiro eu**", viver com alguém, se isso não exigir muitos sacrifícios pessoais. (SINGLY, 2000, p.17, grifos do autor).

Esta história reflete as duas dimensões do processo de individualização: a autonomia e a independência. A independência, maneira pela qual o indivíduo depende menos dos outros, e a autonomia, o conhecimento do mundo, este definido pela

elaboração, tanto de regras pessoais quanto de regras construídas nas negociações interpessoais em que o indivíduo está inserido. Portanto, o indivíduo contemporâneo solicita destaque do olhar dos outros em busca de si e não é um indivíduo que se basta; ele depende, sim, dos outros e das leis. É um indivíduo original e autônomo, no sentido de que respeita a sua verdadeira natureza.

O romancista Christian Bobin, citado por Singly (2000), também descreve bem esse processo: "na vida, só se tem a aprender a si mesmo. Nada mais há a conhecer. [Mas] é claro que não se aprende sozinho." (SINGLY, 2000, p.14). É possível confirmar que a dimensão relacional está presente no processo constitutivo da identidade pessoal dos indivíduos, em que os outros sujeitos significativos são fundamentais na construção da individualidade e pressupõe uma reciprocidade. Por exemplo: os pais são importantes para os filhos e vice-versa; nas relações conjugais o homem é importante para a mulher, e o contrário também. Neste contexto, o que difere é que os indivíduos não se definem mais pelos laços exclusivamente familiares. Os indivíduos escolhem e constroem seus próprios vínculos, sejam com os seus pais, cônjuges e/ou com os próximos.

O indivíduo da contemporaneidade não é um indivíduo desligado de todos os elos e da sociedade. Ele tem o poder reconhecido e validado socialmente de definir seus pertencimentos, de decidir sua vida, de resistir às evidências de uma identidade que os outros lhe impuseram. Trata-se de "[...] um individualismo que é relacional, de um 'nós' que permite ao 'eu' construir sua identidade complexa: um laço que sabe unir sem sufocar, pois os indivíduos buscam elos sociais 'fortes' sem que estes, contudo, os levem a perder a liberdade." (SINGLY, 2007, p.21, grifos do autor). Sob este aspecto, como pondera o autor, a família se torna, mais do que, nunca relacional. Esta é a primeira característica da contemporaneidade - uma família relacional - ainda que inscrita num processo de individualização e autonomização de seus membros. É na tensão entre estes dois polos que se constroem e se desfazem as famílias contemporâneas.

[...] a individualização é um conceito-chave na sociologia da família. [...] o lugar central da família [é reafirmado] na construção da identidade individualizada, pois os indivíduos são interdependentes e as relações afetivas e pessoais são necessárias para a construção do *self* infantil e adulto; a busca de si mesmo é permanente e demanda laços sistemáticos com os mais próximos. Por isso, a família é vista menos como instituição e mais como o espaço de socialização e das relações afetivas, pois a identidade pessoal depende do diálogo com os próximos. (SINGLY, 2007, p.18).

Compreende-se que o individualismo na atualidade não é considerado como algo negativo, mas como uma forma contemporânea de criar laços sociais, que não mais se restringem aos papéis e lugares anteriormente definidos pela família. Mas é fato que, na contemporaneidade, não se considera o tempo em que os laços que derivavam das coisas primavam sobre aqueles entre as pessoas.

Para Singly (2007), as famílias mudam de estatuto ao se tornarem um espaço relacional de socialização dos seus membros. Entretanto, o autor pondera que a família é vista menos como uma instituição e mais como o espaço de socialização das relações afetivas, ideia não consensual entre os estudiosos da área da família. Ele discute, ainda, os processos da desinstitucionalização da família na contemporaneidade, uma vez que um esboço da tendência geral dos processos de formação familiar pelas novas gerações não se dá mais pela recorrência dos casamentos arranjados. O escritor aponta a autonomia da família conjugal em relação à parentela e a "psicologização" das relações como pontos centrais da desinstitucionalização da família. Para a autora I. Théry, citada por Singly (2007), o divórcio levou o casamento a não ser mais o único a "instituir" a família; o que demonstra que a ideia da desinstitucionalização se faz presente.

Entende-se que a família passa por uma desinstitucionalização interna na medida que os indivíduos se tornam mais autônomos, menos dependentes do grupo, e, conseqüentemente, gerando grupos domésticos familiares cada vez menos coesos e integrados. Nesta linha de argumentação, ganha destaque o fato de o Estado e outras instituições interferirem direta e/ou indiretamente no processo de desinstitucionalização.

Ao discutir esta questão da desinstitucionalização não há como negar que, como estratégia para enfrentar as dificuldades econômicas e a degradação dos salários, todos os membros da família foram para o mercado de trabalho, rompendo, assim, com tradicionais arranjos e hábitos domiciliares. [...] Estes dados poderiam reforçar o argumento de relativização da autoridade parental, a alteração da sociabilidade entre os membros da família e a redefinição de posições na família. Entretanto, isto, mais que a falência da família brasileira, pareceria apontar para um modelo menos hierárquico e mais democrático de família. (GOLDANI, 2005, p.89-90).

No que se refere ao assunto, é importante ressaltar que há autores, como J.C. Kaufmann e M. Segalen, citados por Singly (2007), que são reticentes à desinstitucionalização da família contemporânea. Estes autores ressaltam que a questão depende da abordagem, do ponto de vista e do objeto de estudo de cada um em relação

ao estudo da temática Família. As análises de Singly (2007) abordam, principalmente, os comportamentos conjugais e parentais, bem como as relações interpessoais. Sua sociologia da família contemporânea se baseia no primado da conjugalidade, uma vez que a família conjugal se caracteriza pela afeição e pela autonomização de seus membros. Para M. Segalen, um dos autores citados por Singly (2007), seria difícil estudar a família sem considerar a perspectiva histórica; suas pesquisas caracterizam-se pela tentativa de analisar a família a partir de uma abordagem socioantropológica, tendo como pano de fundo a história (a história familiar, as transmissões, as heranças, etc). Entretanto, estas abordagens, tanto a de Singly como a de Segalen, se aproximam em um ponto: "as injunções 'conjugais' para um, e 'familiares' para outra, expressam as normas e os hábitos transmitidos e incorporados ao longo do tempo". (SINGLY, 2007, p.15, grifos do autor).

Após esta abordagem sobre a desinstitucionalização da família, retoma-se e conclui-se a discussão acerca do individualismo. Até este ponto, discutiu-se que a existência do indivíduo contemporâneo depende do apoio dos seus próximos. Estes desempenham um papel essencial de confirmação do *self* íntimo. Os indivíduos contemporâneos não estão ligados a um único elo, posto que eles têm pertencimentos múltiplos. "O elo social seria composto de fios menos sólidos do que os anteriores, mas ele teria muito mais fios do que tinha antes." (SINGLY, 2007, p.21). Com esta afirmação, o autor pontua que o elo social vigente é um elo mais respeitoso dos indivíduos individualizados, e isto só é possível com o corte dos laços de dependência interpessoal por meio de mediações institucionais que sustentem essa independência econômica. Nesse sentido, somente os laços impessoais permitem o rompimento dos elos de dependência e liberam os indivíduos para suas relações.

Desse modo, o ideal do individualismo não se distancia do social; ao contrário, ele desenha os contornos da democracia. Assim, o individualismo é intrinsecamente político, situando-se no campo oposto ao liberalismo político e econômico, pois deve criar as condições que permitem a todo indivíduo, independente de sua cor, da sua nacionalidade, de sua origem social, do seu gênero e da sua idade, ter o direito de ser um homem (no sentido dos direitos humanos). (SINGLY, 2007, p.22).

A sociedade deve elaborar políticas de reconhecimento do indivíduo e oferecer a cada um os meios para que construa sua própria identidade. E em um mundo social

onde o valor de referência se tornou o *self*, conforme explica Singly (2007), a família conserva sua utilidade, que é a de ajudar cada um a se construir como pessoa autônoma. Porém, há uma dependência da família contemporânea em relação ao Estado e uma independência em relação aos grupos de parentes, o que marca a segunda característica da família contemporânea. Ou seja, a família contemporânea é dependente do Estado e independente do grupo da parentela.

A terceira característica da família contemporânea é que ela é, concomitantemente, privada e pública. Citado por Singly (2007), Durkheim, que anuncia o paradoxo da família moderna (referência para a família contemporânea), afirma que a família se encontra cada vez mais "privada" e cada vez mais "pública", pois o movimento de focalização nas pessoas, de autonomização da família em relação à parentela, à vizinhança, ao resto da sociedade está duplicado por uma lógica de grande dependência do Estado. Durante o século XX, conforme o autor pontua, a família tornou-se, cada vez mais, um espaço no qual os indivíduos acreditam proteger a sua individualidade (valorizada enquanto tal) e "um órgão do Estado", que controla, apoia e regula as relações dos membros da família. Por exemplo, podem-se citar as regras jurídicas criadas para limitar o direito da punição parental. Podem-se citar, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, os quais ditam regras sobre como deve funcionar a dinâmica da família em relação às crianças e aos adolescentes, e também no que diz respeito aos idosos, ou seja, o que é permitido e o que não é. É possível constatar que estão confusas as fronteiras entre o privado e o público na era contemporânea, ou seja, estão difíceis de serem definidas. Tal dificuldade de definição se manifesta pelo fato de a vida privada ser cada vez mais atravessada por mecanismos de funcionamento próprios da vida pública, como concluem Peixoto e Cicchelli (2000, p.8): "[...] nunca a vida privada apresentou tanta porosidade vis-à-vis à vida pública."

A quarta característica da família contemporânea é que ela é individualista, ou seja, dá ênfase ao indivíduo nas relações familiares e sociais. Para Singly (2007), a "área central" da família moderna é composta pelo marido, a esposa e os filhos (família nuclear ou restrita) e é cercada por "áreas secundárias", os ascendentes e os descendentes. Por outro lado, segundo os historiadores e antropólogos, isto é um equívoco, haja vista que a família nuclear não é uma forma original das sociedades

ocidentais na época moderna, ela teria existido em outras sociedades e em outras épocas. Para eles, na época moderna, o que houve foram limitações, como por exemplo, a redução do tamanho da própria família nuclear devido a fatores externos como, por exemplo, o controle do número de nascimentos. Ariès (1981) chama a atenção para um fenômeno muito importante, que começa a ser mais conhecido no fim do século XVII, que é a tolerância ao infanticídio. Não se tratava de uma prática aceita. O infanticídio era uma prática severamente punida, no entanto, era correntemente praticado em segredo, talvez camuflado sob a forma de acidente. Esta prática foi analisada numa conferência da *Société du XVII*, a qual argumentou que: "a diminuição da mortalidade infantil observada no século XVIII não pode ser explicada por razões médicas e higiênicas; simplesmente, as pessoas pararam de deixar morrer ou de ajudar a morrer as crianças que não queriam conservar." (ARIÈS, 1981, p.17). Consequentemente, a criança começa a ocupar um novo lugar e, a partir daí, inicia-se a focalização nas relações pessoais, que se assemelha a uma certa redução da família, redução esta que é marca da família contemporânea.

Com esta lógica de redução ou de emersão progressiva, Durkheim, citado por Singly (2007) expressa a seguinte ideia:

[...] a forma da família depende das "condições mais fundamentais do desenvolvimento histórico". Ela "deve necessariamente se reduzir à medida que o meio social no qual cada indivíduo se relaciona torna-se cada vez mais amplo". De fato, "à medida que o meio se torna mais amplo, ele dá lugar a um campo mais livre para as divergências privadas e, conseqüentemente, aquelas que são comuns a poucos indivíduos não são mais guardadas, podem se manifestar e se afirmar". Com a urbanização da sociedade e a expansão dos meios de comunicação, os indivíduos ficam mais liberados das restrições, das regras dos seus representantes sociais. A comunidade e o sentimento de comunidade diminuem de acordo com o desenvolvimento desses instrumentos sociais do Estado. (DURKHEIM apud SINGLY, 2007, p. 34-35, grifos do autor).

Portanto, de acordo com Durkheim, o crescimento social, o desenvolvimento da civilização e seus aparatos tecnológicos levam ao enfraquecimento do comunismo familiar e, em contrapartida, ao crescimento do individualismo. Logo, as divergências individuais se acentuam e as personalidades dos membros das famílias vão se libertando do grupo doméstico e se desenvolvendo como personalidades individuais, o que resultou no desenvolvimento da autonomia do indivíduo. Em decorrência desta autonomia, o funcionamento familiar passa a ser outro: passa a se pautar menos nos elos

de parentesco e se sustentar mais nas relações homem/mulher e pais/filhos.

A quinta característica que marca a família contemporânea é a carência de horizonte intergeracional. Como ponto de partida, aborda-se o desaparecimento progressivo da herança e dos valores familiares. Pode-se tomar como exemplo a transmissão intergeracional em relação às profissões, aos ofícios e/ou ao trabalho. Ao longo do tempo e da história, em certas profissões, essa transmissão passou a ser impensável. Singly (2007) defende que, em relação ao modo de produção familiar, no qual a linhagem designa os herdeiros, o modo de reprodução, na contemporaneidade, é baseado na educação escolar. Desta maneira, a família é privada do poder de designar o herdeiro. É a instituição escolar que assegura o certificado, os diplomas ou o tipo de marca de qualidade, segundo critérios que lhe são próprios. A família, mesmo que bem-dotada em termos de escolaridade, só pode interferir indiretamente nesse processo.

Diante do exposto, uma interrogação é pertinente: a família contemporânea perdeu, então, todo o poder, ou seja, ela está despossuída dos seus filhos?

Para Pierre Bourdieu, as famílias contemporâneas - como as outras - podem atuar graças à elaboração de "estratégias de reprodução", "práticas fundamentalmente diferentes [que] se organizam objetivamente, sem terem sido explicitamente concebidas e evocadas por referência" para produzirem um valor ao menos equivalente ao valor inicial da família de origem. Entretanto, essas famílias são dependentes da sociedade na medida em que (sic) devem atuar em um jogo cujas regras e o desenrolar das partes lhes são parcialmente desconhecidas. (SINGLY, 2007, p.54, grifos do autor).

As estratégias de reprodução apontam uma certa unidade de ação da família contemporânea para salvaguardar seu valor social e melhorá-lo, uma vez que o capital econômico não é mais, diretamente, o centro das estratégias familiares. Foi incorporado o capital escolar como valor social pelo mercado de trabalho. A perspectiva de Bourdieu, citado por Singly (2007), sobre as estratégias de reprodução, se por um lado tem o mérito de evocar a permanência das rivalidades sociais para a conquista de posições no espaço social (inclusive no momento da formação dos casais), do outro apresenta suas dificuldades. Singly (2007, p.59) define "Estratégias' [...] como um conjunto das ações que têm efeito positivo na valorização das crianças." Considerando as diferenças entre as famílias no quesito camadas superiores e inferiores, o autor sugere uma reflexão mais profunda para o uso ou não da expressão. Vale ressaltar que, em relação à carência de horizonte intergeracional, assuntos referentes aos interesses

domésticos também foram perdendo o seu valor. Pensa-se que esta perda dos interesses domésticos pode estar relacionada ao fato de encontrarmos, nas famílias contemporâneas, várias gerações. Em decorrência disto, percebe-se uma dificuldade de diálogo entre as pessoas, além da perda da autoridade dos mais velhos em relação aos mais jovens. Observa-se, ainda, a inversão de papéis existentes no interior das famílias. Na vertente individualista, Durkheim, citado por Singly (2007), diz que os méritos de cada um não condizem mais com a herança. Assim, o direito sucessorial, mesmo sob a forma testamentária, estava destinado a desaparecer progressivamente.

Para concluir esta primeira apreciação sobre as características da família contemporânea, algumas considerações serão feitas. A família contemporânea é vista como uma instância relacional, é dependente do Estado, é privada e pública, é individualista e carece de horizonte intergeracional. Ela se situa em uma sociedade imperativa, ou seja, a consciência dos indivíduos impera sobre a consciência coletiva e, por conseguinte, os membros que a constituem são originais e autônomos. O ponto comum existente entre a família tradicional, a família moderna e a família contemporânea consiste em contribuir para a função da reprodução biológica e social da sociedade, manter e melhorar a posição da família no espaço de uma geração a outra. A família atual é divergente dos modelos anteriores, isto porque os meios para obter tais objetivos, no âmbito da reprodução biológica e no âmbito social (modos de vida, conduta comportamental, concepção de homem, etc), mudaram. Como exemplo, pode-se mencionar que a continuidade da função de reprodução assegurada pela família foi dissimulada pelas transformações da sociedade e, assim, pelas transformações dos modos de transmissão. A partir dos anos 1960, a família caracterizou-se, também: pela crítica ao modelo da mulher dona de casa, sob a pressão do movimento social das mulheres e do feminismo; pela desestabilização do casamento, com a instauração do divórcio por consentimento mútuo, e pelo crescimento da coabitação fora do casamento, conforme afirma Singly (2007). Contudo, a instituição Casamento e os papéis sexuais não desapareceram, mas perderam sua legitimidade. Apesar disto, pode-se considerar que a instituição Família não desapareceu, uma vez que os indivíduos acreditam que ela institui um dos veículos ideais para alguém ser feliz, assim como para a autorrealização.

A diversidade das formas familiares e a menor estabilidade da vida conjugal não

deve ser entendida de forma equivocada, ou seja, não se deve achar que um modelo de família é melhor que o outro, pois a vida conjugal, atualmente, continua sendo mais atrativa do que a vida solitária ou "*en solo*". "O celibato permanece, em parte, como uma desvantagem, pois, para o olhar do outro, a inexistência de uma vida conjugal reconhecida socialmente pode ser percebida como uma certa desumanidade ou, o que dá no mesmo, uma grande focalização no sucesso social individual." (SINGLY, 2007, p.132-133).

Diante de tantos arranjos e desarranjos, a vida a dois é valorizada, pois, na contemporaneidade, onde há uma grande competição entre os homens, a identidade não está reduzida apenas à dimensão do valor social, e sim a valores mais profundos, como por exemplo, o da relação. "O 'eu' é mais importante do que o 'nós', mas ele não propõe, bem ao contrário, o desaparecimento do grupo conjugal nem do grupo familiar." (SINGLY, 2007, p.132, grifos do autor). Com a exacerbação do individualismo na contemporaneidade e as transformações sociais, ocorre, sim, uma transformação nas configurações familiares e nos valores da família para atender às demandas da sociedade contemporânea, do indivíduo e da família.

Para apreender o processo de transformação da família, foi necessário demarcar, historicamente, os processos evolutivos e caracterizar os períodos pelos quais ela passou, até chegar no modelo contemporâneo. No entanto, faz-se necessário pontuar que as modificações ocorrem lentamente e de diferentes formas nas variadas regiões, e são processadas distintamente pelos sujeitos e pelos grupos, sendo possível encontrar, ainda hoje, no mundo ocidental, já entrando na segunda década do século XXI, famílias que podem ser classificadas como tradicionais, modernas ou contemporâneas, ou que fazem arranjos singulares a partir desses modelos.

2.2.1 Família contemporânea no contexto brasileiro

O percurso da transformação da família brasileira tem um aspecto diferenciado se comparado ao processo de outros países. Conforme afirma Samara (2002), a família sempre foi pensada na história do Brasil como a instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial. De acordo com a literatura, o modelo que predominou nas famílias desta época foi o

patriarcal, vinculado, inclusive, à obra de Gilberto Freyre (1987), *Casa-grande & Senzala*, escrita no início do século XX. Segundo Stengel (2004), as condições locais, no início da colonização no Brasil, contribuíram para o estabelecimento de uma estrutura econômica agrária, assentada sobre o latifúndio e a escravidão. Ao lado da descentralização administrativa local, da excessiva concentração fundiária e da acentuada dispersão populacional, a instalação de uma sociedade paternalista ficou favorecida. Nesta sociedade, as relações de caráter pessoal assumem importância significativa. Consequentemente, a família patriarcal torna-se a base deste sistema, na medida em que ela congrega diversos membros, estimulando a dependência da autoridade paterna e a solidariedade entre uma vasta parentela. Desta forma, a família brasileira é o “resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência” (SAMARA apud STENGEL, 2004, p.36). Porém, há algumas décadas atrás, bem pouco se conhecia sobre o perfil da família brasileira.

O modelo patriarcal descrito por Freyre, citado por Samara (2002), é representativo do nordeste brasileiro. Samara (1998; 2002) e Souza e Botelho (2001) apontam algumas críticas a esta perspectiva patriarcal de compreensão da família brasileira. Para eles, um modelo familiar que se situa em espaço e tempo circunscritos foi convertido em matriz para a sociedade colonial inteira. Portanto, para eles, levando-se em conta a grandeza geográfica do Brasil, não se poderia pensar que um único modelo de família caracterizava todo o território brasileiro. Para os autores, é necessário que os arquétipos de família sejam certificados através dos estudos, levando-se em conta elementos como grupos, camadas sociais, contextos econômicos, regionais e movimentos da população. As sociedades do estado de São Paulo e Minas Gerais, no século XIX, tinham diferenças significativas não só em relação às áreas de lavoura canavieira do Nordeste, como também nos quesitos de urbanização local, transportes e arquitetura, por exemplo. Samara (2002) propõe que os critérios utilizados nos estudos sobre família sejam revistos e sejam considerados elementos como grupos sociais, sexo, etnia, contextos econômicos regionais, mobilidade populacional e temporalidade.

Em seu trabalho, Samara (2002) aborda várias questões sociais, políticas e de gênero, mostrando que, com o passar da história, estas questões sofreram modificações e suas consequências foram diferentes em determinadas regiões. Ela analisa os censos

populacionais nos últimos 150 (cento e cinquenta) anos, de modo a perceber transformações e continuidades, e a elucidar de que maneira o movimento da população e o desenvolvimento econômico incidiram, ou não, na estrutura das famílias ao longo do tempo, conforme dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A autora constatou que a simples análise das estatísticas não seria suficiente para caracterizar o período colonial, pois não contemplaria todas as variáveis que devem ser verificadas para um entendimento mais completo da questão, especialmente no que tange às mudanças de comportamento e dos papéis de gênero dentro das famílias, aspectos que não podem ser esquecidos. Por outro lado, as evidências históricas examinadas são enriquecedoras, fornecendo dados para que se repense o perfil da família brasileira, além de demonstrar que outras formas de organização familiar sempre existiram nos séculos XVIII e XIX. A partir dos estudos, conclui-se que, apesar das variações nos modelos familiares, o dominante era o de famílias extensas baseadas nas relações patriarcais.

O patriarcalismo, uma das categorias de maior destaque em *Casa-grande & Senzala* “remete ao ideal de uma família extensa, híbrida e poligâmica [...], na qual senhoras e escravas, herdeiros legítimos e ilegítimos convivem sob a luz ambígua da intimidade e da violência, da disponibilidade e da confraternização” (STENGEL, 2004, p.36). Assim, o modelo de família patriarcal, na história do Brasil, que moldou e valorizou a família no período colonial, apresenta peculiaridades, sendo comum, nesta época, estruturas mais simples e menos numerosas no que diz respeito aos seus integrantes.

A partir do século XIX, segundo Samara (2002) diversas mudanças ocorreram - em especial na esfera econômica - afetando a sociedade e alterando o estilo de vida de seus habitantes, além de trazer, explicitamente, novos formatos familiares, mudanças nas relações entre seus membros, e também modificações nas relações entre as famílias miscigenadas.

Para fins de ilustração, pretende-se destacar algumas características das personagens de *Casa-grande & Senzala* Freire (2006), assim como das inter-relações a partir do século XVIII, objetivando uma melhor compreensão da família contemporânea na atualidade e o reconhecimento da pluralidade de modelos de família desde então.

No século XVIII, de acordo com Samara (2002), a descoberta das minas de ouro

desloca o eixo econômico para o sul, intensificando a vida urbana. A sociedade é uma mescla de raças e origens diversas, sendo mais difícil o controle da população. O número de celibatários era alto, a proliferação de concubinatos e a ilegitimidade da autoridade do chefe de família já eram comuns. Mulheres exerciam atividades econômicas fora do âmbito doméstico, e as solteiras, com prole natural, chefiavam famílias. Neste mesmo século, nas áreas rurais do Sul, as escravarias eram menores, os lavradores pobres trabalhavam a terra com suas famílias e aceitavam membros subsidiários, o que alterou, já nesta época, o quadro da organização familiar e das relações de gênero. Neste contexto, a autora relata que a economia mercantil e a existência de uma hierarquia própria das sociedades escravistas, inatingíveis para as outras categorias sociais, favoreceram a geração de uma multiplicidade de modelos familiares e de comportamentos, produzindo uma desmistificação do papel reservado aos sexos e à rígida divisão de tarefas e incumbências.

No século XIX, entre os fatos históricos que ocorreram, Samara (2002) pontua o desenvolvimento econômico do sul do país (cultura do café), as modificações políticas (Independência do Brasil, em 1822, e instalação da República, em 1889), as alterações no sistema de mão de obra com a abolição da escravatura (1888) e a entrada de imigrantes, que produziram alterações na distribuição da população e também no mercado de trabalho.

Vaitsman (1994) relata que, a partir da segunda metade do século XIX, a incipiente modernização provocou mudanças no modo de organização da vida social e de relacionamento familiar entre as elites das cidades, quando as atividades produtivas femininas foram se tonando invisíveis, já que as mulheres figuravam como mães e esposas. Pena, citado por Vaitsman (1994), discutindo a participação feminina nos primórdios da industrialização, mostrou que muitas mulheres se integraram às atividades industriais no ramo têxtil e de vestuário, em um momento em que o peso principal da economia do país cabia à produção agroexportadora. Este fato é importante para demonstrar esta participação, pois, nesta época, a mão-de-obra era escassa e predominantemente escrava, até que o tráfico de escravos foi se restringindo. Assim sendo, as manufaturas e indústrias nascentes começaram a utilizar de modo intensivo a força de trabalho feminina, muitas vezes através da produção doméstica. Com o prosseguimento da industrialização, o trabalho feminino foi sendo substituído pelo dos

homens. "A industrialização provocou uma queda da participação feminina na força de trabalho, alterando alguns elementos da divisão social do trabalho numa ordem social e econômica que dava seus primeiros passos em direção à modernização". (VAITSMAN, (1994, p.55). Em decorrência destas alterações, ocorridas nos centros que passavam pelo processo de urbanização e industrialização, instaurou-se a privatização das mulheres no cerne da família. Segundo a autora, foi uma privatização política, cultural e legal, com implicações no modo como as mulheres foram se definindo e sendo definidas na ordem moderna e patriarcal brasileira. Desta forma, o trabalho doméstico, não remunerado, das mulheres donas-de-casa, tornou-se invisível, uma vez que as atividades informais não eram vistas como trabalho. Importante mencionar que as mulheres mais pobres não deixaram de combinar o trabalho doméstico com alguma outra atividade geradora de renda para o sustento da família, como costurar ou realizar serviços em outras casas.

No início do século XX, apesar da evolução política instaurada com a República e das mudanças que estavam ocorrendo, em termos de organização sócia, a vida continuava a girar em torno da família e ao marido era legalmente atribuído o papel de chefe. O Código Civil de 1916 reconheceu e legitimou a supremacia masculina, limitando o acesso feminino ao emprego e à propriedade. As mulheres casadas ainda eram legalmente incapacitadas e apenas na ausência do marido podiam assumir a liderança da família.

Após os anos da década de 1930, quando o Estado assumiu o papel de promotor da industrialização do país, as mudanças ocasionadas no sistema de ensino tiveram grande importância para o status das mulheres com acesso à educação, conforme esclarece Vaitsman (1994). O modo como elas foram ocupando espaços neste campo, aos poucos reestruturado em função das novas exigências da divisão social do trabalho, também afetou a divisão sexual do trabalho. Por mais que as mulheres progredissem nos estudos, suas trajetórias se encerravam nos cursos profissionalizantes, que não equivaliam ao curso secundário, única via de acesso ao curso superior. Desta forma, a presença masculina predominava nas ocupações de prestígio e de reconhecimento social. Entretanto, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho formal é um processo que, ao longo do século XX, vai se acentuando. Paralelamente a esta formalização no mercado, é preciso levar em consideração a inserção das mulheres nos

setores informais, bem como a importância do trabalho domiciliar, os quais contribuem para o orçamento familiar, mas não são “contabilizados”.

Vaitsman (1994) explica que uma legislação promulgada nesta época tornou obrigatória a licença-maternidade e a existência de creches nos locais de trabalho ocupados pelas mulheres, além de proibir as horas extras e o trabalho noturno para as mesmas. Esta legislação atendia à própria reivindicação do movimento feminino da época. Por outro lado, com a referida determinação legal, o trabalho feminino tornou-se cada vez menos interessante para o empregador (mais oneroso) e, ao mesmo tempo, o cuidado com os filhos passou a ser, explicitamente, tarefa de competência feminina.

A sociedade industrial moderna constitui-se, entre outras coisas, pela separação entre público e privado e pela doutrina das esferas separadas e naturezas sexuais desiguais, expressas na ideologia, nas políticas e na legislação. Contudo, a própria modernização, ao estimular valores universalistas, igualitários, empurrou as mulheres para o mundo público e solapou os pilares da estratificação de gênero e do individualismo patriarcal. (VAITSMAN, 1994, p.60).

A partir da década de 1960, os processos de modernização, industrialização e urbanização ganharam terreno no Brasil, trazendo mudanças na família. As mulheres passaram a ter maior acesso à educação, buscando mais vagas nas universidades. Conseqüentemente, elas puderam ter uma inserção no mercado de trabalho em postos mais graduados e valorizados, criando condições para que a hierarquia sexual e a sociedade como um todo fossem questionadas. Houve um movimento de mão dupla: o acirramento da modernização impulsionou a participação da mulher no mercado de trabalho e a mulher alavancou a modernização.

As questões acima apresentadas elucidam fatos, o que permite, de um lado, comparar a centralidade do modelo patriarcal - utilizando uma metáfora - a um gatilho explicativo das relações sociais no Brasil. Contudo, por outro lado, as referidas questões permitem relativizar o modelo patriarcal como gatilho explicativo da estrutura e da dinâmica familiares no Brasil. As questões acima citadas revelam, ainda, a presença de outros modelos de família ao longo dos séculos. O modelo unívoco/universalista de família foi desafiado, e o que se observa, diante da história, é que há e sempre houve a convivência de vários modelos.

Historiadores, sociólogos e antropólogos brasileiros destacaram a importância da

família patriarcal, tal como caracterizada por Gilberto Freyre (2006), para a construção social de um modelo familiar que fez efeito em toda a sociedade colonial, mas também no período da Independência, da República e até a contemporaneidade, não para impor uma mesma forma de família, mas para instaurá-la como modelo referencial.

Uma outra reflexão que se faz necessária é a de que, nas sociedades brasileiras, vive-se a lógica da família, a qual tem uma importância maior se comparada às sociedades de outros países. O valor da família como prestígio se estende por toda a sociedade no Brasil. DaMatta (1987, p.125) corrobora esta constatação ao afirmar que: “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia.” Machado (2001) explica que, para DaMatta (1987), o valor da família gira em torno do valor metafórico de “casa”, chegando a constituir um princípio ordenador quase cosmológico: o “mundo da casa”, que é percebido como distinto, muitas vezes oposto ao “mundo da rua”, mundo da universalidade de direitos, mas também da impessoalidade.

Se prezo profundamente o estudo das diferenças e da pluralidade de modalidades de arranjos familiares, estou, por outro lado, totalmente de acordo em afirmar a especificidade brasileira face ao “mundo ocidental central” da importância da presença intensa do “código relacional hierárquico”, como uma das matrizes da sociabilidade brasileira, que se condensa no imaginário do “familiar” e do “mundo da casa”. É a tradução brasileira de sua formação a partir de um paradigma cultural ibérico, arabizado e mediterrâneo, construindo-se numa sociedade colonial e escravocrata, e depois, numa sociedade capitalista periférica que se conservou extremamente desigual e com pouca generalização dos direitos da cidadania igualitária e individual. (MACHADO, 2001, p.7, grifos da autora).

A autora diz que tal valorização faz parte da nossa herança, da nossa história e da nossa cultura. Ela pontua que, na contemporaneidade brasileira, os arranjos familiares e o valor da família são, assim, também pensados e supostos como plurais.

Diante do exposto até aqui, é possível constatar que a família passou por profundas transformações nas últimas décadas. É possível, também, observar que, na atualidade, nem todas as organizações familiares são, de fato, novidades. O que ocorre é que hoje há um reconhecimento social dos diversos modelos de família, os quais, na verdade, sempre existiram. Por outro lado, há quem pense que as famílias homoafetivas são, no momento, uma grande inovação. Entretanto, de acordo com Martinez (2013), na realidade, essa não é uma configuração nova, o que é novo é a sua nomeação e a sua

visibilidade social. "Há muito tempo, homossexuais solteiros ou em parcerias criam crianças. Entretanto, a partir da década de 1960, começa a haver um movimento de engajamento maior dessas pessoas no sentido de terem reconhecido socialmente o seu desejo de serem pais e mães." (MARTINEZ, 2013, p.373). Segundo Roudinesco (2003), esse foi um movimento de retorno à "normatização", já que, décadas antes, os homossexuais consideravam a família como o lugar privilegiado de enquadramento do indivíduo. Mais tarde, esses homossexuais começaram a expressar o desejo de terem reconhecidos os seus desejos de se casarem e de terem filhos, assim como faziam as famílias heterossexuais.

2.2.2 Família contemporânea: fatos recentes

Atualmente as famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães e/ou pais solteiros com seus filhos; pais com filhos adotivos; famílias formadas por casais que já tiveram outros casamentos (recasamentos) com filhos e decidiram ter outros filhos dessa união; famílias formadas por um casal e, também, é questionável se o solteiro adulto que vive sozinho pode ser considerado como família. Recentemente, temos o flagrante da revolução contemporânea: núcleos familiares formados por homossexuais (com casamento e adoção de crianças), apoiados pelas novas técnicas de reprodução (inseminação artificial, doador de esperma, barriga de aluguel). A respeito destas famílias alternativas, Prado (1981) assinala quatro formas de famílias cujas principais características as diferenciavam das formas tradicionais:

a) A família criada em torno a um casamento dito "de participação" – trata-se aí de ultrapassar os papéis sexuais tradicionais. b) O casamento dito "experimental" - que consiste na coabitação durante algum tempo, só legalizando essa situação após o nascimento do primeiro filho. c) Outra forma de família seria aquela baseada na "união livre". d) A família homossexual, quando duas pessoas de mesmo sexo vivem juntas, com crianças adotivas ou resultantes de uniões anteriores, ou, no caso de duas mulheres, com filhos por inseminação artificial. (PRADO, 1981, p.19-22).

Dentro da necessidade de regular a proteção à família, a Constituição Federal e o Código Civil são legislações que dão subsídios. O Capítulo VII, do Título VIII da Constituição Federal de 1988, trata especialmente "Da Família, Da Criança, Do Adolescente e Do Idoso" e já no seu primeiro artigo, o 226, afirma:

A família, a base da sociedade, tem especial proteção do Estado. §1º. O casamento é civil e gratuita a celebração; §2º. O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei; §3º. Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. §4º. Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. §5º. Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e a mulher. §6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada a separação de fato por mais de dois anos⁴. §7º. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. §8º. O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Conforme o texto do artigo, a Constituição Federal determina que a família se inicia com o casamento entre o homem e a mulher, e que ele seja civil, ou religioso com efeitos civis. No entanto, ao observar as mudanças da sociedade brasileira, passa a reconhecer a união estável e a organização familiar formada por qualquer um dos pais e seus descendentes, para fins de proteção estatal. Além disso, pelo texto constitucional, a família constituída pela união estável é reconhecida pelos seus direitos e deveres estabelecidos ao casamento, sendo incentivada a facilitar sua conversão em matrimônio. De acordo com Veloso (2003), O Código Civil disciplina o Direito de Família com a concessão de diretrizes para a constituição da família, as capacidades para que o casamento possa ser celebrado, os impedimentos para a realização do casamento, as suas causas de suspensão e invalidades, dentre outros tópicos. Passou a regular também as relações oriundas de união estável e relações de parentesco. O Código Civil de 1916 mantinha disposições que iam de encontro às normas promulgadas pela Constituição Federal de 1988. Como exemplo dessas disposições contrárias, pode ser citado o princípio da absoluta igualdade entre homens e mulheres nas relações conjugais admitido pela Carta Magna, enquanto aquela codificação possuía discriminações entre os sexos. Com o advento do Novo Código Civil, harmonizaram-se as legislações vigentes, adequando-se, dessa forma, o texto do código à previsão constitucional.

⁴ Referente ao §6º, a partir de 2010 ocorreu uma mudança. Não é mais exigida a prévia separação judicial por mais de um ano nem a comprovação da separação de fato por mais de dois anos. O divórcio já ocorre de forma direta.

a) Família: Para o novo Código Civil, a definição de família abrange a unidade formada por casamento, união estável ou comunidade de qualquer genitor e descendente. No Código de 1916, “família legítima” era definida apenas pelo casamento oficial. b) Casamento: O casamento passou a ser a “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges”. É apenas uma das formas para constituir família. O novo texto reconhece ainda a união estável. c) Filhos: Filhos adotados e concebidos fora do casamento têm direitos idênticos aos dos nascidos dentro do matrimônio. Eliminou-se a pejorativa distinção entre “legítimos” e “ilegítimos” para designar os descendentes. d) Igualdade dos sexos: A palavra “pessoa” substituiu “homem”. O “pátrio poder”, que o pai exercia sobre os filhos, passa a ser “poder familiar” e é atribuído também à mãe. A família é dirigida pelo casal, e não mais apenas pelo homem. e) Guarda dos filhos: A lei do divórcio de 1977, atribuía a guarda dos filhos ao cônjuge que não tivesse provocado a separação ou, não havendo acordo, à mãe. Hoje, é concedida a “quem revelar melhores condições para exercê-la”. (PEREIRA, 2003, p.86, grifos do autor).

As mudanças ocorridas nas famílias brasileiras nas últimas décadas passam, principalmente, pela mudança de valores, uma vez que o valor da família não mais prevalece sobre o dos sentimentos individuais das pessoas. Por muito tempo, e ainda hoje, os valores associados à família sempre estiveram apoiados em um princípio que atrelava sexualidade, reprodução e casamento, resultando num modelo de família conjugal, com casamento indissolúvel e monogâmico. No entanto, modificações essenciais ocorreram também no plano das práticas, as quais, por sua vez, repercutiram no plano dos valores, mudando, paulatinamente, as representações de família. A esse respeito Fukui (1998) assinala três grandes transformações. Primeiro, ocorreu a separação da sexualidade e da reprodução: o número de filhos começa a ser previsto ou planejado. Segundo, a reprodução dissociou-se do casamento: não há mais filhos ilegítimos. E, finalmente, a sexualidade dissociou-se do casamento: reconheceu-se o direito às uniões consensuais. Estas transformações marcaram de tal forma a sociedade brasileira que a lei teve que se adaptar e assimilar uma série de mudanças.

Dois fatores recentes, e de destaque neste trabalho, precipitaram toda essa transformação na organização familiar. O primeiro fator foi a legalização do divórcio, que, no Brasil, passou a ser lei em 1977. O segundo foi o surgimento da pílula anticoncepcional, que garantiu aos homens e às mulheres a alternativa de uma vida sexual desvinculada da paternidade/maternidade.

Para Bruxel (2013), atualmente, o tema divórcio já não é mais tão carregado de preconceito, nem remetido às ideias pejorativas como era no passado. O tema acarretou muitas transformações ao longo dos anos, tanto nos planos social e cultural, como no plano das inter-relações. A autora aborda o divórcio e relata que, até a década de 1970,

não era legalmente permitido aos membros do casal que decidissem por se separar, nem juntar-se a outra pessoa a fim de darem início a um novo casamento.

O divórcio seguia então os postulados do Direito Canônico, ou seja, havia a separação dos corpos sem indissolubilidade do vínculo matrimonial, e somente nos casos previstos pela Igreja. O que ocorria, até este período, era a separação e o desquite, os quais não admitiam a realização de outra união oficial. (MARTINS apud BRUXEL, 2013, p.2).

Ainda de acordo com Bruxel (2013), o termo desquite foi inserido na Legislação Civil para identificar a separação de corpos e de bens, mas a manutenção do vínculo matrimonial, impedindo, assim, que as pessoas se casassem novamente. A opção de se casar novamente, após a separação conjugal, só se tornou possível em 26 de dezembro de 1977, com a regulamentação do divórcio. "A Lei 6515 desta data, popularmente conhecida como Lei do Divórcio, foi a mais importante nos tempos atuais no que diz respeito ao Direito de Família". (BRITO apud BRUXEL, 2013, p.2). No entanto, mesmo com a sua legalização no Brasil, o casal que optasse por se divorciar, tinha que manter, no mínimo, um ano de separação judicial ou dois anos de separação de fato para que o divórcio fosse concedido legalmente. Cabe ressaltar que a legalização do divórcio ocorreu no período em que as mulheres alcançaram maior visibilidade social e passaram a assumir também o espaço público.

A legalização do divórcio - aliada às transformações que ocorreram em relação ao significado do casamento, à forma dos casais se relacionarem e à organização da instituição familiar - contribuiu para que a decisão pelo fim do casamento deixasse de ser algo tão incomum e mal visto pela sociedade. A partir daí, é notório que as mudanças continuavam ocorrendo e até pareciam se intensificar na contemporaneidade, uma vez que o próprio momento histórico demandava transformações.

Bruxel (2013) pontua que a Lei do Divórcio perdurou até 13 de julho de 2010, tendo estado em vigor por mais de 30 anos. Nesta data, houve alteração no artigo 226 da Constituição Federal, no qual foi suprimido o requisito prévio de mais de um ano de separação judicial ou a comprovação da separação de fato por mais de dois anos para a concessão do divórcio. Desde então, a emenda prevê o divórcio imediato quando o casal decidir por não mais conviver e desejar a extinção do vínculo conjugal. Outro fator que facilita e agiliza o processo do divórcio é a possibilidade de o mesmo ser realizado em

cartório notarial quando o casal em questão não tiver filhos menores e estiver em comum acordo. Cabe ressaltar que o divórcio concedido em cartório produz o mesmo efeito do divórcio efetuado judicialmente.

Dados numéricos obtidos pelo IBGE nas últimas décadas mostram que as mudanças ocorridas nas famílias, dentro e fora de casa, atingiram todos os seguimentos sociais. Mudaram as relações de trabalho, o poder aquisitivo e a legislação. Cada mudança tem a sua parte de responsabilidade no novo formato das famílias na virada do século XXI. Porém, um aspecto é inegável: as mulheres foram as principais protagonistas das mudanças ocorridas na família do final do século XX até os dias atuais.

De acordo com o Censo de 2000 (IBGE, 2000), o número de casamentos legais diminuiu 12%. O número de mulheres que criam seus filhos sozinhas cresceu 53%. Muitas famílias brasileiras já não seguem o modelo tradicional de pai, mãe e filhos de um único casamento. 19,4% das famílias organizam-se de forma que, no mínimo, um dos pais está ausente. Um em cada quatro domicílios tem três gerações morando juntas. O número de casais em união civil e religiosa teve um decréscimo entre 1980 e 2000, passando de 63,9% em 1980, para 58,3% em 1991, e para 49,4% em 2000. O número de uniões consensuais, no mesmo período, aumentou consideravelmente, passando de 11,7% em 1980, para 18,5% em 1991 e para 28,6% em 2000. Por outro lado, nos quatro últimos anos censitários, o número de pessoas morando sozinhas apresentou aumento em todos os anos: 4,9% (1970), 5,8% (1980), 6,5% (1991) e 8,6% (2000). O número de separações judiciais e divórcios entre 1993 e 2003 aumentou na porcentagem de 17,8% e 44%, respectivamente.

De acordo com as últimas pesquisas oficiais publicadas pelo IBGE (2011), em função da legislação vigente - que suprimiu os prazos prévios para o requerimento da dissolução das uniões formais sem maiores requisitos burocráticos - constata-se o aumento do número de divórcios, conforme pondera Bruxel (2013). Suas taxas mantêm-se mais elevadas que em qualquer outro ano, desde que foi iniciada a série histórica das Estatísticas do Registro Civil. Tiveram um crescimento de 45,6% em relação a 2010. Segundo o levantamento, em 2011, foram registrados 351 mil processos judiciais de divórcios, o que corresponde, simbolicamente, a 35% dos pouco mais de um milhão de casamentos realizados no ano anterior. É o maior número já registrado na história do

país. Para se ter ideia do crescimento, em 2009, a taxa de divórcios era de 1,4 para cada mil habitantes de 15 anos ou mais de idade. No ano seguinte, a taxa subiu para 1,8, e, em 2011, para 2,6.

Entretanto, tal constatação pode ser justificada pela facilidade de se divorciar judicialmente ou por escritura com a entrada em vigor da Emenda Constitucional 66 (EC 66). Acredita-se, então, que o número real de separações, durante muitos anos, tenha sido maior que o constatado em pesquisas oficiais, pois muitas separações ocorriam de forma consensual. Devido a este fato, pode-se atribuir o alto número de divórcios registrado no último censo à facilitação do processo, ou seja, não é que mais pessoas decidiram se divorciar, mas sim que muitas delas, as quais já estavam separadas, decidiram oficializar a própria situação. (BRUXEL, 2013, p.4).

As estatísticas confirmam, na prática, a mudança no conceito de família. O IBGE (2007) aponta em seu sistema de indicadores sociais mínimos (ISM) o seguinte conceito de família: “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. Ocorreu uma pluralidade de formas de família em substituição ao único modelo de família originalmente reconhecido. Muito embora o modelo nuclear ainda seja majoritário, cresce a incidência de novos arranjos.

Além da legalização do divórcio, o segundo fato recente que deve ser destacado foi o surgimento da pílula anticoncepcional. Esta foi criada no início da década de 1960 e permitiu que a mulher passasse a controlar sua fertilidade, conquistasse liberdade sexual com segurança e praticidade e, mais recentemente, aliasse a contracepção a outros benefícios viabilizados pelo uso da pílula. Como exemplo, ressalta-se o fato de que a mulher conquista novos espaços fora de casa e se insere no mercado de trabalho. A sexualidade passa a ser percebida com maior naturalidade e a questão da fidelidade torna-se um compromisso compartilhado pelo casal, porém com mais possibilidades de ser rompida por ambos os cônjuges (não mais apenas pelo homem), o que trouxe como consequência uniões menos duradouras. Merece destaque o impacto que a evolução feminina no mercado de trabalho exerceu sobre os índices de fecundidade nas últimas décadas, o que pode ser visualizado na tabela 1:

Tabela 1 – População brasileira, população economicamente ativa e taxa de fecundidade no Brasil, da década de 1970 ao ano de 2007

Ano	População brasileira (em milhões)	População economicamente ativa feminina	Taxa de fecundidade brasileira
Década de 70	93.139.037	28,8%	5,8 filhos
Década de 80	119.002.706	33,5%	4,4 filhos
Década de 90	146.825.475	35,5%	2,9 filhos
2000	169.799.170	-	2,3 filhos
2007	183.987.291	43,6%	1,95 filho

Fontes: IBGE (2010)

A Organização Mundial de Saúde (OMS) revela que, atualmente, mais de 80 milhões de mulheres utilizam a pílula anticoncepcional no mundo. O maior percentual de consumidoras reside na Europa e nos Estados Unidos. O atual índice elevado de utilização da pílula anticoncepcional contrasta com o período de seu lançamento, quando o cenário mundial pregava uma conduta moral de castidade feminina - época em que o método era receitado apenas para as mulheres casadas e com autorização dos maridos. Em 1961, uma importante empresa do mercado farmacêutico lança, nos Estados Unidos, a primeira pílula, disponibilizando-a em países da Europa, na Austrália e no Brasil. O medicamento lançado continha altíssimas doses de hormônio, com formulação seis vezes maior que a quantidade de princípio ativo dos contraceptivos atuais. Estas grandes dosagens hormonais geravam efeitos colaterais, fato que, dentre outros, impediu a adesão maciça de usuárias. No auge dos anos 70, surge a chamada segunda geração de pílulas, com redução significativa da quantidade de hormônios usados nas primeiras versões. No final dos anos 90, é lançada a terceira geração da pílula anticoncepcional, com formulações de baixas doses hormonais e princípios ativos mais modernos. Nesta década, houve maior adesão ao uso da pílula e, como ganhos secundários a este uso, outros benefícios foram alcançados pelas mulheres, como a maior possibilidade de planejar o tamanho da família, a definição do número de filhos que queriam ter e a decisão do melhor momento para tê-lo. Em decorrência destas conquistas, as mulheres adquirem, finalmente, a possibilidade de se dedicarem aos estudos e à carreira.

Desta maneira, como explica Vaitsman (1994), a condição de vida feminina vai se modificando e, concomitantemente, ocorrem mudanças também nos papéis masculinos, gerando reformulações na relação conjugal, na relação entre pais e filhos e,

naturalmente, no âmbito familiar.

2.2.3 Família contemporânea: em crise?

Nas últimas décadas, observa-se que a humanidade tem sido governada pelo pensamento da crise e do fim. Segundo Lemos (1990), com o afundamento das nossas crenças tradicionais e o processo de deslegitimação geral, deu-se a crise da razão histórica, a crise do sentido; enfim, a crise do humano. O autor explica que as pessoas ouvem falar da crise das grandes narrativas (Lyotard), do fim das ideologias (Bell), da crise da verdade (Heidegger), do adeus ao corpo (Le Breton) e do advento do último homem (Fukuyama). Neste cenário, a família também passou a ser revista nas figuras da crise e do fim. Bauman (1998) pondera que a instituição panóptica de integração e controle social para crianças, homens e mulheres, que se constituiu nos primórdios da modernidade, viu, nos últimos anos, o seu poder desintegrar-se ou, pelo menos, enfraquecer consideravelmente. Percebe-se, concomitantemente, que há uma resistência com relação às novas organizações familiares. Isto é certificado nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, momento em que se inicia uma discussão sobre a crise na instituição familiar e sobre o seu enfraquecimento.

Conforme aponta Singly (2007), os motivos para justificar tal discussão são vários e fundamentais. Alguns fatos já foram referidos nas seções anteriores, como, por exemplo, as consequências da baixa taxa de fecundidade; o aumento da esperança de vida e, conseqüentemente, o aumento da população de mais de 60 anos; o declínio da instituição do casamento e a aceitação social do divórcio. A esta discussão sobre a crise na família somam-se, ainda, as consequências mais visíveis no ambiente familiar, como: a divisão, entre o pai e a mãe, das responsabilidades e dos direitos sobre os filhos; o fato de a mulher ter saído de casa para o trabalho, implicando na mudança da relação parento-filial; o declínio da autoridade paterna; as relações menos hierarquizadas entre pais e filhos, e os relacionamentos conjugais que se baseiam nas afinidades e na busca de prazer. Mas como definir uma crise?

Entende-se, por crise, um processo de mudança que pode ameaçar seriamente uma estrutura. Porém, segundo a perspectiva arendtiana (Arendt, 2009), a crise deve ser entendida como oportunidade crucial para reflexões críticas a respeito do próprio

processo. É um momento fundamental, pois permite observar as deficiências daquilo que se encontra em crise, além de evidenciar o fracasso das tentativas de sua superação até o momento. Assim, muito mais grave do que a própria crise é o fato de não a entendermos como momento propício para o pensamento crítico.

Arendt (2009) refere-se à crise como o momento ou a situação em que a força normal perde sua substância. Entretanto, para ela a crise proporciona a oportunidade de explorar e investigar a questão que foi posta a nu, fornecendo resultados sobre a essência da mesma e dando prioridade a mudanças súbitas ou dificuldades nela encontradas. A autora redefine o conceito de crise, pois, a despeito de sua reflexão confirmar a gravidade da situação, ela argumenta a favor da oportunidade de pensamento e de análise crítica proporcionadas por essa mesma situação. Uma crise obriga as pessoas a se voltarem para as questões mais fundamentais, o que, por sua vez, exige formular respostas novas, novas formas de julgamento:

Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas, de qualquer modo, julgamentos diretos. Uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão. (ARENDR, 2009, p.223)

A ideia arendtiana de considerar a crise como um momento de explicitação das fragilidades inerentes ao processo afasta-se da ideia de crise enquanto perda dos valores e virtudes ideais, soterrados num passado idílico que a teria precedido. Para Arendt (2009, p. 245), “tal retrocesso nunca nos levará a parte alguma, exceto à mesma situação da qual a crise acabou de surgir”. A autora argumenta que a crise, ao contrário, coloca em xeque as certezas e a segurança que sustentavam esse passado ideal, ou seja, os bons resultados que reinavam anteriormente são questionados e, então, surge uma nova situação que escapa do controle, destruindo estes supostos bons resultados. Contudo, no que se refere à instituição familiar, observa-se que as pessoas a veem em situação de crise, não tendo esta compreensão arendtiana da mesma. Por esta razão, a discussão sobre a crise da família é recorrente.

Diante do exposto, constatou-se, neste estudo, que a instituição familiar não se encontra enfraquecida. Comprovou-se, historicamente, que sempre houve uma pluralidade de configurações familiares. Mas entende-se que, hoje, a sociedade

reconhece formatos familiares que fogem ao padrão considerado "normal", tradicional, incluindo aquelas que hoje são constituídas através de novas configurações. Apesar destas considerações, a discussão sobre a temática da crise procede, uma vez que abarca vários olhares. De acordo com a perspectiva de Arendt, a crise se afasta enquanto perda de valores, porém, se aproxima em relação à mudança destes. Em outras palavras, na crise ocorre a perda de valores existentes, porém, promove-se a mudança dos valores e o ganho de outros. Em outras palavras, a crise promove um movimento, e, conseqüentemente, mudanças. Esta perspectiva é convincente, haja vista que atinge a compreensão das pessoas, pois entende-se que a instituição familiar encontra-se em movimento, muda em seus valores e em sua dinâmica devido a uma série de questões e transformações sociais, culturais e tecnológicas.

Observou-se, também, que há resistência aos processos de mudanças na família, resultando, muitas vezes, reflexões equivocadas. Porém, tais resistências são passíveis de compreensão, pois as pessoas estão vivendo com essas transformações e aprendendo a lidar com os seus conseqüentes impactos. Como estão vivenciando esse processo, ou seja, como são atores ativos nesse e desse processo, torna-se difícil fazer uma análise mais neutra, distanciada, pois são sujeitos da pós-modernidade.

Compreende-se, enfim, que tudo está em constante movimento: a história, as questões sociais, as pessoas e as instituições. Este estudo tem o objetivo de responder às seguintes questões: qual é o lugar, atualmente, da família contemporânea? Quais as suas funções? Qual o seu sentido?

A abordagem de tais questões é de fundamental importância, uma vez que o objetivo desta pesquisa é analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias na presença de um de seus membros em formação presbiteral. As análises feitas foram necessárias para que, mais adiante, se possa compreender qual é o significado de ser presbítero na contemporaneidade. Obviamente, ser padre nos tempos atuais é diferente de ser padre em eras anteriores, quando, por exemplo, desde a modernidade, as famílias faziam questão de que pelo menos um dos seus se tornasse padre. Ter um padre trazia status para a família e este ocupava também uma posição de status na sociedade. A Igreja era uma instituição política, econômica e social muito forte. Hoje, pelo que se observa, tais valores mudaram. Em grandes metrópoles nota-se que os padres se dissipam na sociedade, apesar de serem reconhecidos de forma diferenciada em relação

às outras pessoas.

No próximo capítulo, pretende-se prosseguir com esta ideia de crise da família relacionando-a com os valores da Igreja Católica Apostólica Romana.

3 CONCEPÇÃO DE FAMÍLIA E IGREJA

3.1 Igreja católica e sociedade

Desde o início deste capítulo, é necessário que sejam entendidos dois conceitos que são referências constantes a partir desta parte do estudo: o conceito de Igreja e de católico.

Neste trabalho, a referência à Igreja envolve as pessoas que a constituem. No contexto bíblico, o termo *Igreja* designa "reunião de pessoas", sem estar necessariamente associado a uma edificação ou a uma doutrina específica. Este sentido de Igreja pode ser certificado no texto bíblico do Novo Testamento, no qual a palavra Igreja aparece por diversas vezes, sendo utilizada como referência a um agrupamento de cristãos, e não a edificações ou templos. Desta forma, ao se considerar, a Igreja, aqui, como sendo as pessoas que a constituem, pode-se inferir que as mesmas compartilham os seus dogmas, fortalecendo-os. Esse sentido de Igreja é o mais pertinente à investigação, sobretudo no que se refere às mudanças que ocorrem na estrutura familiar do candidato ao presbitério - depois de ele ter iniciado o seu processo de formação - mudanças como, por exemplo, a aproximação ou o distanciamento da família em relação à Igreja, o fortalecimento ou o enfraquecimento da religiosidade dos membros de sua família.

Por sua vez, o termo “católico” significa global em grego. A Igreja Católica elaborou sua doutrina ao longo dos concílios e a partir da Bíblia, comentados pelos Pais e pelos doutores da Igreja. Ela propõe uma vida espiritual e uma regra de vida aos seus fiéis, ambas inspiradas no Evangelho e definidas de maneira precisa. Regida pelo Código de Direito Canônico, a Igreja se compõe - além da sua muito bem conhecida hierarquia ascendente, que vai do diácono ao Papa⁵ - de vários movimentos apostólicos, que comportam notadamente as ordens religiosas, os institutos seculares e uma ampla diversidade de organizações e movimentos. Desde o dia treze de março de 2013, a Igreja Católica encontra-se sob a liderança do Jesuíta Papa Francisco.

⁵O Papa possui poder de jurisdição completo e supremo sobre toda a Igreja Católica, não meramente nas matérias da fé e da moral, mas também na disciplina e no governo da Igreja, pela virtude do direito Divino.

O mundo católico é um mundo vasto e amplo, sobretudo, depois que passou a ser liderada pelo Papa Francisco. A formação de um sacerdote, hoje, vai além da Filosofia e da Teologia, ou seja, a Igreja Católica intensifica o aprendizado na certeza de que o sacerdote é um ser humano em contínua e permanente formação, pois, para pastorear uma comunidade, precisa também ter conhecimentos sociais (já que orienta a Pastoral Social), psicológicos (para indicar fiéis que necessitam de terapia), políticos (para ter condições de guiar a Pastoral de Fé e Política), entre outros. Estes saberes são necessários para que suas intervenções, ainda que direcionadas para a espiritualidade, sejam realizadas com excelência, conforme as exigências do contexto contemporâneo. Entretanto, é importante mencionar que, apesar das exigências na formação de um sacerdote e do amplo conhecimento demandado, não é ele quem realmente conduz a Igreja Católica, e sim, o Espírito Santo de Deus.

Segundo Aquino (2014), nenhuma instituição sobreviveu a tantos golpes, perseguições, martírios e massacres durante 2000 anos como a Igreja Católica, permanecendo intacta, e nenhuma outra instituição teve uma sequência ininterrupta de governantes. Eram 12 apóstolos, hoje são cerca de 5.000 Bispos⁶ e seus sucessores. O Jesuíta Papa Francisco comanda este “exército”, incentivando e promovendo a união dos membros.

A tolerância, a humildade, a caridade, a organização administrativa, a alfabetização em larga escala, a guarda e o respeito pelo conhecimento, o legado do latim e do canto gregoriano, os direitos humanos, a organização da União Europeia, o clamor contínuo pela paz mundial e outros tantos temas são frutos da luta/organização católica. É a este cenário extenso e complexo que o mundo católico se dedica, podendo, conseqüentemente, impactar a base de formação - a família - de um sujeito que se dispõe a viver nele. Este impacto pode ocorrer positiva e/ou negativamente, dependendo da estrutura da família do sujeito em formação. Por exemplo, os sujeitos que se dispõem à formação presbiteral podem, diante de tantos conhecimentos adquiridos e diante das regras do universo católico, ter ou não dificuldade de conviver com o seu núcleo familiar. Imagine uma família muito religiosa que segue fervorosamente os dogmas da Igreja. Um dos seus membros é afetado pelos fatos da contemporaneidade - como o

⁶ Os Bispos possuem um poder ordinário de governo sobre suas dioceses; a totalidade dos Bispos é infalível, quando eles, ou reunidos em conselho geral ou espalhados sobre a terra, propõem um ensinamento de fé ou moral como aquele que deve ser guardado por todos os fiéis.

divórcio, a separação conjugal ou o aborto - os quais não são aceitos pelas leis católicas. Isto pode levar a um conflito e se tornar uma questão: como este sujeito mergulhado nos ensinamentos católicos e diante de suas leis, vai lidar com o ocorrido no interior de sua família? Pretende-se elucidar esta questão, tornando-a mais clara e reflexiva, ao longo deste estudo, quando for abordada a questão da moral tradicional, proferida pela Igreja. Neste ponto da pesquisa, propõe-se uma reflexão a respeito de como a Igreja se posiciona diante da sociedade, que se encontra permeada por transformações e caracteriza-se pela diversidade em várias áreas.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) elegeu, para a Campanha da Fraternidade (CF) 2015, o tema “Fraternidade: Igreja e sociedade”, cujo objetivo geral é "aprofundar, à luz do Evangelho, o diálogo e a colaboração entre a Igreja e a sociedade, conforme foi proposto pelo Concílio Ecumênico Vaticano II⁷, como serviço ao povo brasileiro, para a edificação do Reino de Deus." (CNBB, 2015, p.14). O manual da CF-2015 descreve os compromissos e as preocupações que a Igreja tem com a sociedade atual, certificando-se, também, que ela está para além de ser apenas um templo de oração.

Na sociedade brasileira, as mudanças são tão profundas e constantes a ponto de se vislumbrar uma verdadeira mudança de época. É uma situação geradora de crises e angústias na vida pessoal, nas instituições e nas várias dimensões da sociedade. As mudanças indicam também oportunidade de uma vida cristã

⁷ O Concílio Vaticano II foi o acontecimento fundamental da vida da Igreja contemporânea. Segundo o Papa João XXIII, os objetivos do Concílio seriam a renovação interior da Igreja, a promoção da unidade entre todos os cristãos e a paz no mundo, priorizando a questão da pastoral. Dentre as principais transformações trazidas, destacam-se a reestruturação da Igreja. Pretendia-se adequar a doutrina ao mundo contemporâneo, pós-moderno e com valores totalmente diferentes dos períodos anteriores. Falava-se constantemente num aggiornamento, que significa aperfeiçoamento, atualização, uma reeducação, visando estar inteirado com a modernidade. O caráter pastoral assumido significa um novo modo de agir da Igreja e do seu magistério, um agir mais voltado para o mundo e para as suas necessidades. [...] Dialogar com a sociedade e com as outras Igrejas e crenças, conforme o Compêndio do Vaticano II. A Igreja propõe abrir-se ao mundo e penetrar na cultura dita profana, pois toma consciência de que não é fugindo do mundo que se resolvem os problemas que têm origem nele. Somente ao enfrentar os problemas pode-se encontrar uma solução para eles. Com o Vaticano II houve uma renovação da Igreja, que se mantinha fechada em um clericalismo vertical e hierárquico. O Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, instalado em 11 de outubro de 1962 e concluído pelo papa Paulo VI em 7 de dezembro de 1965, produziu 16 documentos. Os documentos cujos temas são de ensinamento social tentaram reacender a consciência política e social das nações e de todos os cidadãos a respeito da urgência de se colocar o respeito pelos direitos fundamentais dos indivíduos e dos povos no centro da convivência humana. No discurso de abertura, Ângelo Roncalli ansiava apenas por um "salto para frente". Na prática, animava-se a colher aquilo que já fora semeado, o movimento social impelido pelas rápidas mutações históricas que exigiam da Igreja novas atitudes". (SANTINI, 2005, p.261).

mais intensa e atuante. (CNBB, 2015, p.21).

De acordo com o referido manual, a Igreja Católica reconhece as transformações sociais e propõe ações em função das mesmas, além de relatar que tem, como missão, o serviço à sociedade em favor do bem integral da pessoa humana. A mensagem do Evangelho exige dos cristãos o direito e o dever de participarem da vida da sociedade. Daí a importância do diálogo cooperativo, fraterno e enriquecedor entre o Catolicismo, a realidade social e as instâncias representativas da ordem social. O modo pelo qual a Instituição Católica dialoga com a sociedade em geral é através do serviço cooperativo em favor da verdade, da justiça e da fraternidade, visando o bem comum. A Igreja conta com a parceria de instituições e organizações sociais, bem como de homens e mulheres de boa vontade, unindo forças para a erradicação de injustiças e para a construção de uma sociedade que propicie a vida. Em suas articulações pastorais, organiza movimentos em defesa dos direitos das pessoas, combate as injustiças que atentam contra a dignidade humana e promove a assistência a pessoas ou grupos necessitados. Em suas comunidades, as orações e celebrações são acompanhadas de reflexões acerca dos problemas enfrentados na sociedade, bem como de ações práticas e concretas em prol de uma renovação social baseada no respeito à dignidade da pessoa.

Um exemplo do engajamento social e político recente da Igreja Católica com suas parcerias foi seu apoio ao Projeto de Participação Popular que resultou na instituição da Lei da "Ficha Limpa" (Lei 135/210)⁸. Em vigor, essa nova legislação impediu vários candidatos condenados pela Justiça de concorrerem ao pleito eleitoral de 2014. Desde agosto de 2013, outro projeto desta ordem tramita no Congresso: é o chamado "Saúde + dez", que reivindica 10% das receitas brutas da União para a Saúde Pública. Este projeto decorre da Campanha da Fraternidade de 2012. (CNBB, 2015, p.28, grifos do autor).

Pelo texto do Manual, constata-se o quanto a Igreja está ou procura estar engajada com as questões sociais, além de se fazer parceira de outras instituições.

Outra questão que se pretende abordar, diz respeito ao modo *como* a Igreja pensa a pessoa e a sociedade. Para ela, a sociedade não é um acessório para a pessoa, mas uma exigência da natureza. É através das inter-relações que as pessoas desenvolvem suas capacidades e, assim, respondem à sua vocação. A sociedade é vista como:

⁸ Esta Lei impede pessoas que já tiveram condenação judicial em segunda instância de se apresentarem como candidatos ao pleito eleitoral.

[...] um conjunto de pessoas vivendo de modo orgânico. Ela é uma espécie de "assembleia" ao mesmo tempo visível e espiritual. É uma sociedade que perdura no tempo: assume o passado e prepara o futuro. Através dela cada pessoa é constituída "herdeira" que enriquece a sua identidade e cujos frutos devem desenvolver. Cada comunidade define-se pelo fim a que tende e, por conseguinte, obedece a regras específicas. Mas a pessoa humana é e deve ser o princípio, o sujeito e o fim de todas as instituições sociais. (CNBB, 2015, p.59, grifos do autor).

A esta visão de sociedade, subentende-se o princípio da subsidiariedade⁹, cuja finalidade, segundo Pires (2011) é “garantir que nenhum indivíduo seja forçado a fazer aquilo que não deseja, em detrimento de si mesmo e em prol de outro indivíduo ou grupo humano”. A CNBB entende assim este princípio:

[...] uma sociedade de ordem superior não deve interferir na vida interna de uma sociedade de ordem inferior, privando-a das suas competências, mas deve antes apoiá-la, em caso de necessidade, e ajudá-la a coordenar a sua ação com a dos demais componentes sociais, com vista ao bem comum. (CNBB, 2015, p.59).

Este princípio opõe-se a todas as formas de coletivismo e marca os limites da intervenção do Estado. Visa a harmonização das relações entre os indivíduos e as sociedades, bem como a instauração de uma verdadeira ordem internacional.

Diante do exposto, depreende-se a concepção de sociedade para a Igreja Católica, bem como reconhecimento das suas transformações e a promoção de ações participativas e projetos que a beneficiem. Além disso, constata-se que o processo de mudanças sociais interfere nas instituições presentes na sociedade. Por fim, pode-se verificar que há um movimento dialético entre sociedade, instituições e relações entre as pessoas, o que resulta em mudanças de suas normas e leis jurídicas. Paradoxalmente, é possível perceber que a Igreja não muda diante das suas doutrinas - ainda que inserida nesta sociedade repleta de transformações - por ser uma instituição engessada em seus dogmas. Devido a este engessamento, há uma incompatibilidade entre os valores da Igreja e os novos valores sociais, trazidos pela pós-modernidade. Este fato pode auxiliar a compreender e/ou justificar o seu posicionamento diante da sociedade, assim como o

⁹ Segundo Pires (2011), Subsidiariedade é o respeito de uma nação por este grupo de círculos concêntricos de ação e autonomia, dos quais o centro é o próprio ser humano. Aplicar a subsidiariedade é garantir que nenhum indivíduo seja forçado a fazer aquilo que não deseja, em detrimento de si mesmo e em prol de outro indivíduo ou grupo humano.

discurso das lideranças católicas, que constituem um verdadeiro manancial no que se refere à crise da família.

3.2 Família e Igreja

A trama que envolve os sujeitos na sua socialização primária chama-se família, que é composta através de relações sociais historicamente construídas, circunscritas em tempos diferenciados e marcados por culturas locais.

O que confere particularidade à socialização da família é o fato da (sic) criança estar dependente do mundo dos adultos, o que lhe ajuda a definir o seu próprio "eu" e os "outros". Assim, a criança começa a desempenhar os primeiros papéis e atitudes, a partir das pautas comportamentais que lhes são dadas pelos adultos que lhes são significativos (os "outros significativos"). Na família são valorizadas determinadas atitudes e comportamentos tais como: afeto, amor, lealdade, respeito, confiança, entre outros, e todos são sempre atrelados às expectativas dos socializadores da família. (FONTES, 2008, p.50, grifos da autora).

A família constituída historicamente sob a forma ideológica de indivíduo - o sujeito ocidental - porta qualidades ontológicas, simbólicas e pragmáticas muito peculiares, sobretudo quando comparadas com as das demais culturas. Essas qualidades são, fundamentalmente, a liberdade, a igualdade e a autonomia, essenciais na configuração dos valores prezados hegemonicamente como os melhores e os mais legítimos. Entre as múltiplas ordens de englobamento das pessoas socialmente situadas, a família tem uma posição privilegiada, uma vez que não há reprodução humana sem o agrupamento de diversas pessoas em um círculo relacional mínimo, em que a concepção, o parto e os cuidados às crianças se processam. Assim sendo, a família é um tema fundamental para a Igreja Católica e, devido à sua importância, é elemento constitutivo da doutrina social¹⁰ da mesma.

De acordo com Aquino (2014), e com base na revelação (Bíblia e Tradição) e no sagrado Magistério - que faz uso, especialmente, do Catecismo da Igreja (Texto de

¹⁰Doutrina Social da Igreja (DSI) é o conjunto dos ensinamentos contidos na doutrina da Igreja Católica e no Magistério da Igreja Católica para os temas sociais, constante de numerosas encíclicas e pronunciamentos dos Papas inseridos na tradição multissecular, e que tem suas origens nos primórdios do Cristianismo. A doutrina social implica a presença do homem na sociedade e no contexto internacional. Trata-se de uma reflexão feita à luz da fé e da tradição eclesial.

referência: João Paulo II, CF¹¹), das Cartas, Encíclicas, Exortações, Catequeses e demais pronunciamentos do Papa - a família é chamada, desde os primórdios da Igreja, de "Igreja Doméstica", sendo declarada pelo Papa João Paulo II como o "Santuário da vida". "Santuário quer dizer 'lugar sagrado'. É ali que a vida é cultivada e formada. É missão sagrada da família, guardar, revelar e comunicar ao mundo o amor e a vida." (AQUINO, 2014, p.13, grifos do autor).

Na visão Bíblica, o homem e a mulher são chamados a, juntos, continuarem a ação criadora de Deus e a construção mútua de ambos. Só ao casal humano é dada a inteligência para ver, a liberdade para escolher, a vontade para perseverar e a consciência para ouvir continuamente a Sua Voz. Esta é a alta dignidade que Deus confere à criatura feita à sua imagem. "Ponho diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição. Escolhe, pois, a vida, para que vivas com a tua posteridade, amando o Senhor teu Deus, obedecendo à sua voz e permanecendo unido a ele." (BÍBLIA SAGRADA, Dt. 30:19-20).

O Catecismo da Igreja Católica - CIC, §2205, (2000), ao falar de família no plano de Deus, diz que ela é "vestígio e imagem da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sua atividade procriadora e educadora é o reflexo da obra criadora do Pai." Essas palavras indicam que a família é, na terra, a marca do próprio Deus, que, através dela, continua a sua obra criadora. O Catecismo ensina que desde que existe a humanidade existe a família, e que ninguém jamais a pôde ou poderá destruir pelo fato de ela ser divina, ou seja, ter sido instituída por Deus. A família é "a célula originária da vida social. [...] É a sociedade natural na qual o homem e a mulher são chamados ao dom de si no amor e no dom da vida." (CIC, §2207, 2000). A família é o eixo da humanidade, é a sua pedra angular. O futuro da sociedade e da Igreja passam inexoravelmente por ela. É ali que os filhos e os pais devem ser felizes. Quem não experimentou o amor no seio do lar terá dificuldade para conhecê-lo fora dele.

O Concílio Vaticano II (1962- 1965) definiu a família como "íntima comunidade de vida e de amor" (*Gaudium et Spes*- GS). O mesmo Deus que, por um desígnio de pura bondade criou o homem e a mulher, os quis em família. Pela Bíblia Sagrada (Gen. 2:18), "não é bom que o homem esteja só; vou dar-lhe uma ajuda que lhe seja adequada." Deus criou a mulher da costela do homem e a levou para ele. Este, ao vê-la,

¹¹ Cartas às Famílias - Papa João Paulo II - 02/02/1994.

suspirou de alegria: "Eis agora aqui, disse o homem, o osso dos meus ossos e a carne de minha carne, ela se chamará mulher..." (BÍBLIA SAGRADA, Gen. 2:23). Após esta declaração de amor tão profunda, a primeira na história da humanidade, segundo a palavra sagrada, Deus, então, mostra-lhes toda a profundidade da vida conjugal: "Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne." (BÍBLIA SAGRADA, Gen. 2:24). E depois de criar o homem e a mulher, Deus disse: "Crescei e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a. Dominai [...]." (BÍBLIA SAGRADA, Gen. 1:28). Este é o desígnio de Deus para o homem e a mulher: juntos, em família. Crescer, multiplicar, encher a terra e submetê-la. E para isso Deus deu ao homem a inteligência para projetar e as mãos para construir o seu projeto. Desta forma, Ele constituiu a família humana, a partir do casal, para durar para sempre. De acordo com sua palavra "FAMÍLIA É SAGRADA".

No contexto da Igreja, vê-se que o homem não pode estar só, falta-lhe algo para a realização completa como ser humano. Vê-se aí toda a importância do matrimônio que enriquece o casal na sua complementaridade. Também, observa-se a dignidade baseada no amor mútuo, que leva o homem e a mulher a deixarem a casa paterna para se dedicarem um ao outro. Este amor é tão profundo que os dois se tornam um só, "uma só carne", para que possam juntos realizar um grande projeto: a família.

Até aqui, foi feita uma exposição acerca da evolução e do percurso histórico da família e, concomitantemente, da sociedade, da legislação e dos novos formatos das inter-relações. No fim do item anterior, arriscou-se a dizer que havia incompatibilidades entre os valores da Igreja (com seus dogmas) e os da sociedade (com suas mudanças), ainda que houvesse, por parte da Igreja, o reconhecimento das transformações sociais que foram acontecendo ao longo do tempo. Esta incompatibilidade pode ser observada na temática do divórcio, por exemplo. Atualmente, o divórcio - aliado às mudanças que ocorreram em relação ao significado do casamento, à nova forma dos casais se relacionarem e à organização da instituição familiar - contribuiu para que a decisão pelo fim do casamento deixasse de ser algo tão incomum e mal visto pela sociedade. No entanto, a Igreja é rígida em seus fundamentos sagrados: "não separe o homem o que Deus uniu." (BÍBLIA SAGRADA, Mt. 19:6). Este versículo mostra que Deus está empenhado na união absoluta do homem com a mulher, de onde vai surgir, então, a família. Assim, não há poder humano, perante a Igreja, que possa eliminar o

matrimônio.

Ao falar da família e da sociedade, por ocasião do Ano da Família em 1994, o Papa João Paulo II destacou:

Nenhuma sociedade humana pode correr o risco do permissivismo em questões de fundo relativas à essência do matrimônio e da família. Um tal permissivismo moral só pode causar dano às autênticas exigências de paz e da comunhão entre os homens. Compreende-se, assim, porque a Igreja defende vigorosamente a identidade da família e incita as instituições competentes (...) a não cederem à tentação de uma aparente e falsa modernidade. (PAPA JOÃO PAULO II, CARTAS ÀS FAMÍLIAS - CF, 1994).

A família sempre foi uma das grandes preocupações da Igreja. Em 1980, foi realizado, em Roma, o Sínodo¹⁷ dos Bispos sobre a família. Em seguida, a pedido dos Bispos do mundo todo, o Papa João Paulo II escreveu a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, que podemos chamar de Carta Magna da Família.

O Sínodo ordinário dos Bispos sobre a Família aconteceu em outubro de 2015, pelo Papa Francisco na Basílica de São Pedro, com a participação de numerosos fiéis e cerca de 300 bispos e cardeais. Teve como objetivo debreçar-se sobre as questões que afetam a família hoje, procurando propor soluções à luz do Evangelho.

O Papa pôs em evidência os contrastes que caracterizam o mundo globalizado atual: casas de luxo sem amor familiar, projetos ambiciosos e falta de tempo para viver o que se idealizou, prazeres sem amor, liberdade sem autonomia, fatores que fazem aumentar ainda mais o número de pessoas que se sentem sós e também das que se fecham no egoísmo, muito poder e muita solidão nas sociedades de hoje. O Papa defendeu que o núcleo onde todos estes contrastes desaguam é precisamente a família, e, em função deles, existe cada vez menos esforço em se levar adiante uma relação sólida, fecunda e duradoura no amor. “Deus não criou o ser humano para viver na tristeza ou para estar sozinho, mas para a felicidade, para a partilha [...], para amar e ser

¹⁷ "O sínodo é um caminhar juntos com espírito de colegialidade, aceitando com valentia a parresia, o zelo pastoral e doutrinal, a sabedoria, a franqueza e colocando sempre diante dos nossos olhos o bem da Igreja e das famílias. O sínodo não é um congresso, nem um parlamento ou um senado em que é preciso chegar a um acordo. O sínodo é uma expressão eclesial, é a Igreja que caminha junta para ler a realidade com os olhos da fé e com o coração de Deus, é a Igreja que se interroga sobre a fidelidade ao depósito da fé e que, por isso, não representa um museu, mas uma fonte viva, da qual a Igreja se sacia para saciar o depósito da vida". (PAPA FRANCISCO, 2015).

amado.” (PAPA FRANCISCO, 2015). Segundo a palavra sagrada, é este sonho que Deus tem para com a sua criatura predileta: vê-lo realizado na “união, no amor entre o homem e a mulher”, para que se tornem, assim, “um só”. União indissolúvel, abençoada por Deus - Jesus diria, mais tarde, à multidão que o seguia e que praticava o divórcio. Esta afirmação extraída do texto bíblico significa que o objetivo da vida conjugal não é apenas viver juntos para sempre, mas amar-se para sempre. Jesus restabelece, desse modo, a ordem originária e originadora. Defende-se o não à separação e ao divórcio, e o sim à gratuidade de um amor conjugal único até à morte, que só pode ser compreendido à luz da gratuidade do amor pascal de Jesus. Com relação ao assunto, o Papa Francisco (2015) argumenta que “o matrimônio não é uma utopia da adolescência, mas um sonho sem o qual a sua criatura estará condenada à solidão. De fato, o medo de aderir a este projeto paralisa o coração humano.” O Papa acrescenta que o homem de hoje se sente atraído e fascinado pelo amor autêntico, sólido, fecundo, fiel, perpétuo. Ele vive um paradoxo: vai atrás dos amores temporários, mas sonha com o amor autêntico; corre atrás dos prazeres carnavais, mas deseja a doação total e tem sede de infinito.

Então, diante deste contexto social e matrimonial desfavorável, o que a Igreja faz é viver a sua missão na fidelidade a Deus, na verdade e na caridade, e, a esse respeito, o Papa fala como uma voz que grita no deserto:

Viver a sua missão na fidelidade ao seu Mestre, para defender o amor fiel e encorajar as inúmeras famílias que vivem o seu matrimônio como um espaço onde se manifesta o amor divino; para defender a sacralidade da vida, de toda a vida; para defender a unidade e a indissolubilidade do vínculo conjugal como sinal da graça de Deus e da capacidade que o homem tem de amar seriamente. (PAPA FRANCISCO, 2015).

Desta forma, o Papa ensina que a fidelidade a Deus é uma missão que não se altera conforme as modas ou opiniões dominantes; uma missão que, em espírito de verdadeira caridade, leva a Igreja a procurar e a cuidar dos casais feridos com o óleo da aceitação e da misericórdia; a estar sempre de portas abertas para acolher e a sair para ir ao encontro dos que sofrem, para caminhar com a humanidade ferida; a ensinar e defender os valores fundamentais, a educar para o amor autêntico, capaz de tirar da solidão, sem esquecer da missão de bom samaritano da humanidade ferida. Para a Igreja, quem erra deve ser compreendido e amado, acolhido, acompanhado, porque, segundo o Papa Francisco (2015), “uma Igreja com as portas fechadas atraiçoa-se a si

mesma e à sua missão e, em vez de ser ponte, torna-se uma barreira”.

Em síntese, diante do discurso da Igreja Católica, certifica-se que a família, constituída pela via do casamento, é sagrada. Mesmo a Igreja reconhecendo os grandes movimentos e transformações pelos quais a sociedade passa, no que tange à família, a Igreja tem valores e estes são permanentes. Portanto, para a Igreja, temas como o aborto, o divórcio e o planejamento familiar não comungam com o que está acontecendo na sociedade. Em virtude disto, percebe-se que a família cristã, assim como os seus membros, devem viver grandes conflitos internos, pois a Igreja se distancia de temas recorrentes na sociedade atual. Fontes (2009) elucida que uma família cristã está atrelada a conflitos pessoais e inter-relacionais.

A autora propõe uma reflexão que busca responder quando Deus é um membro do sistema familiar contemporâneo, e, para tal, relata ter encontrado vários estudos acadêmicos, do campo da prática da psicoterapia e do aconselhamento, que comprovam a ação potencializadora da experiência religiosa nas famílias. "Em todos esses estudos, somos apresentados de diferentes formas a essa experiência, que, além de conflitos inter-relacionais, outras vezes também é citada em seus efeitos geradores de tensão e muitas vezes desencontros familiares." (FONTES, 2009, p.50). Porém, a grande proposta de "mútua aceitação" (FONTES, 2009, p.51) e de cumprimento da proposta de vida pautada pelo compromisso ético relacional com Deus e com o outro têm funcionado como o grande "Antídoto" (FONTES, 2009, p.51) contra o sedutor apelo atual para uma autorrealização egoísta e autocentrada. A autora, em seus estudos, confirma o que se observou nesta pesquisa, ou seja, o fato de haver uma incompatibilidade de valores entre a Igreja e os novos valores sociais trazidos pela pós-modernidade. Desta forma, pergunta-se: como os casais e/ou as famílias com adesão religiosa fervorosa lidam com seus conflitos oriundos da proposta contemporânea, sobretudo no que tange à natureza definitiva do casamento e também à noção de bem-estar coletivo dos laços familiares? "Para os casais [e famílias] religiosos, encontrar a Deus em meio a seus conflitos e dilemas pode trazer uma abertura que pode oferecer novas alternativas para a busca de soluções que resolvam suas diferenças e, assim, fortaleçam sua relação." (BRUSCAGIN apud FONTES, 2009, p.51).

Para Fontes (2009), ocorrem muitos equívocos na experiência relacional de algumas famílias religiosas. Estas se privam de qualquer ajuda de outra ordem que não a

religiosa frente aos seus conflitos. Os problemas mais comuns como as explosões de temperamento e os problemas de comunicação entre os indivíduos de uma mesma família não são levados em consideração. Os problemas mais graves como o alcoolismo e os abusos são escondidos para evitar a quebra da imagem de bons cristãos. E com relação ao divórcio, fato recorrente na contemporaneidade? Fontes (2009) observa que "...a experiência do divórcio entre casais religiosos evidencia a existência de um triplo conflito: os sofrimentos provocados pelos próprios conflitos não resolvidos; a relação com Deus e com a comunidade que, o mais das vezes, rejeita a situação de divórcio." É proposta pela Igreja, diante da questão, uma ação mais terapêutica e pastoral. "A ação terapêutica precisará também passar, neste contexto, pela apresentação de uma fé em um Deus do perdão e da graça, e pela busca sincera e verdadeira por caminhos de resolução dos conflitos." (FONTES, 2009, p.51). Segundo a autora, os conflitos familiares com os filhos parecem obedecer a essa mesma possibilidade e mesmo impasse.

Finalmente, discorre-se sobre a questão que se refere à relação da família com a Doutrina Social da Igreja. Na Doutrina Social da Igreja, a Família é compreendida como sendo célula vital da sociedade, primeira sociedade natural, fundada no matrimônio (um vínculo perpétuo entre um homem e uma mulher), santuário da vida, a quem é atribuída uma tarefa educativa que é direito dos filhos, é protagonista da vida social e deve ter a sociedade a seu serviço. O matrimônio é entendido como o fundamento da família. Não decorre de uma convenção humana e se fundamenta na natureza própria do ser humano. É dotado de características próprias e permanentes, e exige um compromisso público e irrevogável do qual decorrem direitos e deveres recíprocos entre os cônjuges. O matrimônio tem como características, conforme o Compêndio da Doutrina Social da Igreja (2005), a totalidade da doação recíproca definitiva, a indissolubilidade, a fidelidade e a abertura à fecundidade. Portanto, rejeita o divórcio, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a poligamia e o adultério. Está ordenado à ajuda mútua, à procriação e à educação dos filhos, o que constitui um bem para toda a sociedade, e não tem seu valor diminuído se eles não chegam a vir, embora muito desejados. Foi elevado à condição de Sacramento e deve a sua estabilidade à lei divina positiva. Para lembrar, conforme já explicitado no item 3.1, a Família tem prioridade e precedência em relação à sociedade e ao Estado. Pela sua função procriadora, a família é a condição de

existência da própria sociedade. Para a Igreja, a legitimação da família está fundada na própria natureza humana e não no reconhecimento da lei civil. Ela antecede ao próprio Estado, por isto ela não existe em função do Estado, antes, o contrário: a sociedade e o Estado é que existem para a família. Nas suas relações com a família, de acordo com o *Familiaris Consortio*, 472, do Compêndio do Vaticano II (2000), o Estado tem o dever de ater-se ao *Princípio da Subsidiariedade*, não lhe subtraindo as tarefas que pode realizar sozinha ou associada a outras famílias, além de ter o dever de apoiá-la, garantindo-lhe os auxílios necessários para que possa bem cumprir as suas responsabilidades.

Compreender a visão da Igreja em relação à família é importante para alcançar e compreender os sentidos e significados que as famílias contemporâneas de um aspirante ao presbiterato darão à entrada do mesmo no seminário. Na próxima seção, será discutido como se dá o processo de formação presbiteral. Almeja-se fornecer dados para que se possa certificar da importância da família no processo vocacional, no processo de escolha e durante toda a formação do candidato que vislumbra ser um padre. Além disso, pretende-se evidenciar e/ou reforçar, questões que são paradoxais, como o fato de a Igreja reconhecer as transformações sociais, porém, permanecer engessada em seus dogmas. Por outro lado, a Igreja valoriza, discute, propõe ações em prol da família e parece não se responsabilizar pelas mesmas no que tange à ausência de um dos seus membros, aquele que se dedica à sua formação em prol da Igreja.

3.3 Formação presbiteral

Pensar nas categorias para o desenvolvimento do homem é considerá-lo como um sujeito histórico-social, que faz parte de uma cultura. Como parte deste contexto, a família é uma das instituições que forma o sujeito e que produz subjetividades. É importante mencionar que o sentido de história deve ser entendido como o modo através do qual os homens produzem e reproduzem a condição de sua existência. Enfim, esta perspectiva de produção e reprodução, de movimentos e transformações históricas, sociais e culturais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, com a colaboração da Comissão Episcopal Pastoral para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada, e da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil, publicam as

Diretrizes para a Formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil. Estas diretrizes são fruto da reflexão, da experiência e do trabalho de todos os envolvidos no Ministério e na vida dos presbíteros.

A Igreja no Brasil, tendo celebrado com júbilo o Ano Sacerdotal (junho de 2009/junho de 2010), acolhe com grande expectativa estas Diretrizes, reconhecendo nelas um precioso instrumento e um guia seguro para percorrer as diferentes etapas que envolvem a formação inicial e permanente dos Presbíteros do Brasil, levando em consideração as contribuições legadas pela V Conferência Latino Americana, em Aparecida. (CNBB, 2010, p.9).

Diante das circunstâncias culturais e sociais do tempo presente, nesta mesma conferência, foram examinadas cuidadosamente quais seriam as fontes do Magistério para o assunto, que colhessem elementos da doutrina cristã católica e da pedagogia, de fundamental importância para enriquecer a formação espiritual, humana, intelectual e pastoral dos futuros sacerdotes para atuarem como novos impulsos vitais, consoantes com a índole peculiar de nosso tempo.

Na Igreja Católica, há os Ministérios Ordenados, que se referem à formação dos diocesanos, e a Vida Religiosa Consagrada, que se refere às congregações. Cada instituição católica, tendo como base o documento da CNBB, constitui suas regras e normas para a formação presbiteral. Segundo a CNBB, são vários os documentos na Igreja Católica que fazem referências à formação presbiteral. Portanto, para melhor entendimento das etapas necessárias ao processo dessa formação, pretende-se fundamentar, tanto no documento da CNBB, como também no Direito Canônico. O Direito Canônico é o conjunto das normas que regulam a vida na comunidade eclesial, e está praticamente todo condensado no Código de Direito Canônico. Neste diploma legal encontram-se regras de direito material e de direito processual, dentre outros.

Em 1984, a 22ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou e votou novas diretrizes básicas da "Formação dos Presbíteros na Igreja do Brasil", tendo como principais referências, além dos documentos citados anteriormente, a III Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribenho, realizada em Puebla, nos dias 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, e o novo Código de Direito Canônico, publicado no dia 25 de janeiro de 1983. (CNBB, 2010, p.18).

Pretende-se, neste estudo, retirar os fundamentos nas Diretrizes para a formação dos Presbíteros da Igreja no Brasil e no Código de Direito Canônico, haja vista que estes são documentos universais da Igreja e, além disso, estabelecem as Diretrizes para

a referida formação.

A formação presbiteral é um processo que acontece no bojo de uma conjuntura social e eclesial específica, o que corresponde a dizer que tornar-se presbítero não é algo que aconteça de maneira rápida na vida de alguém. O processo ocorre no âmbito do seminário, estabelecimento fechado, com o objetivo de contribuir com a hierarquia clerical. Assim, a transformação de um indivíduo leigo em um membro do clero se dá através de um longo e complexo percurso, no qual alguém se torna um "vacionado", ou seja, com possibilidades futuras de se tornar um presbítero. A vocação sacerdotal é construída de modo gradual e evolutivo por meio de discursos, saberes e práticas institucionais preestabelecidas e precisas. Desta forma, entende-se que a produção de um presbítero é uma produção de subjetividade. Este sujeito que se propõe à formação presbiteral traz em si toda a estrutura de sua família de origem.

O presbítero, por vocação, está situado na junção, na articulação entre o mundo e a igreja. Sofre, conseqüentemente, choque de uma e de outra parte. A imagem do padre muda, porque o mundo muda e a situação histórica em que ele está inserido também muda. A imagem do padre está ligada simultaneamente à existência histórica da igreja e à eclesiologia que lhe corresponde. (LORSCHIEDER apud BENELLI, 2007, p.13).

É importante entender que vocação é diferente de profissão. Ser padre é uma vocação e não uma profissão. Segundo a crença religiosa da Igreja católica, o padre é um homem chamado por Deus, que o escolhe para uma missão específica na Igreja. A vocação ou o chamado para a Igreja é uma expressão do amor de Deus para com seus filhos. Riggio (2015) esclarece que "ser padre é um estado de vida que envolve o mais íntimo e pessoal do escolhido. A profissão, ao contrário, é uma opção de trabalho que pode mudar a qualquer momento, se a pessoa desejar". Em outras palavras, o sacerdócio não pode ser uma opção de trabalho por tratar-se de um estado de vida permanente. É notório que a Igreja, desde sempre, encontrou dificuldades para encontrar os vacionados. O texto bíblico confirma esta observação: "a messe é grande e poucos são os operários" (BÍBLIA SAGRADA, Mt. 9:37).

Considerando a contemporaneidade e suas mudanças, a Igreja se depara com dificuldades cada vez mais maiores para conseguir candidatos à formação presbiteral.

É no campo da juventude que essas mudanças se fazem sentir com maior impacto. Novas tendências impregnam o cotidiano da juventude,

compreendida na cronologia dos 15 a 25 anos. Todos são, de alguma forma, filhos ou herdeiros das mudanças em curso; elas afetam a todos, ainda que seja mais fácil perceber a desconstrução que geram em relação a um passado recente do que o potencial que encerram de um amanhã inédito. A vocação como fenômeno humano se inscreve na profundidade da pessoa em sua busca por ser mais e melhor. Na dinâmica evangélica, a vocação humana se caracteriza pelo desejo de realizar a vontade de Deus e deixar-se transformar por ela (Rm. 12:2). (CNBB, 2010, p.27).

Os vocacionados, de acordo com os documentos da CNBB (2010), não são diferentes dos jovens que não o são. São de culturas diversas, valorizam a democracia, o diálogo, a busca da felicidade humana, a transparência, os direitos individuais, a liberdade, a justiça, a sexualidade, a igualdade e o respeito à diversidade. Ressalta-se, ainda, que eles sentem medo de morrer precocemente por causa da violência, que vivem em um mundo conectado pelos meios de comunicação e buscam, igualmente, segurança e um sentido para a própria vida.

Mas há algo que marca os vocacionados, diferenciando-os dos outros jovens: o celibato.

O celibato é uma resposta de amor que nasce do fascínio por Cristo, ao qual o presbítero responde com a totalidade do seu ser. Através do celibato pelo Reino de Deus, o presbítero é chamado a identificar-se com Cristo no seu amor total e exclusivo à Igreja, e na doação completa de sua vida ao Povo de Deus. Constitui um grande fator de liberdade para amar e servir todos aqueles aos quais o senhor envia, em especial os mais necessitados. "O celibato sacerdotal é o dom de si 'em' e 'com' Cristo à sua Igreja e exprime o serviço do presbítero à Igreja 'no' e 'com' o Senhor" (PDV²², n. 29).

"O celibato solicita assumir com maturidade a própria afetividade e alegria em um caminho comunicativo" (DAp²³, n. 196). Por isso, é fundamental que os candidatos à ordenação sacerdotal sejam formados para a acolhida fiel, generosa e responsável do carisma do celibato, conforme estabelece a Igreja. (CNBB, 2010, p. 44-45).

Assim, os vocacionados, para atenderem ao chamado "Segue-me" (SAGRADA ESCRITURA, Mc. 1:14; Mt. 9:9) da evangelização, precisam ser formados do ponto de vista jurídico, teológico, espiritual, esponsal e pastoral, com uma Igreja particular que os acolhe.

O processo formativo global da vida presbiteral baseia-se em um objetivo geral, alguns objetivos específicos e nos meios para alcançá-los, sendo que estes meios são propiciados pela CNBB. O objetivo geral é: "[...] levá-los a ser santos, discípulos

²² Pastores Dabo Vobis (CNBB, 2010, p. 8)

²³ Documento de Aparecida. (CNBB, 2010, p. 7)

missionários, como verdadeiros pastores do povo de Deus, a exemplo de Jesus Cristo, Mestre, sacerdote e Pastor" (Lv. 19:1; Ef. 1:4). (OT- Optatam Totius, n.4, apud CNBB, p.45). Os objetivos específicos são:

[...] formar personalidades humanas, cristãs e presbiterais marcantes como testemunhas autênticas de Jesus Cristo; formar sacerdotes, mediante a formação espiritual, humano-afetivo, profetas de Jesus Cristo; formar mestres mediante a formação intelectual, formar servidores e pastores autênticos de Cristo Pastor, mediante a pastoral-missionária nas comunidades, associações, movimentos; formar pessoas de comunhão e de diálogo, a exemplo das pessoas da Santíssima Trindade. (CNBB, 2010, p.45-46).

Na visão ministerial, a formação deve propiciar os seguintes meios:

[...] exercitar na oração e na meditação para serem mestres de oração; preparar para o ministério da Palavra, a fim de que entendam sempre melhor a Palavra revelada de Deus; que a possuam pela meditação e a expressem por palavras e atitudes; preparar para o exercício do ministério do culto e da santificação a fim de que, pela oração e o desempenho das sagradas celebrações litúrgicas, realizem a obra da salvação através do Sacrifício Eucarístico e dos demais Sacramentos; preparar para o exercício do ministério pastoral, a fim de que saibam representar diante dos homens a Cristo, que "não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em redenção de muitos" (Mc. 10: 45) (OT²⁹, n. 4 apud CNBB, 2010, p.46).

Desta forma, a formação é um processo permanente que abrange todas as fases da vida e suas dimensões, com diversidade de formas e métodos. No seminário, o futuro presbítero aprende a se organizar e se animar num consistente projeto pessoal de vida. O Documento de Aparecida, citado pela CNBB (2008), explica que a ação formativa é centrada na pessoa mais que nas estruturas. Por esta razão, deve ser personalizada, superando os riscos da massificação ou despersonalização, permitindo ampla abertura aos dotes e às inclinações pessoais, como também à justa manifestação da originalidade de cada um. Neste mesmo documento, explicita-se que, em todo processo de formação, o ambiente do seminário e da pedagogia formativa deverão cuidar do clima da sua liberdade e de responsabilidade pessoal, evitando criar ambientes artificiais ou itinerários impostos. A disciplina se orienta neste sentido nas casas de formação.

Outro fator importante que é considerado no processo formativo é que todo candidato ao sacerdócio deve ser considerado protagonista necessário e insubstituível de sua formação:

²⁹ Optatam Totius

Toda e qualquer formação, naturalmente incluindo a sacerdotal, é, no fim de contas, uma autoformação. Ninguém, de fato, nos pode substituir na liberdade responsável que temos como pessoas individuais. Certamente também o futuro sacerdote, e ele, antes de mais ninguém, deve crescer na consciência de que o protagonista por antonomásia da sua formação é o Espírito Santo. (PDV, n. 69, apud CNBB, 2010, p. 48).

No percurso do processo formativo dos presbíteros como discípulos missionários, esta responsabilização pela própria formação é considerada fundamental. Implica em cinco aspectos fundamentais que aparecem nas diversas etapas da formação e que são vivenciados de maneira subjetiva. São eles: o Encontro com Jesus Cristo: "Segue-me"(Mc. 1:14; Mt. 9:9); a Conversão: a formação busca mudar o modo de pensar e de viver do seminarista; o Discipulado: ser discípulo é "seguir o caminho, é entrar no Caminho, é entrar em Cristo e Cristo em nós, numa profunda interioridade mútua" (EJ, n.53); a Comunhão: não há vida cristã fora da comunidade; a Missão: durante o processo formativo despertará a necessidade do seminarista de compartilhar com outros a alegria de ser enviado, de vir/ir ao mundo para anunciar Jesus Cristo, morto e ressuscitado, de realizar o amor e o serviço aos mais necessitados, de construir o Reino de Deus. Desta forma, para se candidatar ao processo de formação presbiteral é necessário ser um vocacionado. Entende-se que o processo de formação está pautado em vários objetivos que competem a uma estrutura institucional, mas, ao mesmo tempo, o sujeito é ativo, portanto, responsável por sua formação.

O Concílio Vaticano II, conforme a CNBB (2010), indicou o seminário maior como lugar necessário para formação de presbíteros e o seminário menor como instituição válida e adequada para cultivar sementes da vocação, embora não impeça que se adotem outras soluções. Os espaços formativos onde se preparam e se formam candidatos ao presbiterato são: os Espaços do primeiro discernimento, os Espaços da primeira formação, os Espaços da formação específica, os Espaços de estudo, e os Espaços de ação pastoral.

"Os Espaços do primeiro discernimento são lugares de animação e discernimento vocacional, como pastoral vocacional ou serviços equivalentes na área da animação vocacional" (CNBB, 2010, p.51). Nestes espaços, o candidato ainda não se encontra no seminário. Ele participa da pastoral vocacional cujo objetivo é ajudar e favorecer os jovens vocacionados a chegarem à opção vocacional presbiteral,

ênfatizando as vocações para o sacerdócio e para a vida consagrada. De acordo com a CNBB, todos os fiéis, o bispo diocesano, os presbíteros com seus testemunhos, as pastorais da juventude e os movimentos juvenis ligados às comunidades cristãs, as pequenas comunidades, os grupos, as novas comunidades e associações de fiéis leigos, as escolas juntamente com os educadores católicos e os seminaristas são responsáveis pela pastoral vocacional. Aqui se inclui a família. Em síntese, sobre a Pastoral Vocacional, é importante se destacar que:

A pastoral vocacional, que é de responsabilidade de todo o Povo de Deus, começa na família e continua na comunidade cristã, deve dirigir-se às crianças e especialmente aos jovens para ajudá-los a descobrir o sentido da vida e o projeto que Deus tem para cada um, acompanhando-os em seu processo de discernimento. Plenamente integrada no âmbito da pastoral ordinária, a pastoral vocacional é fruto de uma sólida pastoral de conjunto, nas famílias, na paróquia, nas escolas católicas e nas demais instituições eclesiais. (DAp, n. 314, apud CNBB, 2010, p.54).

Percebe-se o quanto a família é primordial no processo vocacional. Mas será que todo vocacionado se origina de uma família cristã, ou seja, de uma mesma configuração familiar? Um dos objetivos deste trabalho é entender que família é esta, pois a Igreja delega a ela uma responsabilidade particular de educar os seus membros na vida cristã, podendo, assim, fazer surgir um vocacionado.

[...] uma responsabilidade particular é confiada à família cristã que, em virtude do sacramento do Matrimônio, participa na missão educativa da Igreja (PDV, n. 41). Os vínculos do sacerdócio diocesano no presbitério têm seu fundamento nos laços familiares. Na família, a Igreja reconhece o início da vocação (DAp, n. 314). Ela é a primeira comunidade eclesial da formação do vocacionado. No cultivo da vida cristã, a família abre espaços para que os filhos confrontem seus ideais com o chamado de Jesus. É necessário que a pastoral familiar e os movimentos eclesiais ligados à família atuem em unidade com a pastoral vocacional. (CNBB, 2010, p. 56).

Pode-se perceber, portanto, que a família é fundamental no espaço de discernimento vocacional dos seus filhos e muito importante para a Igreja, que com ela direciona e participa do processo de formação. Pereira (2012), em seu trabalho de campo, propõe uma questão aos entrevistados: "qual a contribuição da família no processo de sua vocação presbiteral?". O autor constata em suas análises de dados a relevância dos familiares como a mãe, o pai e os parentes próximos no processo de escolha vocacional. Eis um dos depoimentos:

Bom, a minha história vocacional começou em meados dos meus seis anos de idade. Quando pela primeira vez meu pai me levou à missa. O que marcou muito foi o momento da consagração. Aquilo me chamou atenção, e de certa forma cada final de semana pedia para ele me levar. Porque me sentia muito bem. Aos poucos fui conhecendo o que era Igreja, quem era o padre, por que tinha algumas coisas. E depois foi surgindo o desejo de querer ajudar. De certa forma, meu pai foi me educando juntamente com a minha mãe na escola da fé. [depoimento de padre]. (PEREIRA, 2012, p.185-186).

Após o vocacionado atender ao chamado de Deus e passar pelo espaço do primeiro discernimento, será dada continuidade ao processo nos Espaços da primeira formação. Estes "...são lugares onde se dão os primeiros passos da formação do futuro presbítero, como o seminário menor, o grupo vocacional e o propedêutico" (CNBB, 2010, p.51). A CNBB define o conceito, o objetivo e a constituição do seminário menor:

O seminário menor é uma comunidade formativa, composta de formadores e alunos, residentes num mesmo prédio, em que são oferecidos programas de formação, cursos de estudos acadêmicos de nível fundamental ou médio, e orientação pastoral. O seminário menor é uma comunidade voltada ao aprofundamento da vocação cristã e, especificamente, ao discernimento da vocação presbiteral e aos estudos preparatórios ao seminário maior. Os adolescentes e jovens que apresentam sinais de vocação e um desejo sincero de cultivá-la, precisam de instituições adequadas para ajudá-los no reto discernimento da própria vocação e no desenvolvimento das qualidades e aptidões humanas e cristãs, necessárias para a opção pelo ministério presbiteral. É necessário (sic) uma equipe educativa estável, motivada e preparada para enfrentar os problemas típicos dessa etapa. (CNBB, 2010, p.63-64).

No seminário menor, os alunos mantêm contatos regulares com a família e com a comunidade de origem. Este espaço recebe jovens vocacionados do curso médio, que não encontram condições adequadas de estudo e formação no ambiente em que vivem. Os alunos, sob a orientação dos superiores (formadores) e com a colaboração oportuna dos pais, levam uma vida plenamente condizente com a idade, o espírito e a evolução dos adolescentes. Existem outras modalidades de espaços como as casas de orientação e ou grupos vocacionais, além do seminário menor, como explica a CNBB:

O espaço tradicional para os primeiros períodos da formação presbiteral é o seminário menor. Segundo as condições peculiares de cada diocese, podem ser adotadas outras modalidades, como casas de orientação vocacional ou grupos vocacionais, com os estudos sendo feitos em escolas públicas ou particulares. Para assegurar uma boa formação intelectual, os estudos de nível

fundamental e médio devem ser tais que habilitem para o ingresso no curso superior de filosofia e, posteriormente, de teologia. (CNBB, 2010, p.65).

Ainda como parte dos espaços da primeira formação, há um período chamado de propedêutico, que pode ser assim definido:

Esse período é: tempo de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao seminário maior [PDV, n. 62], organizado como uma instituição autônoma, distinta e articulada com as outras etapas da formação, levando em consideração as seguintes indicações: residência ou local próprio, com programação específica; não inferior a um ano, valorizando a presença de leigos, homens e mulheres. (PDV, n. 66, apud, CNBB, 2010, p.67).

O período propedêutico é a preparação para a vida no seminário. Deve-se considerar a entrada para o seminário maior e/ou casa de formação. É importante ressaltar que nem todos os candidatos passam pelo seminário menor ou por grupos vocacionais. Desta forma, é necessário que:

O ingresso no propedêutico seja precedido por um processo de discernimento vocacional, que leve ao conhecimento das reais motivações do vocacionado, através de um levantamento do histórico pessoal, ou seja, o conhecimento de sua vida nos seguintes âmbitos: familiar, comunitário-ecclesial, espiritual, afetivo-sexual, socioeconômico, intelectual e cultural. Esse discernimento seja feito através de: consulta às comunidades de origem, visita aos familiares, entrevistas, encontros vocacionais, retiros e outros. (CNBB, 2010, p.67).

Os formadores são os responsáveis pelas visitas aos familiares, pelas entrevistas, enfim, eles participam de todos os encontros e retiros propostos neste período.

O terceiro momento da formação refere-se aos Espaços da formação específica. Estes "são lugares onde se dá a formação específica do futuro presbítero, como o seminário maior ou a casa de formação" (CNBB, 2010, p.51). Há uma diferença entre seminário e casa de formação. No seminário reúnem-se, num mesmo local e sob a mesma direção, a residência, os estudos de Filosofia e Teologia. Como exemplo, pode ser citado o Seminário dos Diocesanos na cidade de Mariana - MG. Quanto à casa de formação, ela não mantém seu próprio curso filosófico e/ou teológico, mas se articula com um centro de estudos. Neste caso, há um intercâmbio e uma profícua colaboração entre a casa de formação e o centro de estudos para garantir a unidade do processo formativo, conforme as orientações da Igreja. Como exemplo, cita-se a Congregação

dos Missionários do Sagrado Coração (MSC), na cidade de Contagem - MG, onde os seminaristas moram, mas não estudam. Neste caso, os seminaristas estudam na Faculdade dos Jesuítas (FAJE) e no Instituto Santo Tomás de Aquino (ISTA). Eis, portanto, a diferença entre seminário e casa de formação. Em ambos os casos, o centro de formação deve atender integralmente às exigências fundamentais estabelecidas pelo Magistério da Igreja para os seminários e, em especial, no que se refere à suficiente consistência numérica dos alunos e da equipe de formadores, e quanto ao regime disciplinar e comunitário.

O documento de Aparecida refere-se aos seminários e às casas de formação como escolas e casas de formação de discípulos e missionários. Como os Apóstolos foram formados por Jesus de Nazaré, antes e depois da Páscoa, assim os vocacionados devem sentir o seminário ou casa de formação como a escola do seguimento de Jesus (DAp. n. 316). O seminário ou casa de formação deve caracterizar-se pelos três dispositivos próprios da pedagogia da formação presbiteral: a familiaridade da casa, a sucessão do cotidiano e a presença do formador. (CNBB, 2010, p.70-71).

Assim, pode-se dizer que o seminário ou a casa de formação é uma escola do Evangelho, uma experiência de vida comunitária, pois o futuro presbítero é inserido, gradativamente, na comunhão com o bispo e com o presbitério, habilitando-o para um relacionamento fraterno mais qualificado com as comunidades eclesiais. Há inúmeros critérios para o ingresso no seminário maior ou casa de formação, como também há objetivos e exigências que estes espaços apresentam para a formação dos vocacionados. Optou-se por não pormenorizar os detalhes sobre tais critérios e objetivos, uma vez que não são o foco deste trabalho.

Segundo a CNBB (2010), [os] "espaços de estudo são lugares de formação intelectual ou acadêmica, com dois níveis: médio e superior. Para o nível médio, há o seminário menor e/ou colégios, e para o nível superior, o seminário maior, os institutos, faculdades ou universidades". Em nível superior, os vocacionados se graduam no curso de Filosofia, e, em seguida, no curso de Teologia.

Como já foi mencionado, cada congregação e/ou diocese, fundamentadas nos principais documentos da Igreja, nomeia e define o processo de formação dos seus candidatos. Em nível de curiosidade, na Congregação MSC, o vocacionado que está cursando Filosofia está na fase que eles nomeiam de Postulantado. Depois, vem a fase que eles chamam de Noviciado. Nesta, os candidatos têm um momento interno, no qual

se preparam para professar os votos de castidade, pobreza e obediência. Estes votos são professados pelos diocesanos também, porém em um outro momento. Após o Noviciado, os MSC cursam a Teologia, fase que é chamada de Juniorato.

Pode-se perguntar: por que a escolha pelos cursos de Filosofia e Teologia para a formação presbiteral?

A formação filosófica é um dos elementos constitutivos da formação presbiteral, quer para a adequada interpretação do ser humano e do mundo, da história e da sociedade, do pensamento humano e das correntes culturais e religiosas do nosso tempo, quer como suporte para o diálogo com o mundo contemporâneo, quer para a descoberta da dimensão transcendente da existência. Segue, portanto, que os institutos de filosofia, além de centros de estudos, voltados primordialmente para a atividade intelectual, são também, e por excelência, ambientes de formação vocacional e presbiteral. Nos estudos filosóficos, dê-se importância especial a Santo Tomás de Aquino, cuja "doutrina é o instrumento mais eficaz, não só para fundamentar solidamente a fé, mas também para colher com utilidade e segurança os frutos do são progresso". (CNBB, 2010, p.84).

No Brasil, há uma grande variedade de instituições de estudos filosóficos, como as universidades ou faculdades públicas federais e estaduais, as universidades ou faculdades particulares, universidades ou faculdades ou institutos particulares católicos, inclusive de congregações religiosas ou de sociedades de vida apostólica, e os seminários maiores de filosofia, diocesanos e regionais, e de congregações religiosas. O bispo, juntamente com o Conselho Diocesano de Formação ou comissão equivalente, escolhe, dentre essas instituições, a que melhor convier às circunstâncias e, sobretudo, à finalidade da formação presbiteral.

Pensando no curso e nos centros de formação teológica, a Igreja quer conferir novo vigor à sua dimensão constitutiva de discípula e missionária, como dispõe a CNBB (2010):

Convidamos a valorizar a rica reflexão pós-conciliar da Igreja presente na América Latina e no Caribe, assim como a reflexão filosófica, teológica e pastoral de nossas Igrejas e de seus centros de formação e pesquisa, a fim de fortalecer nossa própria identidade, desenvolver a criatividade pastoral e potencializar o que é nosso. É necessário fomentar o estudo e a pesquisa teológica e pastoral frente aos desafios da nova realidade social, plural, diferenciada e globalizada, procurando novas respostas que deem sustentação à fé e à experiência do discipulado dos agentes de pastoral. (DAp, n.345 apud, CNBB, 2010, p.87).

Em tempo de grande pluralidade de tendências, interesses, opiniões e individualismos, sem uma síntese orgânica e construtiva, é grande o risco de as

instituições oferecerem um certo tipo de formação teológica que possa empobrecer seriamente a compreensão da vida e do ministério presbiteral. Cabe aos institutos de teologia zelar para que a formação teológica conserve todos os eixos unificadores centrais queridos e propostos pela Igreja.

O estudo da teologia busca desenvolver uma consciência aprofundada dos mistérios da fé cristã, que seja capaz de orientar a vida e o agir do presbítero. O atual contexto eclesial e religioso é eminentemente plural, mostrando que há diferentes formas de compreensão e vivência do Evangelho e da relação com Deus. É fundamental a orientação do Concílio Vaticano II: "o ensino da sagrada teologia e das outras disciplinas, principalmente as históricas, deve ser ministrado também do ponto de vista ecumênico, de modo que responda mais exatamente à verdade dos fatos" (UR, n. 10). A formação presbiteral exige, de um lado, que o presbítero tenha sua identidade cristã e católica bem definida, alicerçada em convicções que se sustentem no Evangelho e se amparam na doutrina católica. De outro lado, a afirmação da própria identidade da fé não pode ocorrer na forma de concorrência com outras identidades religiosas, nem como negação ou combate a essas. É fundamental que o estudo da teologia dê especial atenção à formação para o diálogo ecumênico e inter-religioso. (CNBB, 2010, p.88).

Com relação aos Espaços de ação pastoral, a CNBB (2010) define que "são lugares de aprendizagem da prática pastoral: paróquias e organismos diocesanos, para os estágios de pastoral no decorrer da formação e para o ano de pastoral". Os espaços pastorais são lugares privilegiados de aprendizagem pastoral. Neles se encontram um grande número de fiéis com diversas experiências concretas de Cristo e também da Igreja. Assim, os párocos e vigários paroquiais e seus colaboradores - presbíteros, religiosos e leigos - são exemplos e testemunho para os seminaristas.

Em resumo, quanto ao período formativo, a formação inicial é assim definida: a pastoral vocacional e os centros vocacionais, o seminário menor (lembrando que nem todo candidato passa por ele), o período propedêutico, o período filosófico, o período teológico e o período pastoral-missionário. Embora esta seção tenha ficado extensa e este estudo se vincule à área de Psicologia, e não de Teologia, considerou-se importante entender o processo de formação presbiteral, já que um dos objetivos da pesquisa é conhecer as exigências feitas para a formação presbiteral e suas interferências na família.

3.4 Igreja - Século XXI: algumas considerações

A Igreja passa por transformações, além de se deparar com grandes desafios. Uma das questões desafiadoras está relacionada à formação presbiteral. Uma vez compreendido como se dá este processo de formação, pretende-se pontuar questões que permeiam o século XXI e suas implicações com relação à Igreja, como, por exemplo: a pluralidade no exercício do ministério, os diversos tipos de posicionamentos da Igreja para com seus fiéis e, concomitantemente, dos fiéis para com a Igreja, bem como os vários tipos de padres que se encontram na sociedade contemporânea. Estas questões serão fundamentadas nos conceitos de moral tradicional e ética. O individualismo, característico da contemporaneidade, permeará as questões. Pretende-se, também, a partir dessas informações, investigar seus impactos na família.

Em 2 de julho de 1978, foi fundada a Organização dos Seminários e Institutos Filosóficos Teológicos do Brasil (OSIB), com o objetivo de prestar serviços aos seminários e, especialmente, aos formadores. A OSIB elabora catálogos dos seminários e institutos; prepara orientações para os estudos filosóficos e teológicos; realiza pesquisas sobre a vida e a situação dos seminaristas do Brasil, além de informar aos institutos e, principalmente, aos formadores, sobre os acontecimentos, sobretudo através do boletim "OSIB-informa". A OSIB colaborou com a elaboração das Diretrizes básicas da formação dos presbíteros na Igreja do Brasil, como também empenhou-se na renovação das mesmas à luz da Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis*³². A OSIB trabalhou para que aumentasse o quadro de vocações ao presbiterato e para que os vocacionados recebessem uma formação de melhor qualidade. Nesta seção, pretende-se registrar alguns dados sobre a evolução do número de presbíteros, no intuito de elucidar acerca das mudanças acontecidas.

Em relação à evolução da formação presbiteral no Brasil, conforme afirma Antoniazzi (2003), houve uma mudança nas estruturas da Igreja no que se refere ao número dos agentes de pastoral (em primeiro lugar, presbíteros) e ao crescimento da população brasileira. A OSIB registrou um aumento significativo de 1970 a 2000 no clero diocesano, uma estagnação do clero religioso e uma diminuição do clero missionário (vindo do exterior). Este último decresceu de 42% para 18%. Assim, o clero no Brasil se tornou, nos últimos 30 anos, mais diocesano, mais brasileiro e mais jovem,

³² A exortação apostólica pós-sinodal foi publicada em 25 de março, Solenidade da Anunciação do Senhor, do ano de 1992, no décimo quarto ano do Pontificado de João Paulo II, e tem por base a promessa do Senhor que não deixará seu povo privado de pastores que o reúnam e o guiem (Cf. Jr. 23:4).

mas também menos numeroso em relação à população. Devido a estes números, optou-se nesta pesquisa, por trabalhar com padres diocesanos.

Tal evolução não teria sido possível sem um significativo aumento do número de seminaristas maiores (que entre 1975 e 2000 cresceram 241% entre os diocesanos e 72% entre os religiosos) e das ordenações (que na década de 90 foram, em média, 401 por ano para os diocesanos e 181 para os religiosos, em um total de 5.823 ordenações entre 1991 e 2000). (ANTONIAZZI, 2003, p.10).

Os números citados por Antoniazzi (2003) demonstram, também, o aumento da população atendida por padre:

[...] de 95.137.800 em 1971 para 169.799.170 em 2000 (último censo do IBGE), o que equivale a um aumento de 78,4%. Logo, havia um padre para 7.351 habitantes em 1971, e um padre para 10.124 habitantes em 2000. O número de habitantes por padre cresceu nos anos 70 e 80, mas se estabilizou nos últimos dez anos. De fato, os padres eram 14.419 em 1991; cresceram desde então 16,3%, ou seja, com o mesmo ritmo de crescimento da população (15,5%). (ANTONIAZZI, 2003, p.10).

Estes dados são importantes para que certas mudanças e desafios que a Igreja encontra no século XXI possam ser fundamentados. Uma das questões diz respeito à mentalidade e à motivação vocacional. Admite-se, por muitas razões sociais, que as motivações para as vocações não são mais as mesmas a partir dos anos sessenta, e, conseqüentemente, a formação presbiteral, assim como o trabalho dos formadores, devem ser repensados.

Conforme pondera Antoniazzi (2003), no mundo ocidental, incluindo o Brasil, a religião católica passou do predomínio da instituição para a primazia do indivíduo. Ao mesmo tempo, também passou, da orientação clara para Deus, ou a transcendência, para a busca de soluções imediatas, às vezes quase mágicas, dos problemas humanos de todos os dias. Dando mais um passo em direção ao individualismo, o autor enumera quatro maneiras que mostram posicionamentos diversos entre a Igreja e os fiéis. Primeiro: a Igreja Católica se apresenta como sólida instituição tradicional, onde os fiéis (salvo exceções) aceitam a autoridade da hierarquia eclesiástica para orientar a sua fé. Trata-se de uma Igreja que tem como precedência a moral tradicional, originando, portanto, um posicionamento delicado entre a Igreja e os fiéis, pois entende-se que o apego rígido à tradição moral pode levar a um distanciamento do mundo vivido. De

acordo com Frei Bernardino Leers (2000), a moral não é apenas uma teoria ou um conjunto de palavras e/ou frases, eventualmente, normas, proibições que subsistem e se realizam na prática do agir, interpretar, querer, decidir, executar das pessoas concretas, até mesmo porque considera-se que as mesmas estão submetidas ao tempo e espaço mutáveis. E acrescenta:

Um quadro só de valores não corresponde à realidade humana. Ao contrário, na experiência humana os desvalores da realidade fazem perceber os valores como projetos históricos de dignidade humana, de justiça, de amor, de liberdade, fazem sentir em profundidade a humilhação, a injustiça, o ódio e a escravidão. (LEERS, 1987, p.129).

Assim, depreende-se que a moral é fruto de valores atribuídos a pessoas concretas, que precisam ser compreendidas e percebidas sem conceito prévio, numa perspectiva de crise de valores. E, como já se mencionou neste trabalho, na perspectiva arendtiana "uma crise só se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos." (ARENDDT,1992, p.223).

A segunda maneira que caracteriza a pluralidade de posicionamentos entre a Igreja e seus fiéis, está relacionada a um novo acento que é posto sobre as comunidades relativamente pequenas, de "dimensão humana", de relacionamento direto e próximo entre as pessoas. "Basta pensar no grande desenvolvimento que tiveram no Brasil as comunidades de base e, em anos mais recentes, os 'novos movimentos', que não deixam de ser um tipo de comunidade, menos presa ao território e às relações de vizinhança." (ANTONIAZZI, 2003, p.12, grifos do autor). Entende-se que este posicionamento, que aproxima a Igreja de seus fiéis, se contrapõe à tradição moralista criticada por Frei Bernardino (2000), uma moral objetivista e essencialista dos manuais. Em oposição a ela, o frei propõe uma nova moral, centrada na subjetividade das pessoas concretas com sua problemática existencial. Para a prática desta moral, faz-se necessário conviver com as pessoas, com as famílias e não deixar de escutar as mesmas. "Frei Bernardino Leers propõe aos moralistas católicos um olhar para a pessoa em sua singularidade, chamando-os para uma escuta de cuidado e respeito ao ser humano. Tal atitude de ser e viver reconstrói a morada do *ethos* moral." (FERREIRA e PEREIRA, 2012, p.101). Segundo estes autores, a condição humana é o lugar elevado, o *ethos*, uma constante busca de uma moradia que nunca está pronta. Para tanto, com a finalidade da busca pela

perfeição, os seres humanos se encontram em meio das construções e reconstruções, numa atitude ética. Desta maneira, torna-se fundamental a aproximação das pessoas, das famílias para que se possa compreender os sentidos e significados que emergem em sua existência diante de um fato vivido.

Este novo conceito de moral torna-se relevante uma vez que se busca compreender os sentidos e significados atribuídos às famílias nas quais um dos seus membros está em formação presbiteral. Tal conceito também remete a uma reflexão: será que a Igreja, ao receber um aspirante ao presbiterato, busca uma aproximação com a família deste para conduzir uma formação singular, ou seja, individualizada, conforme demanda o contexto histórico contemporâneo? É no cotidiano que se expressam as formas de viver e conviver e “é aí que deve-se (sic) criar novas formas de ser e estar no mundo, a partir das reflexões significativas sobre as realizações” de cada pessoa. (MORAES, 2004, p.319). Para tanto, Leers (2000) propõe a seguinte acepção de moral:

Subjetividade, intersubjetividade, realização de sujeitos, um fenômeno humano que participa intimamente das duas dimensões da existência do pensamento e da ação das pessoas: o tempo e espaço vividos. Entender momento atual no espaço do vivido é permitir olhar para além da teoria e do pensamento dogmático, a procura incessante do ser humano em viver bem, de acordo com a sua consciência. É a vida comum anterior a qualquer teoria. É esse frequentar o mundo, que nas palavras de Frei Bernardino está situado o campo da práxis moral. (PEREIRA E FERREIRA, 2012, p.105).

O que importa é a práxis dos agentes morais que, agindo, querem realizar o que possuem em potencialidade humana. São as pessoas que nascem, se casam, criam sua família e morrem, os responsáveis pela multidão de construtores morais da sociedade. Este pensamento ético de Frei Bernardino nasce do mundo vivido e, a partir dele, o fazer dos homens em seu tempo e seu espaço constrói a possibilidade de uma vida boa. Para o frei, é na convivência que vai se aperfeiçoando o percurso flexível do *ethos*, mostrando que as temáticas morais são do nosso tempo e do nosso lugar. Então, retomando a rigidez da moral católica em seu apego à tradição, o autor, em contraposição, convoca a reflexão sobre o vivido e, ao mesmo tempo, a atenção à pessoa do agora.

A terceira maneira que caracteriza a pluralidade de posicionamentos entre a Igreja e seus fiéis refere-se ao indivíduo que procura orientar sua fé pelo exemplo de outro que acredita ser mais experiente e, sobretudo, autêntico em sua religiosidade. A

mídia contribui para exaltar figuras referenciais como o Papa, Madre Teresa de Calcutá e os padres cantores. Por fim, a quarta maneira identificada por Antoniazzi (2003) para caracterizar a referida pluralidade é aquela em que o indivíduo procura a legitimação de sua fé dentro de si mesmo. É seu sentimento subjetivo que o orienta, ou seja, o indivíduo considera que a religião é ele mesmo, e, por isto, ele não precisa se inserir em uma comunidade, embora possa haver busca de experiências religiosas diversas, procuradas e adquiridas na tradição, como se fosse um mercado em que o cliente escolhe o que quer e compra produtos de marcas diversas.

Diante das maneiras que mostram os posicionamentos diversos entre a Igreja e fiéis constatou-se a relevância do indivíduo na sua individualidade frente à religião católica. Ou seja, na pluralidade de posicionamentos do clero, convivem o indivíduo que realiza o seu exercício de uma maneira ou de outra, como também, a diversidade e liberdade dos fiéis em seguir o caminho que lhes convier, seja por influências ou por escolhas. Pode-se constatar que, mesmo o processo de formação presbiteral acontecendo nos parâmetros da moral tradicional, há uma diversidade da prática ministerial. Assim, apreende-se o quanto é necessário um novo olhar na formação presbiteral, uma vez que a geração atual está inserida em um novo contexto social e numa diversidade de configurações familiares. Dependendo da estrutura familiar de um candidato, a Igreja pode afastá-lo de sua família, e o caminho inverso também pode ocorrer, ou seja, aproximá-lo da mesma. Também é importante que os formadores revejam o seu trabalho e reflitam se o mesmo está marcado pela concepção do seminário pensado para formar servidores obedientes e fiéis da instituição eclesiástica, ou se leva em conta as características psicológicas e os condicionamentos culturais da juventude de hoje.

Diante do que já foi exposto, com o objetivo de exemplificar e certificar os bastidores de um seminário, sem a pretensão de generalizar, Antoniazzi (2003) relata o questionamento de um reitor de seminário: "por que nós procuramos formar os novos presbíteros segundo um modelo, que nos parece correto e conforme às indicações da Igreja, e os padres jovens exercem seu ministério de forma muito diferente, segundo outros modelos?" (ANTONIAZZI, 2003, p.16). Observa-se que a teoria não condiz com a prática. É possível, portanto, inferir que, frente à questão, há uma estagnação no processo de formação, desconsiderando as mudanças sociais vigentes. Tudo pela primazia de uma moral tradicional? Seria este o problema?

Segundo Ferreira e Pereira (2012), a palavra *tradição*, para Frei Bernardino, é um vocábulo perigoso, pois leva facilmente a olhar para trás e estudar na biblioteca do passado. "Essa práxis de estabelecer o que é certo e o que é errado utilizando vozes antigas e moralistas distancia a percepção do *ethos* em seu movimento de mudança." (FERREIRA e PEREIRA, 2012, p.106). Os autores explicam que a tradição não é um problema, pois o *ethos* tradicional arquiva unidades de referências que ficaram perdidas no tempo. Conforme outros pensadores, a tradição se mostra ordenadora do tempo segundo um processo de reiteração vivente de normas e valores que constituem a cadência própria da história do *ethos*. Porém, "o comportamento humano é dinâmico e a flexibilidade da morada ética está em abrir possibilidades para se viver bem com o outro. A moral existente como certa é surda em relação à condição dilemática do drama humano." (FERREIRA e PEREIRA, 2012, p.106).

É nesse campo de dilemas, desordens e obrigações que a morada da moral volta-se para a pessoa, numa probabilidade do antes e do agora, numa práxis que mostra a atitude e a responsabilidade de suas escolhas. Sendo assim, emerge no indivíduo momentos de reflexões, as quais podem ser consideradas unidades de referências valorativas. Para Frei Bernardino, citado por Ferreira e Pereira (2012), isto parece não ocorrer com alguns teólogos e ou moralistas, que parecem centrados na práxis das pessoas, mas que estão apegados ao passado sem vislumbrar o futuro.

A moral tradicional quer se manter na condição de estabelecer o que deve ser para todo o ser humano, ou seja, de generalizar. Os novos valores precisam emergir contra o que já está instituído para daí se construir um novo *ethos*. Mas como formar um novo *ethos* quando a práxis moral religiosa está sob o signo do poder violento que destroça e impede o novo de surgir?

Frei Bernardino, com sutileza e ironia, desbanca o poder da tradição ao apontar que a teologia moral, ao caminhar para o futuro, precisa aprender a arte de transgredir, que é construída no viver bem. No entanto, a aprendizagem de valores religiosos imposta ao ser humano, a partir da pedagogia do medo, impede que o novo tome seu lugar na dinâmica da vida. O exemplo dado por Frei Bernardino Leers, no que se refere ao grupo social, é do segmento religioso da Igreja Católica, como sendo "um conjunto social estruturado daqueles que se confessam oficialmente a ela, sem tomar em consideração se participam de suas práticas públicas ou observam suas leis". Suas perspectivas apontam a inflexibilidade da religião em relação às culturas e em relação ao ensino da moral cristã, gerando um conflito dentro do legalismo moral dos *ethos* religioso. (FERREIRA e PEREIRA, 2012, p.108, grifos dos autores).

Desta maneira, entendeu-se que a religião católica traz dentro da sua estrutura eclesial a necessidade de formação moral sob a perspectiva cristã. Então, os autores propõem que a teologia moral deve ser prática, comunicar-se com o público, ajudar nas consciências morais para a formação histórica de um mundo mais humano, uma vez que a repetição dos manuais sem enxergar a realidade é, de certa forma, o mecanismo de continuidade da tradição, o que caracterizava o conservadorismo da Igreja Católica na área da moral.

Hoje, por mais que as mudanças estejam sendo consideradas, pode-se afirmar, sem a pretensão de generalizar, que ainda se faz presente, na Igreja, uma teologia moral que se serve de anotações de uma vida em pecado. Uma teologia autoritária, na qual o dever exigia a submissão, principalmente, no processo de formação presbiteral. Na opinião de Bernardino, segundo Ferreira e Pereira (2012), visa-se um tipo de cristão que vê na vida eclesial o óbvio:

[É] Contra o divórcio, contra o aborto, contra a escravidão, contra a corrupção e abusos de poder. Mas os problemas morais que a vida real coloca não se resolvem com proibições globais, nem suas interpretações precisam ser uniformes. A pergunta fundamental é, como a comunidade cristã pode dar maior estabilidade às vidas dos casais, como diminuir o número de aborto por ano, por meios de quais sacrifícios reformar a vida social, econômica e política. Se a moral focaliza o fazer e, fazendo, se realiza nas pessoas e pelas pessoas, há mais coisas que entram na realização do que apenas certas instruções dadas pelas autoridades eclesiais. (LEERS, 1987, p.132).

A grande virada no pensamento de Frei Bernardino, ainda segundo Ferreira e Pereira (2012), é em relação à tradição. Ele propõe que se deve pensar a pessoa para além dos manuais e do especialista em pecados. Deve-se preocupar a partir da formação da pessoa no campo de sua autonomia, no sentido de percebê-la não como um ser em pecado, mas um ser de sentimentos; não um ser como objeto, inerte, mudo, surdo, passivo, mas um ser em pura atividade e com novos valores, um ser que duvida, que questiona, enfim um ser humano que merece respeito das autoridades eclesiais. O modo de se fazer teologia moral católica a partir do povo é inspirado na proposta do Vaticano II, que abre possibilidades de se perceber a força do leigo. Frei Bernardino fala de uma teologia de Libertação. Percebe-se o quanto a Igreja tenta ~~realizar~~ praticar as propostas do Vaticano II, no entanto, ainda há um grande percurso até a chegada, a conquista.

Para Ferreira e Pereira (2012), compreender a vivência do *ethos* popular é

identificar os termos ética e moral sem diferenciá-los. A ética, como atitude reflexiva sobre os valores morais, abre-se no que se refere à práxis do povo, a uma identificação com a moral. Dessa forma, os termos ética e moral indicam os costumes, o dever ser, a maneira de agir no mundo de acordo com sua consciência e com o que se vive. Frei Bernardino, citado pelos autores, oferece grande contribuição nesta pesquisa, uma vez que sua proposta de repensar a moral dá subsídios para se pensar a possibilidade de distanciamento e/ou de aproximação do candidato ao presbitério em relação à sua família, bem como o contrário também.

3.4.1 Modelos no exercício do ministério presbiteral

Há uma pluralidade de modelos no ministério presbiteral, devido à singularidade com que os novos presbíteros pensam e realizam sua vocação. Segundo Antoniazzi (2003), não se dispõe de pesquisas que abordam os tipos e/ou modelos de padres que hoje atuam na Igreja no Brasil. No entanto, o autor, a título de crítica e discussão, arrisca algumas indicações.

O primeiro modelo é o *padre pastor*. Este se encontra mais frequentemente nos Encontros Nacionais de Presbíteros (ENP's). É caracterizado pelo ativismo pastoral, dedicando-se com generosidade ao serviço da comunidade. Para atender a comunidade, ele assume múltiplas tarefas que não são todas, necessariamente, de sua competência.

No limite, o padre pode ficar atrasado no tempo e afastado da 'modernidade'. Pode faltar-lhe também 'alimento' para a pastoral tradicional: pouco estudo, pouca oração, pouca oportunidade de aprofundamento e de escutar com maior atenção os anseios dos que o procuram. (ANTONIAZZI, 2003, p.22, grifos do autor).

Conseqüentemente, o padre reparte muitas de suas tarefas pastorais com ministros ou equipes de colaboradores, como catequistas, pastorais sociais, equipes de liturgia, animadores de comunidades. Segundo o autor, outra forma que os padres pastores descobriram recentemente é a de operar uma espécie de divisão entre o tempo dedicado ao ministério e o tempo dedicado à sua vida particular. Assim, para alguns, segunda-feira é o dia deles, o dia de descanso. Mas há controvérsias, pois existem padres que não se encontram disponíveis quase dia nenhum.

O segundo modelo é o *padre light ou padre bom*. Em 1995, de acordo com

Antoniazzi (2003), Pe. Edênio Valle já tinha sinalizado sobre este modelo. Pe. Edênio o descreve de forma bem delicada, preocupado em não jogar uma imagem preconceituosa sobre este modelo. Em suas palavras:

O padre light é alguém que ama a Igreja viva e serve aos seus irmãos e irmãs. Ele cultiva honestamente a espiritualidade e a oração; trabalha para superar suas limitações e fraquezas; compartilha com o presbitério e a comunidade suas riquezas, preocupações e projetos pessoais. Relaciona-se 'bem' com as pessoas, assume a causa dos pobres, estuda, reza, crê. Numa palavra, não pretende acomodar-se à 'áurea mediocridade' de uma vida ainda bastante respeitada e respeitável. No entanto, paradoxalmente, algo o torna 'um homem perplexo', uma pessoa dividida entre a coragem e o medo de arriscar-se 'para dentro' do que escolheu e quer ser. Sente, por isto, a tentação de retrair-se, de preservar-se, de manter 'abstrata' a sua adesão aos valores estruturantes de sua vida. Esses valores ainda estão lá, são objeto de seu desejo e de sua preocupação. Não deslancham, porém, o dinamismo que leva mais além. O padre light entra na média comportamental correta de quem vive na civilização urbana. (ANTONIAZZI, 2003, p.7, grifos do autor).

O autor esclarece que, segundo Pe. Edênio, não se trata de padres em crise, frustrados e infelizes e sim de um padre comum, o bom padre, o *light*, que, devido às circunstâncias tensas e aos desafios da cultura urbana, entra em "stress espiritual, pastoral e psíquico" (ANTONIAZZI, 2003, p.7).

O terceiro modelo de padre, que é uma novidade de acordo com o autor, é o *padre midiático-carismático ou pop star*. Este é descrito por Clodovis Boff (citado por Antoniazzi, 2003) num "excursus" final do instrumento preparatório do 8º Encontro Nacional de Presbíteros (ENP's) em fevereiro de 2000. Antoniazzi (2003) cita o início da reflexão de Clodovis Boff:

Vemos surgir hoje um novo tipo de padre, que adota novas formas - dir-se-ia 'carismáticas' - de anunciar Cristo e que, para isso, ocupa os 'areópagos modernos' da mídia. Será que atualmente não estaria surgindo do gênero do 'evangelista moderno'? É o que parecem indicar alguns presbíteros que estão recebendo razoável espaço nos meios de comunicação social, principalmente na TV. (ANTONIAZZI, 2003, p.8, grifos do autor).

Segundo Antoniazzi a imagem pública desse tipo de padre *pop star* deve seduzir muitos seminaristas e induzi-los à imitação. Os fiéis também ficam fascinados com esse modelo de culto e imagem, que tem alta carga emocional e cobram mudanças na celebração e comunicação dos outros presbíteros. Pode-se imaginar quais seriam os sentidos e significados de uma família que vive no modelo tradicional tendo um membro em formação presbiteral fascinado pelo ministério dos padres *pop star*? O novo

processo parece penetrar pelo corpo da Igreja, causando, naturalmente, perplexidades. Este fenômeno não ocorre apenas no Brasil. O autor revela também que, em contextos diferentes, observa-se "uma tendência emocional e espetacularizante, na qual alguns redescobrem o sentido da ação de presbítero na afirmação do sagrado estético emocional, que vem substituir o sagrado tradicional que se apresentava como separado e hierárquico." (ANTONIAZZI, 2003, p.8).

Cabe, ainda, pontuar uma questão relevante que se refere à diferença entre os padre *da* mídia e os padres *na* mídia. As discussões são profundas e delas originam-se vários outros temas como: religião e mídia, Deus na mídia... Sobre tais questões, foram encontrados vários blogs desde o ano de 2009. Padre Zezinho (2012) explica a questão abordada acima:

Há o padre na mídia e há o padre de mídia. Ir de vez em quando não é a mesma coisa que estar lá o tempo todo. Para alguns de nós, embora importantíssima, a mídia é secundária. Para outros irmãos, ela é primordial. É a palavra ampliada. Vivem desta mística. Não é uma diferença sutil. Mexe com as estruturas da pessoa. Padre para as quatro paredes do templo ou da escola ou padre para milhões? Pregador para fiéis que posso ver ou para fiéis que nunca vi nem jamais verei, mas que bebem dos meus ensinamentos? É possível conjugar as duas experiências? Há quem consiga, e há quem não. (PADRE ZEZINHO, SCJ, 2012, p.1)

O padre diz que não é tão fácil entrar na mídia e ser livre para dizer o que quer, colocar-se diante de holofotes e microfones e o tempo todo ser porta-voz da Igreja. Diz haver sempre o risco de fidelidade maior à mídia que os acolhe do que à Igreja. Pe. Zezinho relata que, quem acha que é fácil ser neutro, é porque não passou pelas pressões da comunicação moderna, que vem sempre atrelada a concessões, investimentos, grupos e projetos. Ele pede respeito aos sacerdotes que decidiram ser de mídia e não padres na mídia. "Critiquemos os que dizem ou deixam de dizer, e não sua presença naqueles meios. Questionemos forma, catequese e conteúdo, mas não a ousadia de ir e a sinceridade de querer falar a milhões de ouvidos." (Pe. Zezinho SCJ, 2012).

Em quarto lugar, reaparecem, de maneira extrema, *formas mais tradicionais do ministério presbiteral*. Estas se inspiram no exercício do sacerdócio antes do último Concílio, o Concílio Vaticano II³³.

³³ Segundo o Compêndio do Vaticano II - constituições, decretos e declarações - o concílio foi celebrado para despertar, para renovar, para modernizar, para intensificar, para dilatar a vida da Igreja. Quer dizer, para tornar maior não só a consciência da sua natureza e da sua missão, mas também para aumentar a sua

Essa procura pela recuperação sacerdotal antes do Concílio Vaticano II expressaria a busca de formas seguras, certas, no meio de um fervilhar de propostas e modelos mutáveis e volúveis, e conotaria, particularmente, sujeitos frágeis, necessitados de certezas, que copiam modelos sacerdotais que se contrapõem a tudo aquilo que tem sabor de novidade. E às vezes esses sujeitos teriam dificuldade de relacionamentos, pobreza de conteúdos na homilia e na catequese, dificuldade de colaborar com os outros. (ANTONIAZZI, 2003, p.8).

Como se pode observar, ser padre hoje requer ser um pastor contemporâneo, contextualizado e coerente, considerando todas as questões que tocam o sujeito atual. Exercer a vocação, tentando recuperar as formas mais tradicionais do ministério presbiteral antes do Concílio Vaticano II, parece não ser indicado.

Para contextualizar e avigorar, Antoniazzi (2003) pontua que uma característica da atualidade é a *valorização da competência "profissional"*. O mundo atual exige, sempre, mais especialização nas atividades profissionais. Então, questiona-se: os presbíteros podem se tornar "especialistas", aprofundar sua preparação (pastoral) em determinado campo? O autor relata que ainda é bastante raro encontrar esse tipo de presbítero, mas que ele existe. Porém:

[...] alguns veem com bons olhos o desenvolvimento de sua formação num campo específico e tendem a pensar seu ministério de forma análoga à de um 'especialista' em outros campos. [...] Por outro lado, se o presbítero escolhe a especialização somente por gosto (ou "vocação") pessoal, sem considerar as necessidades do presbítero - ou da diocese ou da congregação - poderíamos deslizar para opções subjetivas que perderiam muito do sentido eclesial. (ANTONIAZZI, 2003, p.9, grifos do autor).

Ainda assim, a valorização das qualidades pessoais parece ser tendência forte e difundida entre os novos presbíteros. Este fato é visível para quem convive no meio. Uma das consequências do subjetivismo, que se arrisca pontuar aqui, é que, na atualidade, mesmo sem a pretensão de aprofundar na questão, observa-se um aumento significativo de padres já ordenados, e/ou estudantes em formação presbiteral, que deixam o ministério da Igreja para viverem outras experiências, profissionais ou não, que ambicionam. É preciso pensar nas famílias diante da questão.

energia, a sua capacidade de corresponder à própria vocação, à sua ânsia de santificação interna e de difusão externa, a sua aptidão de entrar em contato com os irmãos separados e de oferecer ao mundo contemporâneo a mensagem da salvação em Cristo Senhor.

Enfim, outros desafios são encontrados no novo milênio, principalmente em relação aos formadores, que, atualmente, não podem ignorar que os seminaristas são atraídos, interior e exteriormente, pelos diversos modelos de "ministério presbiteral". Desta maneira, os formadores devem levar em conta outros condicionamentos da formação presbiteral atual, como "levar a sério o Concílio" (ANTONIAZZI, 2003, p.9). Para o autor, o Concílio tem suas limitações, mas é uma orientação equilibrada e sábia. Porém, em sua análise, tal orientação, em grande parte, ainda não é efetivamente realizada nos seminários. "É imperativo levar a sério as novidades do (nosso) tempo, as mudanças - não pequenas - que na sociedade, na cultura e na Igreja aconteceram de 1965 para cá." (ANTONIAZZI, 2003, p.9). O autor também relembra alguns fatos que pareciam incidir, fortemente, num tempo passado e distante, sobre os formandos e o processo de formação, como, em primeiro lugar:

(...)a personalidade e a formação humana dos que hoje ingressam no seminário maior. Eles não carecem tanto de experiência do mundo (como os seminaristas que ingressavam meninos no seminário menor) quanto de uma vivência de fé e de comunidade eclesial. Eles têm maior dificuldade de alcançar sua identidade e são mais expostos ao subjetivismo religioso e à tentação do anti-intelectualismo. (ANTONIAZZI, 2003, p.9-10).

Percebe-se que, nos dias atuais, os alunos entram no seminário com uma experiência mundana significativa. Muitos deles não passam pelos Espaços da primeira formação, lugares onde se dão os primeiros passos da formação do futuro presbítero, como o seminário menor, o grupo vocacional e o propedêutico. Antigamente, os candidatos entravam no seminário menor ainda bem crianças para cursar o nível médio. A relação deles com os formadores era muito próxima da relação paternal. O seminário menor - como já foi dito na seção que trata da formação presbiteral - é como uma comunidade formativa, composta de formadores e alunos residentes num mesmo prédio, onde são oferecidos programas de formação, cursos de estudos acadêmicos de nível fundamental ou médio, e orientação pastoral. Trata-se de uma comunidade voltada para o aprofundamento da vocação cristã e, especificamente, para o discernimento da vocação presbiteral e para os estudos preparatórios rumo ao seminário maior. Os adolescentes e jovens que apresentam sinais de vocação e um desejo sincero de cultivá-la precisam de instituições adequadas para ajudá-los no reto discernimento da própria vocação, bem como no desenvolvimento das qualidades e aptidões humanas e cristãs,

necessárias para a opção pelo ministério presbiteral. Portanto, nem todos passam pelo seminário menor, fato, este, recorrente no momento atual. A maioria se insere no seminário com o curso médio e com uma experiência de vida, mas há quem entre no seminário até com um curso superior. É raro, mas acontece, e são os que geram, conforme observação de campo, muitos conflitos.

Em segundo lugar, além da personalidade e da formação humana dos que hoje ingressam no seminário maior, outro fator que sinaliza a presença do subjetivismo na formação, é o processo de explosão do conhecimento e de fragmentação do saber. "Os próprios professores, formados no meio universitário, tendem a tornar-se especialistas, distantes das questões básicas e vitais dos estudantes." (ANTONIAZZI, 2003, p.10). O Concílio Vaticano II expõe o desejo de uma formação intelectual integrada e harmoniosa, porém, é rara a realização deste desejo. Segundo o autor, a indiferença em atender ao desejo do Concílio equipara-se à não observação e desatenção às propostas das Diretrizes para a formação presbiteral no Brasil.

Por último, ocupando o terceiro desafio encontrado neste novo milênio em relação ao processo de formação presbiteral, está a multiplicação dos ministérios e a consciência de que é preciso edificar comunidades eclesiais. Desta forma, para Antoniazzi (2003), ocorre uma exigência de que o processo educacional dos futuros presbíteros vise à não reprodução, ou seja, contrapondo-se ao ideal universal e estereotipado de presbítero válido em qualquer lugar do mundo.

Como, de algum modo, era pressuposto por uma eclesiologia gregoriana, que concebia as dioceses ou Igrejas locais como 'partes' da única Igreja ou filiais da agência central, mas para construir, em diálogo com outros ministros e fiéis - em comunhão com a Igreja diocesana e o bispo - vínculo de união com a Igreja toda, uma comunidade eclesial em que se expressam a personalidade, a liberdade e as tradições culturais de seus membros. (ANTONIAZZI, 2003, p.10, grifos do autor).

Entretanto, o desafio da evangelização de uma sociedade em acelerada transformação, e que, por isto, gera comportamentos humanos originais e suscita problemas éticos inteiramente novos, exige um presbítero individualmente capaz de escutar e discernir os sinais dos tempos, de adquirir ele mesmo uma experiência mística sem a qual, segundo o autor, não subsistirá nem como cristão, tanto menos como pastor do povo de Deus.

4 METODOLOGIA

Pesquisas sociais que privilegiam a subjetividade individual e grupal requerem uma metodologia que congrega o espectro singular nelas incluso. Assim, uma das etapas mais determinantes para quem pretende realizar uma pesquisa é a definição exata das técnicas de coleta e das técnicas de análise dos dados.

A presente pesquisa parte de uma investigação focada na abordagem qualitativa. Nesta abordagem, os sujeitos são identificados pelo pesquisador e há uma permissão declarada, escrita pelo pesquisador e assinada pelo sujeito pesquisado para que os dados sejam coletados, ou seja, uma espécie de contrato entre o entrevistado e o pesquisador. Este acordo certifica que a identidade do respondente não será revelada. O método qualitativo compreende e extingue questões que não se limitam à descrição de dados numéricos, dados sem face ou personalidade. Objetivos como o de investigar de que modo as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento são característicos de pesquisas qualitativas, que se prestam, ainda, aos casos em que o objetivo é a “demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos” (MENDES, 2006, p.11).

Além disso, segundo Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa:

[...]fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. (GASKELL, 2002, p.65).

De acordo com o autor, a compreensão na visão dos sujeitos da pesquisa é característica do método qualitativo, quando o motivo é “o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico, uma base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica.” (GASKELL, 2002, p.65). Godoy (1995) reflete que:

[...] a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte

de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58)

Conforme pondera a autora, no processo da pesquisa são considerados o ambiente natural como fonte direta de dados, o caráter descritivo e o significado que as pessoas dão aos fatos,

Quanto ao tipo, esta é uma pesquisa exploratória, que objetiva maior clareza do problema a ser investigado e é útil para a abordagem de questões emergentes. As pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tenham vivências sobre o assunto a ser investigado e a análise de exemplos que auxiliam a compreensão do problema. Para isto, coletaram-se os dados empregando a técnica da entrevista semiestruturada, a fim de dar vazão a possíveis desdobramentos. Para a realização desta pesquisa, utilizando-se a referida técnica, foi elaborado um roteiro de entrevista prévio para que, no momento de sua execução, as informações necessárias não deixassem de ser colhidas e, conseqüentemente, estas informações não deixassem de estar conectadas com o suporte teórico, metodológico e os objetivos da mesma.

A entrevista é, segundo Minayo (1998), o procedimento mais usual no trabalho de campo, inserindo-se como meio de coleta de dados os fatos relatados pelos atores enquanto sujeitos-objetos da pesquisa, que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Assim, depreende-se que a entrevista é essencialmente uma ocasião de interação psicossocial, no encontro de um "eu" (entrevistador) com um "tu" (entrevistado), resultando em um "nós" (o discurso). O que se produz na cena da entrevista torna-se uma produção sócio-histórica. Machado (1991) pondera que, como cada entrevista é tratada em profundidade, pretendendo um quadro de estudo, sobretudo, qualitativo, questões de amostragem se tornam secundárias, mas a seleção de entrevistados deve ser explicitada e justificada de acordo com os objetivos pretendidos.

Após a escolha do instrumento de coleta de dados - a entrevista - restava escolher quem seriam os sujeitos a serem entrevistados. Para esta escolha, um fato foi levado em consideração. Conforme já foi mencionado anteriormente, na Igreja Católica, há os Ministérios Ordenados, que se referem dedicam à formação dos diocesanos, e a

Vida Religiosa Consagrada, que se refere se ocupa das congregações. A OSIB registrou um aumento significativo, de 1970 a 2000, no clero diocesano e uma estagnação do clero religioso. Assim, nos últimos 30 anos, o clero brasileiro se tornou mais diocesano. o clero no Brasil se tornou, nos últimos 30 anos,Devido a estes números, que dificultam o acesso aos religiosos e abre o leque de acessibilidade aos diocesanos, os sujeitos desta pesquisa são membros de três famílias de seminaristas diocesanos.

Os seminaristas diocesanos ou seculares entrevistados são estudantes de filosofia ou teologia - cursos exigidos na formação presbiteral - cujas idades variam de 20 a 30 anos. O acesso à família se deu em função da rede de conhecidos da pesquisadora. A escolha dos sujeitos (membros da família do seminarista) não foi intencional, uma vez que todos os moradores da residência de origem dos seminaristas foram convidados a participar da entrevista. Entretanto, nem todos os atores sociais que, aos olhos da pesquisadora, apresentavam vinculação significativa com o problema pesquisado, concederam sua participação.

No processo de realização das entrevistas ocorreram duas formas distintas: individual e coletivamente. A primeira entrevista se deu individualmente. Inicialmente, ouviu-se a irmã do seminarista (Família 1) na sala de jantar da casa e, dias depois, ouviu-se a mãe, em uma sala do seu local de trabalho. Ela ocupa uma posição de líder no seu trabalho e, no momento da entrevista, anunciou ao porteiro: "Se o telefone tocar para mim e/ou se alguém me procurar, diga que estou dando entrevista". Na casa de origem desta família, havia mais duas pessoas, a avó e o pai do seminarista. Eles não se dispuseram a participar, mas foram muito receptivos e demonstraram satisfação pela presença da pesquisadora, além de externarem o orgulho por ter um membro de sua família em formação presbiteral.

A segunda entrevista foi coletiva e ocorreu na sala de visita da família, tendo participado as três pessoas que moravam na casa - o pai, a mãe e o irmão do seminarista.

A terceira entrevista também foi coletiva, tendo como participantes a mãe e a única irmã do seminarista. O pai também mora na casa, mas, segundo a mãe, ele estava no trabalho e não pôde ficar para ser entrevistado. A pesquisadora teve a intenção de ouvi-lo, mas não teve abertura por parte do mesmo.

Cabe ressaltar que este instrumento - entrevista - teve como finalidade conhecer

a estrutura de cada família e coletar dados para a realização do estudo.

Após a etapa de realização das entrevistas, partiu-se para o grande desafio: o da análise dos dados. O trabalho com a entrevista não se esgota no ato da mesma, faz-se necessário, e é de fundamental importância, analisar o material obtido através das respostas - os implícitos, os não ditos e as entrelinhas dos depoimentos fornecidos - ou seja, os dados relevantes ao objeto de estudo, e que dali são apreendidos. Para assegurar o processo criterioso da análise dos dados, o método pensado para esta pesquisa foi a análise de conteúdo (AC).

A análise de conteúdo, que é uma das técnicas de tratamento de dados em pesquisa qualitativa, está calcada na proposta da professora da Universidade de Paris V, Laurence Bardin (2011). A autora explica que a análise de conteúdo já era utilizada desde as primeiras tentativas da humanidade de interpretar os livros sagrados, tendo sido sistematizada como método apenas na década de 1920, por Leavell.

Na análise de conteúdo, em suas primeiras utilizações, assemelha-se muito ao processo de categorização e tabulação de respostas a questões abertas. Mas, com o passar do tempo, o ponto primordial passa a ser a mensagem, considerando também as condições contextuais de seus produtores, e, a partir daí, assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem. Devem ser consideradas não apenas a semântica da língua, mas também a interpretação do sentido que um indivíduo atribui às mensagens. Minayo (2003) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e/ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto, ou seja, o que está escrito, falado, mapeado, desenhado. Quanto à escolha da análise de conteúdo, deve-se escolher a unidade de registro e de contexto. Enquanto processo metodológico, a AC visa o acesso ao conteúdo de uma dada comunicação. Neste aspecto, Godoy (1995) afirma que a análise de conteúdo, segundo a perspectiva de Bardin, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. Segundo a autora, nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. Assim, o esforço do analista é duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira - os implícitos, os não ditos e as entrelinhas.

Bardin (2011) define o termo análise de conteúdo como:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações; não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2011, p. 37)

Em outras palavras, a AC é um conjunto de técnicas e análises das comunicações visando obter indicadores por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens - que podem ser quantitativos ou não - com o objetivo de produzir inferências baseadas no referencial teórico a partir de um tema ou palavra, conforme pondera Bardin (2011, p. 44). : "a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)". A inferência se caracteriza por um procedimento que identifica os elementos que estão atrás da fala, permitindo ao analista captar, em um dado tipo de documento, os vestígios como manifestação de estados, de dados e de fenômenos no que diz respeito tanto à procedência da mensagem quanto ao seu destinatário. Para a organização da AC, bem como o modo de realizá-la, a autora sugere: constituição do corpus, definição das unidades de sentido, leitura flutuante, agrupamento e subcategorização, categorização e tratamento dos resultados. A análise é realizada buscando-se o sentido explícito e implícito dos textos.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absorve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. (BARDIN, 2011, p.11)

Considerando estes dois polos - da objetividade e da subjetividade - enquanto esforço de interpretação dos dados, o interesse por este instrumento polimorfo e polifuncional trouxe motivação e justificou a escolha deste método. Através dele, vislumbrou-se a possibilidade de compreender e analisar os sentidos e significados através das palavras dos sujeitos da pesquisa, dos seus balbucios, silêncios, repetições e lapsos. Sentidos e significados que podem (ou não) emergir na estrutura e na dinâmica das famílias, a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral

Para finalizar estas considerações acerca dos aspectos metodológicos, não se

pode deixar de pontuar algumas considerações éticas. O trabalho de campo foi realizado após o projeto desta pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas, sob o número de registro do CEP: CAAE 42461515.6.0000.5137. A pesquisadora comprometeu-se em guardar sigilo sobre a identidade dos participantes. Com relação aos entrevistados, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes de serem entrevistados. A pesquisadora utilizou nomes fictícios para os sujeitos da pesquisa para preservar a identidade deles. O material obtido com as entrevistas será guardado durante cinco anos e, após esta data, será destruído.

No quadro 1, procura-se caracterizar os sujeitos - tanto os seminaristas como os familiares entrevistados - utilizando-se, para isto, de nomes fictícios. Além dos codinomes atribuídos, o quadro ainda apresenta outras formas de identificação dos sujeitos. Quanto aos seminaristas, foram citados: idade, Seminário, Local, Curso e período em curso. Quanto às famílias/familiares, foram apontados: número de filhos na família; grau de parentesco dos entrevistados; grau de parentesco, idade e número de moradores na casa; religião da família; grau de escolaridade e profissão do pai e da mãe dos seminaristas. Além destas características, as famílias também foram identificadas, respectivamente, pelos algarismos I, II e III.

Quadro 1 - Sujeitos da pesquisa

Família	Nome e Idade	Seminário Curso	Nº de filhos na família	Entrevistados	Moram na residência	Religião da família	Profissão do pai	Profissão da mãe	Escolaridade do pai	Escolaridade da mãe
I	João 24 anos	Arquidiocese Mariana 3º ano de Teologia	2	Mãe e irmã (entrevista individual)	Mãe (49); pai (57) e avó	Católica praticante	Aposentado e vigia	Funcionária pública	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio
II	Marcos 24 anos	Arquidiocese Mariana 2º ano de Teologia	4 2 filhos casados	Pai, mãe e irmão (entrevista coletiva)	Pai, mãe e irmão	Católica praticante	Aposentado e presta serviços esporádicos	Ajudante nos afazeres domésticos na casa de uma parente	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental incompleto
III	José 24 anos	Arquidiocese Mariana 3º ano de Filosofia	2	Mãe e irmã (entrevista coletiva)	Mãe (51); Pai (54) e irmã (18)	Católica (não praticante)	Trabalha (dono) em um trailer	Bancária	Ensino Médio	Ensino Médio

Fonte: Elaborado pela autora com dados coletados através de entrevistas realizadas em Jan./Fev. 2016

5 ANÁLISE DOS DADOS

As pessoas existem para compreender e interpretar com a consciência de que esta interpretação não pode se identificar exatamente com aquilo que pretende compreender. Planos e recortes permitem uma compreensão sempre parcial de uma realidade, que é complexa e múltipla em si mesma. Neste sentido, este estudo “Formação Presbiteral Católica: Implicações e Impactos na Família” não aspira a uma interpretação completa e exaustiva. Ela pretende ser mais uma contribuição para o estudo do tema, sem esgotar as possibilidades de compreensão do fenômeno. Mas, ao se pensar que a presente pesquisa tem a sua originalidade, nesta seção, são apresentados os dados e a análise feita dos mesmos.

Para fins da análise, foram definidas as seguintes categorias: mudanças nas relações familiares após um dos seus membros se inserirem no processo de formação presbiteral; a relação entre a Igreja (Seminário) e as famílias dos estudantes em formação presbiteral; o sentido de ser padre na contemporaneidade para a família e os impactos do processo de formação presbiteral na família.

5.1 Mudanças nas relações familiares

Esta categoria buscou compreender quais mudanças ocorreram no interior das famílias em relação à sua dinâmica, à vida cotidiana dos membros e às inter-relações após um dos seus se inserir no processo de formação presbiteral.

Observou-se que os entrevistados ficaram intimidados ao se manifestarem sobre os possíveis movimentos nas relações entre os membros e até mesmo nas dificuldades que emergiram com a saída de um dos seus em direção ao seminário. Em meio ao que deixou de ser dito, pairou o silêncio e, em seguida, frases curtas e conformativas foram pronunciadas: "A vida é assim"; "Fazer o quê? Temos que ajudar se é da vontade dele e de Deus...". Pelo fato de um dos objetivos desta pesquisa ser, exatamente, o de investigar as possíveis mudanças decorrentes na estrutura familiar dos estudantes em formação presbiteral, esta categoria já era instigadora. Hipoteticamente, vislumbrava-se que a dinâmica familiar sofreria modificações em aspectos como a divisão de atividades, os cuidados uns com os outros, as tarefas domésticas rotineiras da casa, as questões relacionadas às finanças e às conquistas em prol da família.

No campo, constatou-se uma sobrecarga - financeira e dos cuidados referentes às

peessoas mais velhas que moram no lar - para os membros que permanecem em casa, ou seja, quem permanece após a saída do seminarista, fica sobrecarregado nestes dois aspectos. Em relação ao primeiro aspecto - o financeiro - observou-se que os seminaristas vinham de famílias de poder aquisitivo mais baixo e os custos da formação presbiteral não eram totalmente da responsabilidade da Igreja. À família de cada um deles, é destinada a contribuição de uma parcela financeira significativa para a sua formação. Então, interroga-se: teria a família possibilidade de assumir a responsabilidade de bancar os custos com a parte que não é coberta pela referida contribuição financeira? Ribeiro (2004) apresenta resultados de pesquisas que, até o momento, indicam que a maioria dos jovens que buscam a formação presbiteral é de origem rural e de famílias numerosas. Pereira (2012) também faz esta abordagem. Seu trabalho explicita as características comuns do tipo de vida familiar do público que ingressa na vida diocesana ou religiosa. Segundo este autor, grande parte do público provém de áreas rurais, que têm características bem diferentes da vida urbana contemporânea, obedecendo a uma criação/formação patriarcal rígida. Os dados desta pesquisa vão ao encontro das constatações de Ribeiro (2004) e de Pereira (2012) no que tange ao nível socioeconômico, mas se distancia delas no que diz respeito ao tamanho e ao modelo de família, já que as famílias entrevistadas são pequenas, com dois a quatro filhos no máximo e não obedecem a uma formação patriarcal rígida.

A queixa em relação ao aumento das despesas e à falta de recursos apareceram nas famílias I e II, tendo sido mais evidente na família II. O pai, que já estava aposentado, retornou ao trabalho em busca de tarefas que gerassem dinheiro para cuidar do filho em formação presbiteral. O seminário torna-se o lar do estudante, oferece alimento, mas não financia integralmente os estudos, não abarca outras possíveis necessidades do estudante e nem oferece plano de saúde. Diante da preocupação com a saúde do filho e da necessidade de intervenção cirúrgica do mesmo, o pai manifestou: "A gente vai ter que fazer um plano de saúde pra ele pra vê se alivia um pouquinho. Mas, se não tiver jeito eu mesmo vou pagar esse trem, sabe?" O irmão do seminarista, diante desta fala, murmurou uma questão, na ausência do pai (quando este pediu licença durante a entrevista): "Se eu cursasse engenharia, será que seria assim?" Diante do investimento, da dedicação e da forma com que o pai se colocou ao dizer que seu filho estuda para padre, entendeu-se que o mesmo valoriza o processo de formação presbiteral, no entanto, observou-se, também, que o pai se empenharia, sim, para investir nos estudos do outro filho, caso ele cursasse engenharia. Diante da questão colocada pelo irmão do seminarista, constatou-se que se tratava de uma percepção dele em relação ao

seu pai. Uma percepção de que “estudar para padre” vale a pena, por isto vê-se o esforço de toda a família. Este é o impacto que a ida do seu irmão para o seminário provocou nele: o de pensar que, em alguma medida, a formação presbiteral tem privilégios em relação à formação de engenharia.

Percebeu-se, aqui, a mudança objetiva na dinâmica da família e, ao mesmo tempo, uma mudança com motivação subjetiva do filho para com o seu pai, pois ele mesmo respondeu à sua pergunta sussurrada: "Eu trabalharia de dia e estudava à noite". Esta fala demonstrou um misto de sentimentos: raiva, confusão e culpa por estar tendo estes sentimentos em relação ao próprio pai. O sujeito continuou: "Talvez sim [o pai pagasse seus estudos], meu pai é bom." Durante a entrevista constatou-se um mal-estar na relação do filho para com o seu pai. Um mal-estar dito nas entrelinhas, percebido através dos comportamentos visuais e das expressões faciais esboçadas após a fala do progenitor. Importante mencionar que o pai de Marcos, em momento nenhum, se queixou do retorno ao trabalho para poder ajudar o filho.

No momento atual, sabe-se que a questão financeira é um problema para grande parte dos brasileiros. Mas, conforme relato da família de Marcos, foi possível inferir que há um sacrifício financeiro inquestionável da família para apoiar um dos seus membros quando este opta pela formação presbiteral, mesmo que os estudos não sejam concluídos,

Pai: É! Porque tem muita gente que faz o seminário, mas chega numa certa fase e não conclui, né?

Mãe: Desiste, né?

Pai: Desiste ou às vezes faz só porque é uma universidade também.

Estes dizeres da Família II são relevantes, haja vista que, para muitas famílias de origem rural ou de classe socioeconômica baixa, o seminário é uma - se não a única - possibilidade de o sujeito cursar o ensino superior. Além da Família II, a Família I confirma este fato, o que pode ser visto no relato da mãe de João, no qual ela demonstrou ter ciência de que o filho, apesar de estar em formação presbiteral, poderia não chegar a se ordenar padre.

É... Pra finalizar os estudo é quatro anos (sic). Então, no caso, está faltando o quarto ano no ano que vem, né? Mas sempre com minha cabeça bem erguida que ele pode ser, que ele vai para o sacerdote (sic), ou pode ser que não. Então, eu espero com o meu coração aberto para receber ele como padre ou como homem mesmo, né? Se ele escolher outro, né? Outras profissão pra ele.

No que diz respeito às mudanças na dinâmica do dia a dia da família, a sobrecarga

ligada aos cuidados dos mais velhos (já existentes e/ou que venham a ocorrer no futuro) e o aumento das tarefas do cotidiano foram tópicos recorrentes em todas as famílias entrevistadas. Nas famílias I e III, tais questões foram referenciadas em um tom de descontração, mas, ao mesmo tempo, de peso. A irmã do João, da família II, disse: "rsrsrr... então, mudou porque ficou só eu em casa, né? A gente era nós dois assim, então acho que mudou mais isto, [...] mudou mais que eu tenho que fazer muita coisa sozinha, coisa que a gente fazia em dupla..." A entrevistada convive com uma senhora muito idosa e com saúde delicada, sua avó. Atualmente, ela dá assistência à mesma, mas conta com a ajuda dos pais. Ela lança o seu pensamento para o futuro se perguntado o que será dela quando chegar a vez dos pais, afirmando que o irmão será ausente, pois estará pastoreando em sua comunidade. Como já foi mencionado, quando o sujeito aceita o chamado de Deus, ele "rompe" com a sua família de origem e sua família passa a ser o seminário ou a congregação em que atua.

Na família III, quem vive este momento de sobrecarga nos cuidados com os mais velhos é a mãe. Ela contou que o filho seminarista, sendo o mais velho e homem, era o seu braço direito nos cuidados com o pai dela, que, além da idade avançada, é de uma personalidade forte. E, mais adiante, pela sua fala, depreendeu-se que, em sua percepção, os seminaristas vivem enclausurados e, portanto, indisponíveis para ajudar nos problemas rotineiros que sua família vive.

Mediante as mudanças na dinâmica da família, observaram-se também embaraços na relação pais e filhos, conflitos inter-relacionais, talvez gerados pela sobrecarga e pressão exercida sobre os poucos membros que permanecem em casa (como já foi dito, uma das características da família contemporânea é que ela não é numerosa). Além disso, uma outra possível causa desses conflitos pode ser a percepção (equivocada ou não) de que a dedicação, a preocupação e a satisfação dos pais para com os filhos que se encontram no seminário, originaram, nos outros filhos que permaneceram com a família, sentimentos negativos de desconfiança de uma suposta predileção dos pais para com os que saíram para o Seminário. Considerando a singularidade da família e dos seus membros, deparou-se com a seguinte fala: "Meu pai é muito dedicado e participativo, mas... se sente orgulho da profissão de um filho é a do Marcos. A gente percebe!" (Irmão do Marcos, Família II). Na percepção deste sujeito, embora ele se reconheça como o responsável pelos pais no caso de um imprevisto, o pai "prefere" o filho que estuda para padre: "Mas sou eu que estou aqui do lado deles e sei tudo que acontece". (Irmão do Marcos).

Esta questão de "preferência" por um ou outro filho, na fala dos entrevistados, também foi

mencionada pela família I. Interessante que esta reflexão partiu da mãe que, mediante as preocupações que notadamente tem para com o filho seminarista, tenta ser cautelosa, controlando seus sentimentos. "Olha procê vê , a gente corre tanto risco... porque ela [a irmã] podia pensar assim: 'minha mãe gosta tanto do meu irmão que ela nem tá notando a minha presença'. Ela podia ter pensado assim de tanto que eu falava do João. Depois eu até conversei com ela." (Mãe de João, Família I).

No relato acima perceberam-se controvérsias. A mãe imaginou que a filha poderia pensar que ela tinha preferência por João, porém, a irmã de João trouxe esta questão e revelou sua compreensão. Ela relatou que a mãe pensava vinte quatro horas por dia no irmão, cantando o dia todo uma música da época, cuja letra trazia a temática do filho que saiu de casa. Mas, apesar disso, ela declarou que em momento algum se sentiu menos amada pela mãe nem pensou que a mãe tinha preferência pelo irmão. Ela compreendeu que fazia parte do processo, já que a mãe sempre foi muito apegada aos filhos.

Rsrssr,, é... quando ele foi pra Barbacena estava estourando o filme de Zezé de Camargo e Luciano, 'Dois filhos de Francisco'. Então ela cantava a música vinte e quatro horas, eu acordava com 'Dois filhos de Francisco', almoçava com 'Dois filhos de Francisco' e dormia com 'Dois filhos de Francisco'. Era assim. Então, acho que... Sei lá... Todo mundo decorou a música de tanto que ela cantava, ela cantava alto, lavava vasilha cantando. Então, acho que é mais isto, apesar de eu acreditar que ela foi a principal influência, acho que é meio, é... A gente aqui em casa, minha mãe é muito agarrada na gente, ela é muito, é... Se eu viajo e falo que vou chegar às cinco horas, e deu seis, e não cheguei ainda, ela liga vinte mil vezes pra saber. Então a gente foi muito agarrado, acho que quando ela viu que um ia sair debaixo da asa dela... Acho que foi mais isso. (Irmã de João, Família I).

Na família II, notou-se uma dificuldade de diálogo. Com exceção do pai, a mãe e o irmão de Marcos se manifestaram com uma fala tímida, temerosa, e o olhar sempre voltado para baixo. A princípio, pensou-se que poderia ser timidez, mas, na verdade, a situação de estarem reunidos na sala para uma conversa pareceu-lhes inusitada. Os dois demonstraram facilidade para se expressar quando o tema era o Marcos. Porém, foi difícil para eles falarem dos próprios sentimentos e da dinâmica da casa, embora estivessem cientes da necessidade de fazê-lo em prol da entrevista.

Irmão: Acho que sim...rsrsr... Gente chorando escondido.

Pai: [Olha para o filho e diz:] Com certeza escondido a gente chorava.

Mãe: Rsrssr...

Pai: a gente precisa, fica cada um prum lado, é primeira vez, agora estou vendo o que eles pensam.

Diante dos depoimentos, inferiu-se que a dificuldade de dialogar e/ou a ausência de diálogo entre os familiares pode ser o gatilho que dá origem aos conflitos e/ou mal entendidos

inter-relacionais.

5.2 Relação entre a Igreja (Seminário) e as famílias dos seminaristas

Nesta categoria, buscou-se discutir como as famílias percebem os movimentos e/ou projetos que a Igreja realiza em relação a elas, após um dos seus membros entrarem para o processo de formação presbiteral. Uma das motivações desta pesquisa foi, exatamente, a percepção da ausência de ações e/ou desconsideração da Igreja para com as famílias dos seminaristas. Um paradoxo, pois a Igreja, em seu discurso e em sua doutrina social, tem como preocupação a instituição familiar. No entanto, nesta investigação, buscou-se conhecer quais são as percepções que as famílias têm com relação à Igreja neste sentido, quais são os conhecimentos que as mesmas têm quanto à formação presbiteral, e se elas se consideram parte deste processo. Uma outra questão a ser investigada era saber se as famílias não se opunham ao processo de formação e se demandavam algo da Igreja (do Seminário) para elas.

Nos discursos dos entrevistados, nas famílias I e II, apareceram relatos que admitem a influência que a família exerce sobre a escolha vocacional. Na percepção destas famílias, o fato de elas serem, desde sempre, católicos participantes, que levavam os filhos para a Igreja, justifica ou motiva o chamado vocacional de um dos seus membros. Sobre este aspecto, a CNBB (2010) confirma que a família é fundamental no espaço de discernimento vocacional dos seus filhos, além de ser muito importante para a Igreja, que com ela direciona e participa do processo de formação. Pereira (2012), em seu trabalho de campo, propõe uma questão aos entrevistados: "qual a contribuição da família no processo de sua vocação presbiteral?". O autor constata, em suas análises, a relevância dos familiares - como a mãe, o pai e os parentes próximos - no processo de escolha vocacional, segundo depoimentos dos seminaristas. Na visão das famílias, este fato é confirmado, o que pode ser visto no depoimento da irmã de João (Família I):

Minha mãe tem um grupo de pastorinhas, então ele [o irmão] sempre participou, ele sempre acompanhou, ele ia com ela em todos os encontros, ele participava de celebrações, ele ajudava na Igreja. Mas, até então, ele nunca tinha despertado nele que ele seguiria esse caminho, né? Até que ele foi nesse encontro vocacional. Acho que a irmã de caridade, por ver ele seguindo a minha mãe, né? Tantas atividades assim, pode ter visto nele, né? Falado com ele, e ele foi, mas ele foi pra ver como era e tudo.

Nesta mesma família, a mãe concorda que há interferências familiares na escolha

vocacional: "Então, eu acho que a convivência também, o dia a dia dos pais também, acho que influi um pouquinho nas decisões dos filhos".

Para a família II, a prática católica dos pais, a educação e a orientação dos filhos para o caminho da Igreja foram fatores motivacionais no processo de decisão do filho. "Eu sempre levava ele para o grupo de reflexão, igual eu cheguei aqui agora. Ele desde pequeno me acompanhava para o grupo de reflexão. Também... Aí meu pai reza muito pela vocação sacerdotal e religiosa." (Mãe do Marcos). Essa posição não é unânime na família II, pois, para o irmão de Marcos, o fato de ele ter ido para a formação presbiteral não teve influência da família (devido ao fato de a família participar ativamente das atividades da Igreja). Ele argumenta que sua própria participação na Igreja foi intensa, que ele faz parte da mesma família e nem por isto seguiu o caminho fraterno. Para este irmão de Marcos, a escolha vocacional é da ordem do singular:

Igual eu participei também do grupo de jovens, só que eu não fiquei e ele ficou. Quem começou ir para o grupo de jovens primeiro foi eu. Depois foi que ele entrou, aí eu saí por causa do serviço também, né? Aí não dava como eu ir para os encontros e acabei parando. Ele continuou, foi indo e decidiu.
(Irmão de Marcos, Família II)

Com relação à interferência da participação ativa da família da Igreja, as opiniões ficaram divididas. Na opinião da irmã e da mãe de João (Família I), e da mãe e do pai de Marcos (Família II), a família tem uma parcela de influência no processo da escolha e da decisão do filho em seguir ou não o caminho vocacional. Já para a mãe de José (Família III), a decisão do filho não perpassa pela prática católica da família e/ou dos pais, decisão que ela atribui a algo subjetivo ("é algo do sujeito"), como pensa o irmão de Marcos (Família II). Este último ainda acrescenta que o convívio (do membro que faz esta opção) com outras pessoas do seu meio social também pode interferir.

Sabe, porque eu nunca fui de frequentar, sou católica, tenho muita fé, aquela coisa, mas nunca fui de frequentar Igreja, igual tem gente que vai todo domingo... eu não. Nem era de levar os meninos. Geralmente, as pessoas vão todo domingo. Aí, eu ia, de dois em dois mês, de três em três mês e quando ia levava, né? Ele nunca foi coroinha, essas coisas, igual tem mãe que coloca, que obriga o menino a frequentar. Tanto é que eles (rsrsrs) não gostavam de ir à Igreja. José ia calado, não falava que sim nem que não. Isto quando eu ia, mas aí ele começou com este negócio de tocar sino. Juntava aquele grupinho, né? E... Daí foi, começou a ajudar, ajudava na hora de missa. (Mãe de José, Família III).

Com relação a este depoimento, notou-se que, ao mesmo tempo em que a mãe de José pensa que a família não influencia no processo de escolha vocacional, percebeu-se que, apesar

de ela não ser praticante nem motivadora à vida sacerdotal, de certa forma, ela direcionou o seu filho: "Eu sou católica, os meninos foram batizados e tudo, mas não sou católica fervorosa. Tenho minha fé, a gente pede, agradece, tenho muita fé em tudo, graças a Deus, mas não sou de frequentar Igreja..." Na opinião dela, para influenciar no processo vocacional, a família teria que ter inserido o filho nas atividades da Igreja desde pequeno: "Porque quando a mãe coloca o filho para ser coroinha pequenininho, aquela coisa toda, parece que o menino já vai, né... mas não foi nada disso, eu não era nem de frequentar muito Igreja nem de forçar menino a ir quando ele já podia ir sozinho."

Para a CNBB (2010), a pastoral vocacional também é de responsabilidade do povo de Deus, começando na família e continuando na comunidade cristã. Este fato é confirmado na família III. Os filhos são inseridos na vida espiritual pela família, a qual, além de tê-los batizado, orientou-os para a catequese católica deixando-os livres para frequentarem outras atividades oferecidas pela Igreja quando crescessem. Para exemplificar, José, da referida família, fazia parte da irmandade da paróquia e tocava o sino. Uma segunda confirmação de que as vocações são encargo de outras instituições cristãs, os filhos pertencentes à família III tiveram sua formação escolar, Ensino Fundamental e Médio no colégio arquidiocesano católico. "Plenamente integrada no âmbito da pastoral ordinária, a pastoral vocacional é fruto de uma sólida pastoral de conjunto, nas famílias, na paróquia, nas escolas católicas e nas demais instituições eclesiais". (DAp, n. 314, apud CNBB, 2010, p.54). Portanto, independentemente da configuração, a família é primordial no processo vocacional e, de alguma forma, ela influencia, mesmo quando não reconhece o seu papel em direção às vocações.

Após este quesito, da consciência ou não da importância da família no processo vocacional, observou-se, na fala dos entrevistados das famílias I e II, a não interferência na escolha profissional dos filhos. Pode-se constatar isto a fala da mãe de João, que aprecia muito a escolha do filho e relata nunca ter pensado em um projeto para o mesmo:

...por incrível que pareça eu, na verdade, do fundo do meu coração, eu nunca tive assim, um projeto para o meu filho nem pra minha filha que seria isso. Porque eu nunca pensava que meu filho seria isso, porque toda vida eu falei, eu pensava e pedia muito a Deus que meus filhos tivessem bom caminho na vida. Que eles decidissem e fizesse aquilo que os fossem fazer feliz.
(Família I)

Desta mesma forma, o pai de Marcos compartilha a ideia da não interferência na escolha profissional dos seus filhos: "Cada um ia escolher o que queria fazer e... Eu nem

pensava que ele ia. Foi ele mesmo que escolheu. Cada um escolheu o que queria fazer." As famílias I e II admiram a escolha dos filhos. Por outro lado, a mãe de José, embora o apoie, não aprecia sua escolha e tem esperança de que a formação não se concretize:

Aí, eu falei assim, se ele está feliz com isso... A vida é dele, né? A vida é dele. Isto é que importa pra mim... Como disse: estou chateada, mas a vida é dele. Tenho que aceitar! Às vezes tem muita gente que entra e vê que não é aquilo. Igual tem muitos colegas dele que entrou, depois arrumou namoradinho, saiu, né? [...] Não é, é porque a vida é isso e, fazer o que? E tal... Aí, como disse, a gente aceita, ele tá feliz. (Mãe de José, Família III)

Nesta categoria, relação da Igreja com as famílias, emergiu uma outra questão introduzida pelas famílias I e II, que é a ausência de apoio do seminário para com as mesmas. Elas se sentem desamparadas. O pai de Marcos declarou: "É como se viesse e tirasse o nosso filho num piscar de olhos e a gente se vira. A gente tem que seguir a regra deles". Por sua vez, a irmã de João relatou: "Eu sei que os meninos do seminário... Acho que eles têm acompanhamento psicológico, eles têm tudo, mas pra família... Que eu me lembre não, não teve nada... Assim..." Para ela, a saída do irmão foi difícil, pois a mãe, além de chorar muito, entristeceu. Naquele momento, ela pensava que a Igreja deveria oferecer um trabalho à família. "Eu não aguentava mais, foram dias e dias. Tive medo da mãe entrar em depressão."

Na opinião da família II, pelo menos um representante do Seminário deveria ir até a família e explicar o que iria acontecer. O pai de Marcos confidenciou: "Nunca teve padres aqui que veio para visitar a família. Para conversar com a gente, você é a primeira". Faz-se necessário esclarecer que, pelo fato de eu ter me identificado como estudante da Pontifícia Universidade Católica, compreenderam que eu era uma enviada da instituição Igreja para visitar as famílias. Disseram várias vezes sobre a importância daquele momento para a família, como demonstra esta fala do Pai de Marcos: "Até hoje você é a primeira psicóloga que está vindo aqui ouvir a gente. É! Está sendo muito bom. Até o momento, ninguém veio aqui. [...] É um apoio diferente, a gente precisa, fica cada um pro lado, é primeira vez, agora estou vendo o que eles [filho e esposa] pensam"

Questionou-se qual seria o apoio que eles gostariam de receber do seminário. A família I manifestou o seguinte:

Então, eu acho que o seminário poderia fazer sim, um trabalho de grupo, uma coisa assim, né? Não sei como falar assim, mas um acompanhamento de grupo, uma reunião com os outros, com as outras famílias e tudo. Porque na minha, apesar disso tudo, a gente superou fácil porque a gente... Um foi agarrando no outro, e ligava pra ele e conversava, mas tem família... Minha mãe também sempre muito aberta, meu pai, eu também, a gente sempre conversou, mas eu acredito que tem família que não

tem esse diálogo todo assim como a nossa. Então, acho que fica mais difícil. Mas acho que poderia ter um acompanhamento em grupo, alguma coisa assim. (Irmã de João).

Interessante que esta família sugeriu que o trabalho fosse realizado na própria paróquia a que pertencesse o seminarista. O pároco seria o responsável, pois a família sabia que muitos seminaristas vêm do interior.

Então, acho que poderia ter um acompanhamento sim, talvez uma parceria com a comunidade local, porque aqui somos da diocese [de Mariana], então, é mais perto do seminário, que é de Mariana. Mas tem família que é de longe, né? Tem seminarista que vem de outros lugares. Valadares, Barbacena, então é de longe, poderia fazer uma parceria com a comunidade local lá do seminarista e fazer uma terapia de grupo, não sei. (Irmã de João, Família I).

A este respeito a Família II assim se manifestou:

Eu acho... Eu acho que eles ficam muito tempo estudando e muito tempo longe da família da gente, e fica estudando, igual eu tô falando, eu vou lá porque eu tô perto e gosto de lá, mas eu acho que deveria fazer igual você está fazendo hoje, é... Durante o período que eles estivessem lá. Nem que fosse uma vez por ano viesse alguém falar que o Marcos tá assim, passando, indo bem ou indo mal. Desse uma explicação como é que está indo o andamento dele lá dentro. Se tá bem, se tá precisando de alguma coisa. Porque às vezes tem alguma coisa que acontece também e que eles não dão apoio. (Pai de Marcos)

Durante as falas dos familiares, percebeu-se que, tomados por uma série de sentimentos, estavam demandando apenas uma escuta e/ou uma visita, ainda que anual, mas algo que fosse específico para cada família.

Seria bom se de vez em quando viesse alguém falar como está o filho da gente lá dentro, a saúde deles. O quê que ele tão fazendo, como que tá o acompanhamento psicológico deles, porque eles estudam muito. A gente sabe que o estudo demais sem diversão, sem concentração pra sair dela, a pessoa tem problema de saúde. Eu acho que falta isto da parte deles assim, seria cordial, eles falar com a gente do filho da gente no período que ele está lá enclausurado. (Pai de Marcos, Família II)

Anualmente, no Seminário de Filosofia, acontece a Festa da Família (para os familiares dos seminaristas), que tem início na sexta-feira e termina no domingo. Este acontecimento foi relatado pelas famílias entrevistadas. Como exemplo, cita-se trecho da fala da mãe de João (Família I):

E... depois que eu fui lá no encontro de família, pra minha cabeça foi muito bom. Entendeu? Eu agradeço muito de ter tido esse primeiro encontro, entendeu? Então... Eu precisava mesmo desse... Do primeiro encontro lá, porque foi o encontro que ele né? Saiu. Eu sofria mais de pensar assim, porque a gente é superprotetora. Eu ficava assim: meu Deus, mas quem tá lavando a roupa pra ele, quem tá fazendo a comida,

entendeu? Aí eu já vim de lá com outra cabeça, assim, amadurecida mesmo, sabe? E... eu senti também, a mesma coisa que eu senti lá, eu senti que o pai dele também, entendeu? Que o pai dele era muito agarrado nele também. Porém, igual eu falo pra você, que o pai é assim mais reservado, e quando a gente veio desse primeiro encontro aí, a gente já conversava eu mais o pai, né?

Segundo ela, João já estava morando no seminário há um tempo, durante o qual ela e o esposo teriam sofrido menos se alguém tivesse explicado para eles como seria a vida no Seminário. Considerou-se importante uma outra colocação da mãe de João com relação à Festa da Família: "O encontro de família pra mim foi um... tipo assim... um psicólogo, entendeu? Porque lá, tudo que eu pensava foi diferente, amadureci mais, né? A mente, que a gente fala, mente mais aberta." Em princípio, esta comparação não tem sentido, mas, considerando que o psicólogo trabalha as queixas associadas aos conflitos internos da pessoa, os quais geram incômodos à própria pessoa, ou às pessoas do seu universo de relacionamento, foi possível inferir que a mãe de João sofria pela saída do filho e pelo imaginário de não saber nem como ele estava, nem onde e nem como funcionava a vida dentro do seminário. Com a festa ela passou a encontrar respostas para suas dúvidas. O psicólogo vai em busca das origens dos incômodos, trabalhando no sentido de a pessoa entender suas funções e, conseqüentemente, tornar a própria vida mais confortável, a partir do momento em que ela consegue elaborar suas questões. Foi neste encontro que, de certa forma, esta mãe elaborou, as mudanças que estavam acontecendo na vida dela e do filho. Isto pode ter ocorrido através de sua relação com o formador, com os familiares dos outros seminaristas, das palestras que são ministradas durante o encontro, ou, ainda, com outros seminaristas mais experientes.

Para o pai de Marcos parece ter ocorrido algo semelhante. Antes deste encontro de famílias, onde teve a oportunidade de conhecer como funcionava a vida no seminário e até mesmo a chance de ter um contato direto com as pessoas que viviam com o seu filho, ele pensava: "Será que ele tem o que comer direito? Como é que é tudo? Eu sofria com isto."

Contrário ao que ocorreu nas famílias I e II, a mãe de José deixou claro: "Vou à festa por ele, para apoiar." Ela comentou que quando foi ao seminário pela primeira vez, na Festa da Família, o padre que a recebeu disse: "‘Que bom vocês vieram, o José ficará feliz, é muito importante para ele’. Por isso eu continuo indo." Percebe-se diante deste relato e nas entrelinhas dos discursos dos entrevistados que o objetivo da Festa da Família tem o foco no bem-estar dos estudantes, ou seja, acontece pensando no bem que a presença dos familiares no seminário pode causar aos seminaristas. Um acontecimento em prol do estudante e não da família, apesar de observarmos que a festa tem um sentido particular para as famílias.

5.3 O sentido de ser padre para a família

Na sociedade atual, hedonista e secularizada, a figura do Padre é objeto de muita discussão, inclusive através da mídia. O Presbítero, habitualmente chamado pelo povo de Padre, possui o segundo grau do Sacramento da Ordem. Portanto, é Sacerdote, que tem a plenitude deste Sacramento. Ser padre é atender ao chamado de Deus. Por isso, o sacerdócio é um privilégio, principalmente para as famílias da Antiguidade, conforme conta a História. O presente estudo buscou entender o que é ser padre para as famílias que têm um de seus membros em formação presbiteral, na contemporaneidade.

Esta pesquisa obteve algumas respostas. Para as famílias I e II, ser padre na contemporaneidade é seguir um caminho sagrado e certo, é um dom. A irmã de João (Família I), contou: "[...] aí minha mãe viu que ela ia perder o companheiro das atividades dela, né? Mas ao mesmo tempo ela tava (sic) feliz pelo caminho que ele escolheu, e que pra ela e pra todo mundo aqui em casa é um caminho muito sagrado, assim..." O pai de Marcos (Família II) também relatou: "Parece que ele vai no caminho certo e se Deus quiser, nós vamos ter três padres na nossa comunidade." Ao que o irmão de Marcos completou: "[...] é bom ter um irmão seminarista, é orgulho, né? É certo, né? A profissão... Mas é um bom caminho pra ele."

No trabalho de campo, foi possível observar que, na visão das famílias, ao mencionarem que ser padre seria o caminho certo, elas faziam uma espécie de analogia, contrapondo que o errado seria o caminho da violência e/ou das drogas. Esta reflexão emergiu de falas curtas, como por exemplo a do pai de Marcos (Família II): "Antes ser padre do que saber que o filho da gente está envolvido com polícia." A mãe do João (Família I) também faz este percurso ao dizer: "Sou abençoada por meu filho ter esta vocação, porque no mundo de hoje, cê já viu, muita violência, muito difícil." Esta última fala termina em uma respiração profunda, demonstrando um sentimento de alívio para esse pai e essa mãe. Considerou-se relevante este fato, o qual permitiu a seguinte reflexão: ser padre seria, então, a possibilidade para não ir para o caminho errado? Como as famílias pensam outras profissões para estes filhos? E os outros filhos que não seguiram o caminho vocacional, estariam no caminho errado? É como se só houvesse dois caminhos: ser padre ou seguir o caminho errado? Para estas questões, não foram encontradas respostas, mas a partir da fala do irmão de Marcos (mencionado acima) foi possível fazer uma dedução após um fato ser lembrado: quando o irmão de Marcos revelou o seu sentimento pela escolha do irmão, os pais entrevistados dizendo que tinham orgulho da profissão que ele tinha escolhido também, e que eles, enquanto pais,

recebiam elogios, através de outras pessoas, a respeito do trabalho que ele executava. A partir deste fato, deduziu-se que: para os pais da família II, havia outros caminhos a seguir (sem ser o vocacional), que também seriam do bem; há muita valorização do sacerdócio por parte das famílias I e II.

Se por um lado há essa valorização da escolha sacerdotal por parte da Família II, por outro, as famílias I e III deixaram em evidência que ser padre é uma profissão como outra qualquer. De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada para este estudo, sabe-se que o presbitério não é considerado profissão, e sim vocação. Percebeu-se que as famílias entrevistadas desconhecem a diferença. Riggio (2015) pondera que a vocação ou o chamado para a Igreja é uma expressão do amor de Deus para com seus filhos, portanto: "Ser padre é um estado de vida que envolve o mais íntimo e pessoal do escolhido. A profissão, ao contrário, é uma opção de trabalho que pode mudar a qualquer momento, se a pessoa desejar" (RIGGIO, 2015, p.4). Retomando as palavras da mãe de João (Família I):

Isso [de pensar que ser padre traz um certo status] eu não tenho na minha cabeça, porque é uma profissão como qualquer outra, porém, voltado mais pra religião, né? Que é uma coisa assim que ele escolheu pra ele e ser padre é uma responsabilidade muito grande, porque ele não vai ter os filhos, filhos, mas toda a comunidade, o mundo todo, porque eu não sei pra onde ele vai andar. Serão filhos dele então, que, né? Ele tem que dar exemplo e que Deus dê a eles bastante discernimento. [...] Então, eu até cheguei um dia a perguntar ele. "Oh! João, agora que você está num estado bem avançado da sua profissão, é isto mesmo que você quer?"

Dizer que ser padre é uma profissão como outra qualquer levou a pensar na destituição da valorização do padre. Antigamente, as famílias, de fato, direcionavam um dos seus para ser padre. Percebe-se que nas sociedades contemporâneas o padre não ocupa o mesmo lugar que antes, principalmente nas grandes cidades. Diferentemente, no interior ainda se observa um tratamento diferenciado, de mais valor. Considerou-se relevante o fato de que a família I vem de uma caminhada religiosa e é participativa na vida da Igreja, mas, ainda assim, a mãe concebe que ser padre é uma profissão como outra qualquer.

A mãe de José (Família III) também tem a mesma perspectiva que a mãe de João (Família I), ao dizer: "Tipo assim, toda mãe quer que o filho tenha uma boa profissão, aquela coisa, mas eu não tinha nada, assim...Só não esperava por essa." Para ela, ser padre é uma profissão, mas que não desejaria para o seu filho. Ela apresentou suas razões:

Ai que bobeira ser padre! Como diz, eu não tenho nada com isso... Tenho fé, rezo em casa todos os dias... Mas, eu sempre falava: que bobeira... Que não sei o quê. Não é por nada, mas eu acho a vida de padre triste. Gente! A vida de padre é muito triste! Tipo assim: ele está em uma comunidade ali; ele não tem muito contato com a

família dele e nem vai adquirir para ele uma família, né? Então, eu falava: é muito triste! Aí... É o tipo da coisa, o padre vai para um determinado lugar no interior, ali tipo Cachoeira do Campo, aí faz aquele vínculo, aquela amizade com os fiéis, né? E tal... Porque, tipo assim, o povo idolatram eles muito, principalmente, os católicos fervorosos e os mais velhos, né? Padre é tudo, né? Tudo de bom é pra padre. (rsrsrsrs). Aí, assim, que triste!,, Ele acostumou com aquele povo ali e apanha aquele vínculo e depois mandam ele pra outra localidade. Muito triste! (Mãe de José, Família III)

Para esta mãe (Família III), ser padre é ter uma vida solitária, sofrida e triste; perspectiva diferente da mãe da família I, que entende que a comunidade passa a ser a família do padre. Para a mãe de José (Família I), há uma ausência de referência familiar para o presbítero. Ela acrescenta que, atualmente, quem idolatra padres são os mais velhos, ou seja, os mais antigos, e que, na visão destes, tudo de bom é para eles (os padres). Ela observa que quem valoriza o fato de ser padre é a sociedade (os mais velhos), e não a família. Desta forma, notou-se que no que tange à escolha do caminho vocacional, há divergências entre as famílias entrevistadas e as famílias de décadas anteriores, quando ser padre e/ou ter um padre na família era um privilégio.

A irmã de João (Família I) relata que a reação dos primos - ao saberem que seu irmão tinha decidido ir para o seminário - não foi, no primeiro momento, de aprovação. Para eles, (inclusive ela), a formação presbiteral é um processo complicado, longo e exige uma vida regrada.

Então, quando ele falou mesmo que era isto que ele queria, é... Eu fiquei não surpresa, mas a gente não acha que não vai ser, mas no fundo a gente acha que vai, mas na hora a gente acha que a pessoa vai desistir, que nunca, porque querendo ou não é muito complicado, né? Eu pensava por mim, porque é, quando ele foi para o seminário, a diferença de idade é de três anos de mim pra dele, eu sou mais velha. Então... Ele tava com 17 e eu estava saindo, aproveitando todos finais de semana que eu podia. [...] É! Pros primos, da idade como a minha um pouco, a surpresa foi maior porque, como falei, a gente tava, como falei, na adolescência. Então eles não imaginava um abrir mão de tudo que a gente tava fazendo pra seguir uma vida mais regrada assim, né? (Irmã de João)

Esta fala remete ao pensamento de que os jovens têm a consciência de que o processo de formação presbiteral perpassa por um outro caminho, diferente do de uma outra profissão qualquer. Prova disso é que a preocupação deles está relacionada às mudanças de hábitos que são exigidas, juntamente com as limitações que são impostas, e ainda pela imagem que eles, em formação presbiteral, teriam que passar para a comunidade.

Aqui, valeu-se de uma outra reflexão - talvez quase uma afirmação - a de que ser padre, um vocacionado, não é, de forma alguma, como outra profissão qualquer. Observou-se que o sujeito que decide seguir o caminho das vocações pode sair de casa muito cedo, com

quatorze ou quinze anos, por exemplo, quando vai para o seminário menor. Este espaço, como já foi dito, de acordo com a CNBB (2010), recebe jovens vocacionados do curso médio, que não encontram condições adequadas de estudo e formação no ambiente em que vivem. Os alunos, sob a orientação paterna dos superiores (formadores), e com a colaboração oportuna dos pais, levam uma vida plenamente conforme a idade, o espírito e a evolução dos adolescentes, direcionando-os para a vida vocacional.

Para relembrar, nos casos em que o vocacionado não passa pelo seminário menor, ainda assim, ele se insere no propedêutico muito novo, dezessete e/ou dezoito anos.

Esse período é: tempo de preparação humana, cristã, intelectual e espiritual para os candidatos ao seminário maior [PDV, n. 62], organizado como uma instituição autônoma, distinta e articulada com as outras etapas da formação, levando em consideração as seguintes indicações: residência ou local próprio, com programação específica; não inferior a um ano, valorizando a presença de leigos, homens e mulheres. (PDV, n. 66, apud, CNBB, 2010, p.67).

O período propedêutico é a preparação para a vida no seminário. O sujeito pode entrar em idades mais avançadas, mas a questão aqui é recordar que nem todos os candidatos passam pelo seminário menor, mas pelo propedêutico sim, e este período é de um ano. Depois entram para a vida no Seminário. O que se questiona é o fato de, no caso de não seguir o caminho vocacional, o sujeito retorna para a casa, para a família e também para a sociedade sem direitos.

Falou-se que o sujeito vai para o seminário menor e/ou propedêutico bem novo, mas a sociedade valoriza o jovem. Se aos vinte e três anos - e/ou mais - o sujeito percebe que não vai continuar os estudos, ele pode ter dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, que exige, por exemplo, experiência e formação específica. No seminário, a formação é direcionada para a espiritualidade e os trabalhos são orientados respeitando a mesma finalidade. Não há uma formação específica que vai para além disso.

Falou-se, ainda, que o fato de o sujeito estar no seminário não significa que ele será ordenado. Por outro lado, as famílias, num esforço grande, investem nos seus membros seminaristas, mudando toda a dinâmica familiar. E se não der certo, o retorno é fato e, ao que parece, as dificuldades também, tanto do sujeito, quanto dos seus familiares.

Portanto, concluiu-se que ser um vocacionado não é seguir uma profissão como outra qualquer em níveis de formação, pelos seguintes motivos: por um lado, a formação presbiteral requer um tempo longo, exigindo mais, portanto, dos familiares; por outro lado, há uma contradição com a forma como a sociedade hoje se organiza ao nível de exigências e de

recolocação no mercado de trabalho.

Constatou-se, também, que a percepção da família em relação a ser padre não é única e nem de todo positiva. No entanto, observou-se que a maioria das famílias passa a pensar no que é ser padre à medida que elas têm a possibilidade de ter um padre na família. Compreendeu-se que este sentido pode emergir do interior da família ou pode surgir externamente, quando, por exemplo, a comunidade expressa opinião a respeito da família por ter um filho em formação presbiteral. Esta visão externa pode ser vista no relato da mãe de João:

Muita gente olha pra gente diferente, principalmente, mães que passam momentos difíceis com filhos. Então, sempre quando chega em mim fala assim: “você é felizarda, você é escolhida de Deus”, mas todas nós somos escolhidas de Deus. Anteontem mesmo eu ouvi de duas senhoras: “Oh, fulana, você é escolhida de Deus por seu filho seguir este caminho”. Eu falei: “todos nós somos escolhidos de Deus, se a gente não fosse, a gente não estaria aqui. Mas não fique triste porque cada um tem um dom. Que Deus não deu só o dom do padre!”. (Mãe de João, Família I)

Por este relato, foi possível observar que, na visão das mães que passam por momentos difíceis com seus filhos, ser padre não é uma profissão como outra qualquer; diferentemente da visão da mãe do João, cuja fala defende que é, sim. . E agora? Percebeu-se que há uma valorização ao “ser padre” por parte de algumas pessoas, que colocam os vocacionados em um patamar privilegiado diante dos olhos de Deus. A mãe de João até tem um discurso de que todos são escolhidos de Deus, mas, contraditoriamente, ela esboça um sentimento de quem é impactado pelo olhar do outro ao dizer, em uma outra fala: "Eu sinto abençoada por Deus por causa do mundo de hoje, sabe, porque por um jovem chegar hoje e falar que quer ser padre, é uma vocação e uma benção muito grande de Deus, né?"

Diante do exposto até aqui, foi possível inferir que ter uma pessoa da família em formação presbiteral é ter uma pessoa do bem, firme, segura e, por isso, uma espécie de conselheiro. Esta última atribuição emergiu da seguinte questão, trazida pela família I, quando a irmã de João declarou: "Pra mim? Bom, pra mim, é importante, sabe, porque por ele ser mais novo é, às vezes, por ele seguir este caminho, eu busco nele alguns conselhos, algumas coisas assim, é..." Depreendeu-se que o conselheiro não atua somente no seu núcleo familiar, expandindo-se também para os tios, como a irmã de João demonstrou, ao continuar sua fala: "Talvez! Porque, às vezes, eu tenho alguns tios e tudo que buscam nele alguns conselhos, então acho que já vê ele diferente, né?" Isto não é novidade, pelo contrário, até parece óbvio que o candidato ao presbitério seja o conselheiro da família. Durante a análise dos dados, foi

possível ir além do óbvio e inferir que o fato de se ter um membro em formação presbiteral não implica apenas em ter um conselheiro na família, mas também que a família (como um todo) é vista como capaz de oferecer conselhos. Tal inferência foi possível pela fala da irmã de João (Família I): "O pessoal sempre pede a gente conselho sim."

Outro sentido de ser/ter um filho seminarista implica em mudança de comportamento para a família. A princípio pode parecer sem sentido, pois é uma escolha do sujeito, mas percebeu-se que podem ser exigidas mudanças de comportamento dos membros que compõem a família. Esta percepção foi alcançada a partir da fala da mãe do João (Família I). "Porque as pessoas pensam assim: 'ah!! O menino vai ser padre, ela vai ter que parar de brincar' e eu não paro de brincar não. Eu danço quadrilha com os meninos, eu saio com o grupo de pastorinhas, eu brinco de roda, eu brinco de futebol, eu brinco de corda." Em primeira instância, a mãe de João não reconhece mudanças em seu comportamento, mas depois admite:

Eu não mudei nada no meu jeito. [silêncio!]...Assim, mudou porque tem pessoas que acha que o filho ser padre é mais que qualquer outra pessoa, qualquer outra profissão e o tempo vai passando e a gente reconhece uma exigência na comunidade e se posiciona em certos momentos como a mãe do seminarista.

Esta questão de mudança de comportamento foi mencionada também pela mãe de José (Família III). Ela contou que o filho resolveu ser padre, mas ela não iria virar santa por isto. Disse que continua a vida dela e quando descobrem que ela é a mãe de José, as pessoas se mostram perplexas: "Você tem certeza que é mãe do José? Nada a ver... rssrsrs." Para ela, o fato de ter um filho seminarista trouxe um certo reconhecimento social, porém no sentido negativo, já que: "As senhoras mais idosas coloca a gente também em um lugar diferenciado. São os mais idosos que vê assim, os mais novos não. E para aquelas donas beatas, nossa! A mãe do padre, a irmã do padre... Nada a vê. A mãe do padre vira santa (rsrsrsr)."

Em campo, percebeu-se também que a questão referente à mudança de comportamento é direcionada para as mães. Desta maneira questionou-se: Será que há uma expectativa, ainda que inconsciente, de que todas as mães de padres sejam Maria? Uma mulher que merece estar no pedestal? É claro que, se Maria, mãe de Jesus, estivesse viva, ela diria que este lugar não era de seu merecimento. Mas para falar de Maria, mãe de Jesus, Paulo diz: "Dai a cada um o que lhe é devido... a quem honra, honra" (Rm. 13:7). Maria é uma mulher digna de ser imitada por sua humildade, coragem, abnegação, fervor e fidelidade a Deus. Ela foi uma mulher que esteve pronta a correr todos os riscos para realizar a vontade de Deus, e por sua

limitada humanidade não entendeu todos os aspectos do ministério do seu filho, mas sempre soube o seu papel e o desempenhou com discrição. Os evangelhos não denunciam nenhuma posição de destaque que coloque Maria acima de qualquer pessoa. O realce maior que se dá a essa mulher é a posição de serva do Senhor, tomando como destaque o único mandamento que ela deixou: "Fazei tudo o que ele vos disser" (Jo. 2:5).

5.4 Os impactos do processo de formação presbiteral na família

Desde o início da análise dos dados desta pesquisa, e diante do que já foi exposto até aqui, foram encontrados/percebidos episódios impactantes nas famílias. No entanto, para além dos fatos meramente percebidos, nesta categoria, buscou-se descrever e analisar acontecimentos que ficaram evidentes e mereceram destaque. Serão apresentados alguns pontos, desde o momento da notícia de que o sujeito resolveu ir para o seminário, até mais tarde, depois deste já estar implicado no processo. No campo, foram relatados reações, sentimentos, comportamentos, como também foram depurados os significados que emergiram nos membros e nas famílias dos seminaristas.

O primeiro sentimento manifestado em todas as famílias foi o de surpresa diante da notícia. A irmã de João (Família I), revelou-se sempre parceira e muito próxima do irmão, e, mediante a notícia, relatou:

Então, eu fiquei meio surpresa que ele ia abrir mão disso tudo, né, e eu como, acho que não abriria mão assim, que eu não faria isto, fiquei surpresa mas feliz ao mesmo tempo, porque era o que ele queria e a gente sempre apoiou o outro, essas coisas, então, foi uma surpresa boa, eu acho.

Ela revelou o sentimento de surpresa que observou na família: "Então, minha família ficou surpresa, mas feliz, né." A mãe de João (Família I) também contou: "(...) ele falou prá mim assim: 'Oh, mãe! Agora eu tenho que ficar em Barbacena um ano'. Aí a ficha caiu... rrsrrsr.rs. Aí a ficha caiu e eu falei assim: 'como, meu filho?'. 'Oh, mãe! Porque vou dar continuidade. Porque eu tô querendo ser padre'. Falou assim prá mim!" A mãe expressou a sua surpresa em dois sentidos: primeiro, com a notícia propriamente dita, e segundo, pelo filho ter tido a coragem e, de forma tão natural, anunciar sua decisão, conforme ela mesma disse: "Do nada ele falou." Esta fala levou à seguinte indagação: como será que ela imaginava que uma notícia dessa deveria ser dada? Que tipo de preparação essa mãe gostaria de ter tido? Até mesmo porque ela sempre foi ativa na Igreja e o filho dela sempre foi sua companhia, já

estando inserido em tarefas da Igreja, dentre outras, dos encontros vocacionais, conforme relato de sua filha, irmã de João: "Ele ia finais de semana pra Barbacena, alternava nesses encontros vocacionais, aí assim ele fez durante o ensino médio dele todo e quando ele formou o ensino médio que ele realmente falou que queria seguir isso." Diante disto, veio outro questionamento: estes já não seriam sinais de que João estava caminhando em direção à sua vocação? Ou a mãe esperava outro tipo de intervenção, por exemplo, um padre e/ou um enviado da Igreja indo em sua casa comunicar a ida do filho para o seminário? Além de todos estes prenúncios, a irmã de João informou: "...porque eu também já participei desse encontro vocacional, antes dele. Mas eu participava de um grupo de jovens e aí eu fui, mas pra mim não despertou, né, igual pra ele." Diante disto, a mãe poderia ter pensado que seria apenas uma fase que passaria para o seu filho, como passou para a filha?

Para a família de Marcos (Família II) não foi diferente, como contou seu pai: "Eu nem pensava dele... Eu nunca pensei não. E nem imaginava, né, então quando ele chegou e falou que queria fazer seminarista pra nós foi aquela surpresa." Percebeu-se que, nestes dois casos, mesmo os filhos sendo ativos nas atividades da Igreja, mesmo as famílias percebendo o empenho deles, ambas foram pegadas de surpresa, sobretudo pelo fato de terem sido informadas da decisão, quando os filhos já estavam indo para o seminário. Isso não foi diferente para a família de José, (Família III), quando ele anunciou sua decisão. Sua mãe descreveu como foi dada a notícia:

Estávamos indo para o sítio passar o carnaval. O José estava trabalhando e ligamos para despedir dele. Aí, o José falou que era pra gente esperar porque ele tinha que conversar com a gente. Aí! Foi para contar que na quarta-feira de cinzas ele estava indo embora! Era sexta-feira e ele já ia na próxima quarta-feira. (Mãe de José, família III).

Ela relatou, ainda, que juntamente com o sentimento de surpresa, também sentiu-se traída pelo filho:

Aí eu falei assim: "Prá mim foi uma facada, né". Falei: "José! O que é isso? Como é que pode você fazer uma coisa dessas comigo?" (rsrsrs). "Ah, mãe! Eu não falei antes porque eu sei que a senhora não ia concordar. Não ia concordar e eu sei que...". "Mas por que? Eu sei que você ajuda na Igreja e tal, mas eu não achava que era tanto! Nesse ponto!". "Ah não, mãe! Eu cheguei à conclusão que é isso. É isso que eu quero."

Durante o trabalho, já se abordou o fato de que, nos dias de hoje, não há uma valorização do fato de ser padre como já houve na Antiguidade. Ainda que haja uma

orientação das famílias para com seus filhos na educação religiosa e nas atividades da Igreja, foi possível questionar o seguinte: por que os filhos anunciam para a família sua decisão e sua ida para o seminário somente na véspera? Seria uma forma que eles encontram para se verem livres de questões que as famílias poderiam lhes trazer, tais como questionamentos, julgamentos, tentativas de destituição da ideia? A irmã de José (Família III) lembrou o dia em que o irmão anunciou sua ida para o seminário: “Neste dia, a mãe chorou demais.”. E a mãe completa: “Chorei e falei com ele: ‘eu não queria isso pra você’.”

Diante dos relatos, observou-se também uma das características das famílias contemporâneas, a lógica individualista. Nenhum dos filhos dialogou com os familiares sobre o que estavam pensando para sua vida. Eles comunicaram a decisão já tomada, sem levar em conta qualquer questão relacionada à família deles naquele momento. Na contemporaneidade, o indivíduo impera, está acima do grupo. "Neste sentido, o indivíduo totalmente independente torna-se uma ideologia baseada na máxima 'primeiro eu, depois o grupo'." (LEITE FILHO, 2012, p.31, grifos do autor). Um indivíduo autônomo, mas também relacional, ou seja, dependente do outro, das leis [...]. Singly (2007) corrobora esta constatação, ao dizer que a família contemporânea, ainda que inserida na lógica da individualidade, é uma família relacional, inscrita em um processo em que seus membros são individualizados e autônomos.

Outro sentimento que suscitou nas famílias dos seminaristas foi o de perda. A irmã de João (Família I) referiu-se a este sentimento que ela observou em sua mãe. " [...] incentivando ele, mas minha mãe já incentivando ele com aquela saudade, sabe, que ele vai embora e já sentindo falta dele aqui em casa, porque, como falei, ele sempre foi ligado muito a ela assim em todas as atividades."

Na família II, o pai de Marcos expôs sua sensação de perda referindo-se à casa vazia. "Quando ele saiu e que foi morar fora, a gente sente um pouquinho, né, porque já tá acostumado com a pessoa aí há tantos anos, né. Aí de repente sai, vai para o seminário para morar e estudar lá." Mereceu destaque o fato de, nesta família, dois dos quatro filhos já terem saído de casa para casar. Argumentou-se para a família que eles já tinham passado por isso, ao que a mãe contra-argumentou: "Mas ir para o seminário é diferente, não sei por quê." Explicação que nem o pai nem o irmão, que estavam participando da entrevista, também não souberam dar. Inferiu-se que a perda aqui, foi de valores e ressentiu-se também pela mudança de regras da família, pois, depois de o silêncio ter tomado conta do ambiente, o pai disse: "... a saída é pior porque lá as regras são deles." Houve a percepção de que, ainda que os outros filhos tenham se casado, eles poderiam ir visitá-los no tempo deles, e o contrário também. No

Seminário esta possibilidade não existe, já que tudo tem horário e até dia para visitação. Nos feriados, os outros filhos podem retornar à casa dos pais para se reunirem, mas os seminaristas, não, sobretudo quando se trata de feriado santo. Nestas ocasiões, eles costumam ter tarefas, muitas vezes distante de casa. Em outras palavras, os seminaristas, de fato, seguem outras normas.

De modo diferente, o que foi observado nas famílias I e II foi um expressivo sentimento de felicidade, que emergiu nos familiares por acreditarem que o filho estaria se realizando, e por crerem que a formação presbiteral levaria o filho para um único caminho, o do bem. Isto foi confirmado nos relatos da mãe de João (Família I) e do pai de Marcos (Família II):

O maior significado é o de realização. Eu sinto que ele está realizando. E no fundo, no fundo do meu coração, eu não posso mentir para você, é uma realização muito grande e a gente fica muito feliz. Eu não falo isto diretamente pra ele hoje: “Meu filho, você me deu a maior alegria do mundo”, mas, ele percebe pelo meu sorriso, pela minha alegria... (Mãe do João, família I).

Ah! Eu fiquei feliz porque o filho chegar e falar assim queria ser padre é melhor, é melhor do que chegar e falar que teve algum problema com a justiça e com a polícia, do jeito que tá hoje, né? O mundo violento hoje então, é... Quando o filho reúne a família e fala que quer ser padre, então, é uma alegria. Lá vai seguir uma coisa boa. (Pai do Marcos, família II)

Um outro sentimento percebido, de modo peculiar, foi o medo, na família III. A irmã de José, ainda adolescente, sentiu medo da crítica dos colegas que não são católicos: "Não comento com ninguém. Não gosto muito não. Não falo, sei lá, às vezes a pessoa tem outra religião e eu fico meio com medo." Já a mãe revelou que temia que o filho estivesse em conflito com a identidade sexual e/ou com alguma desilusão amorosa. "Aí veio um monte de coisa na minha cabeça e eu falei com ele: ‘Pode ser isso? Pode ser aquilo?’ Veio um monte de coisa assim, né...". Segundo ela, em um momento particular, conversou com o filho sobre suas preocupações, não mediu palavras, foi direto ao assunto.

Nesta categoria, sinalizou-se um outro tema, que se refere ao reconhecimento social. Esta foi uma das implicações que, de formas diferentes, apareceu na fala de todas as famílias entrevistadas. Observou-se que, inicialmente, o familiar expôs que é reconhecido na comunidade por ser pai e/ou mãe de seminarista, recebendo cumprimentos, sendo convidado para participar de atividades e, muitas vezes, até para assumir um papel de liderança em movimentos comunitários. Depois de exporem suas novas tarefas, num segundo momento, os entrevistados se expressaram demonstrando autoafirmação, ou seja, “faço isso e/ou aquilo

porque sou competente, porque gosto, porque sempre fiz e não porque tenho um filho e/ou um irmão no seminário”. A mãe de João (Família I) afirmou: "Eu sou convidada pra tudo". Contou, ainda, sobre as atividades da Igreja para as quais sempre é convidada a participar, sobre sua vida profissional relacionada à cultura, sobre as pessoas que a convidam para ir às suas casas para rezar, e termina se autoafirmando: "Eu sempre fui assim."

A mãe de Marcos (Família II) admitiu ter um tratamento diferenciado na comunidade após a entrada do filho para o seminário: "Algumas pessoas, né, trata a gente diferente, principalmente, de outra religião." O pai do Marcos (Família II) contou, com satisfação, as vezes em que é saudado por ter um filho no seminário: "...muitas as vezes parabeniza a gente. 'Ah! eu não sabia que era seu filho! Que o Marcos era seu filho. Que bom que ele tá lá no seminário!'" E continua o relato:

Ah! eu participo de tudo aqui na comunidade, uma das vantagens porque eu participo de quase tudo que tem aqui na comunidade do bairro X. Nós temos uma festa de Nossa Senhora Aparecida aqui que eu participo, sou o presidente dela. Participo da diretoria da escola de samba que nós temos aqui no bairro. Associação de bairro. É! associação de bairro da comunidade. E agora fui convidado para participar da festa aí dos congos, né. Uma festa de Nossa Senhora do Rosário que vai ter agora em janeiro. Então eu tô sempre participando da comunidade, eu tô sempre ativo na comunidade. (Pai de Marcos, Família II)

Após o relato do pai, o irmão de Marcos comentou: "O senhor sempre participou, né." O pai com um movimento de cabeça positivo respondeu: "sempre". Observou-se que o outro filho, irmão de Marcos, após ouvir o pai enumerar as atividades das quais participa na comunidade, interferiu na conversa no sentido falar que o pai era ativo por ele mesmo e não por ser pai de seminarista. Houve uma negação de influências e uma afirmação de si, conforme já mencionado, no sentido de que "meu" valor está em mim mesmo, ou seja, tenho o valor de ter um filho padre e sou bom em outras atividades também. Este fato levou aos seguintes pontos: a lógica do individualismo contemporâneo, em que os sujeitos valem para além dos outros. Retomou-se a ideia trazida por Leite Filho (2012), de que pensar em individualismo é pensar na ideia de independência e de autonomia. Na primeira – a independência - o indivíduo se imagina totalmente independente de qualquer relação com a sociedade. "É a base da proposição 'faço o que quero', onde o querer tem o papel fundamental, que entendemos o 'eu' sendo personificado." (LEITE FILHO, 2012, p.31, grifos do autor). Na segunda ideia - a de autonomia - o individualismo tem um sentido de dependência em relação às leis humanas que fundam o próprio homem, como o autor explica: "Neste sentido, o indivíduo totalmente independente torna-se uma ideologia baseada na máxima 'primeiro eu,

depois o grupo'."

Ainda nesta categoria, destacou-se um outro tema: o da descontinuidade da família, no sentido de um possível rompimento de laços sanguíneos, ou seja, a impossibilidade da continuidade referente à evolução de gerações, almejada por muitas famílias. E essa descontinuidade motivada pela escolha de um dos membros em seguir o caminho vocacional é imposta, conforme o Código de Direito Canônico, devido ao celibato, exigência para todos os sacerdotes da Igreja Católica.

Com relação ao tema, na família I, observou-se que as pessoas são felizes e orgulhosas por terem um membro em formação presbiteral. Uma família ativa na comunidade e reconhecida por todos. Notou-se, por exemplo, o gosto e o mérito que a mãe de João assume por sua vida em comunidade. Porém, também se percebeu um conflito que a mesma tentou camuflar, ao trazer a questão de ser avó. Iniciou o assunto quando explicou o motivo de tantos brinquedos de criança espalhados em sua casa, dizendo serem do seu neto. Ao ser questionada se o filho era da filha dela (uma vez que se descartou que o filho poderia ser de João, devido ao caminho que ele escolhera), ela hesitou e, após um momento de silêncio, falou:

Na minha vida eu nunca pensei assim, eu nunca pensei de ser vó. [...] a gente tem que ser bem maduro mesmo, né, porque através do momento que a gente vê o dom do filho da gente pra padre a gente tem que descartar isto aí. A gente mesmo é que tem que saber, eu vou ter um padre [diz com ênfase], né, que vai ter uma comunidade, que vai ter vários filhos, né, da comunidade, mas eu não vou ser uma avó [...]. Eu ainda brinco muito hoje porque as crianças, as meninas que foram criadas junto com os meus filhos, eles já são papais e mães, e os filhos deles ficam assim comigo: "vovó [nome dela]" e isto já me conforta tanto.

Esta questão não apareceu na família II e, inclusive, o casal já tem netos e dois filhos casados. De modo diferente, o assunto "netos" reapareceu na família de José, conforme contou sua mãe (Família III): "Não preocupava assim, igual tem gente que tem um filho só e queria neto... eu não preocupo com esta parte não. Como se diz: 'se for da vontade de Deus, né'. Não é por isso... dar sequência à família! É pelo fato que acho que ser padre é uma coisa muito triste. Sei lá!" Ficou a incógnita: será que o tema não é mesmo uma questão para esta mãe? Ao mencionar este assunto, ela olhou para a filha que estava presente e disse: "A [nome da filha] é que não vai ser tia, né, minha filha?"

A partir dos relatos, quanto a este tema, certificou-se que ser padre na contemporaneidade implica na impossibilidade de os familiares virem a ser avó(ô), tio(a), bisavó(ô)... Alguns poderiam argumentar que se pode pensar que sempre foi assim. Mas a questão se evidenciou na contemporaneidade, devido ao fato de a família contemporânea não

ser numerosa, e porque, diante do presbitério, o fato é consumado perante as regras da Igreja.

Esta questão remeteu a Singly (2007), ao dizer que os indivíduos contemporâneos não estão ligados a um único elo, posto que eles têm pertencimentos múltiplos. Segundo o autor eles têm o poder - reconhecido e validado socialmente - de definir seus pertencimentos, de decidir sua vida, de resistir às evidências de uma identidade que os outros lhes impuseram. Desta forma, na contemporaneidade, os indivíduos não se definem mais pelos laços exclusivamente familiares. Eles constroem seus próprios vínculos, seja com seus pais, cônjuges e/ou com os próximos, conforme explica o autor. Portanto, as famílias contemporâneas se tornam mais do que nunca relacionais.

Deste modo, concluiu-se que a questão da continuidade e/ou descontinuidade familiar, no caso de famílias pequenas, perpassará pelos vínculos sociais e afetivos entre os indivíduos. A família, de acordo com Singly (2007), conserva sua utilidade, que é a de ajudar cada um a se construir como pessoa autônoma. Neste sentido, a mãe de João (Família I) pode se sentir avó de netos com quem *não* tem consanguinidade ou parentesco, assim como a irmã de José (Família III) poderá se sentir tia de crianças com as quais *pode* construir vínculos e laços afetivos. As famílias contemporâneas instituem os seus indivíduos na sua individualidade, e estes são independentes e autônomos, mas relacionais. Portanto, suas escolhas não deixam de atingir o outro, e, conseqüentemente, a decisão de um filho ser padre vai afetando, de um jeito ou de outro, todos os membros da família. Vimos que essas formas de serem impactadas são pautadas em sentidos coletivos e individuais, que variam de família para família, e de indivíduo para indivíduo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral. Especificamente, pretendeu-se: conhecer as exigências feitas para a formação do presbítero e suas interferências na família; compreender qual é o significado de ser presbítero na contemporaneidade e investigar as possíveis mudanças decorrentes na estrutura familiar do presbítero, depois que ele inicia o seu processo formativo.

Nestas considerações finais, alguns dados devem ser colocados em evidência, o que é feito a seguir.

A análise atenta dos dados das entrevistas evidenciou que as exigências no processo de formação presbiteral são muitas, o processo é longo e árduo para o candidato, além de implicar em mudanças significativas que ocorrem no interior das famílias. Estas transformações se dão em relação à sua dinâmica, à vida cotidiana dos membros e às inter-relações. As famílias estão inseridas no processo vocacional e a elas é delegada uma responsabilidade particular. Há um investimento de ordem emocional, como também no que toca às finanças das mesmas, e, apesar do investimento financeiro para os estudos do membro, elas têm ciência da possibilidade de o sujeito não concluir os estudos, ou por desistência própria, ou por ser convidado a se retirar do seminário.

Os sentidos e significados produzidos pelas famílias após um dos seus se inserir na formação presbiteral variam de maneira coletiva e/ou individual.

As famílias consideram que ser padre é algo do sagrado, porém entendem que é uma profissão como outra qualquer. Ainda que inseridas ativamente na Igreja, as famílias, aparentemente, desconhecem a diferença entre vocação e profissão. Riggio (2015) explica que o sacerdócio não pode ser uma opção de trabalho, por tratar-se de um estado de vida permanente. Esta contradição no discurso das famílias, e a não diferenciação entre vocação e profissão sinalizam para uma desvalorização e/ou destituição do sentido de ser padre na contemporaneidade.

Apesar de as famílias considerarem o sacerdócio uma profissão como outra qualquer, acreditam que estudar para padre faz valer a pena todo o esforço da família, pois a formação presbiteral tem privilégios em relação a outras profissões, inclusive no sentido de impedir que o filho/irmão possa ir para um caminho negativo ou “errado”. Uma questão marcante para as famílias é que, ser padre hoje, é seguir o caminho certo e do bem, considerando que a

sociedade atual é violenta e cheia de riscos. Este é um fato que surge no interior das famílias, mas também um fato que surge no falar do outro, que, ao saber que aquela família tem um membro no seminário, dirige-se aos pais dizendo que eles são pessoas abençoadas por terem um filho que está seguindo um caminho do bem e não o da violência. Pois bem, apesar de as famílias não serem numerosas, elas têm outros filhos. Estes não seguiram o caminho vocacional. Então eles não estariam em um bom caminho? Percebeu-se um fato curioso: as famílias introjetam estes dizeres - não necessariamente de maneira consciente - e, ao que parece, colocam este filho no lugar do que deu certo. E os outros filhos?

No interior das famílias ocorre uma valorização do ente em formação presbiteral, o qual é considerado um sujeito capacitado a ouvir e a dar conselhos a quem lhe pedir. Essa valorização é estendida à família pela comunidade, que vê esta família como especial por ter um membro em formação presbiteral, colocando-a num lugar privilegiado.

Em relação às possíveis mudanças decorrentes na estrutura familiar do presbítero, depois de ele ter iniciado o seu processo formativo, observou-se que as famílias possuem nível socioeconômico baixo, são pequenas e, devido a isto, ocorre, para os membros que permanecem, uma sobrecarga financeira e também de cuidados referentes às pessoas mais velhas existentes no lar. Estes fatos podem ser considerados como potencializadores das dificuldades encontradas no interior das famílias que se deparam com a escolha pela vida sacerdotal por parte de um de seus membros.

A Igreja reconhece que a família é fundamental no espaço de discernimento vocacional, portanto, as famílias são muito importantes para ela - juntas, família e Igreja direcionam e participam do processo de formação. Desta forma, a Igreja valoriza, discute e propõe ações em prol da família, mas não se responsabiliza pelas mesmas no que se refere à falta de um dos seus membros, mesmo que esta falta seja para se formar em prol da mesma. Diante disto, e considerando todas as questões pontuadas pelas famílias, percebe-se uma queixa das famílias em relação à Igreja. As famílias manifestaram a falta de apoio de ordem financeira, psicológica e moral por parte da Igreja local à qual pertencem, ou advinda do seminário do qual o filho passou a fazer parte.

No que se refere a mim, como pesquisadora, a sensação que me afeta é que, em meio a tantos questionamentos, termino este trabalho com outros mais, talvez por ter tido, entre tantas negativas, uma realidade pequena, mas inserida em uma comunidade de classe baixa. No entanto, as famílias a que tive acesso estão domiciliadas em um cidade histórica, universitária, religiosa e reconhecida mundialmente. As referidas famílias, apesar das

dificuldades, acabaram encontrando soluções para resolver os problemas emergenciais que iam surgindo, ainda que fossem opções momentâneas, como, por exemplo um trabalho temporário para suprir uma demanda financeira do filho seminarista. Pressinto que a pesquisa convoca novas investigações. A título de sugestão, proponho a elaboração de um relatório sobre a experiência vivida e sua respectiva apresentação a algum seminário e/ou casa de formação. Esta apresentação teria, como objetivo inicial, a demonstração das demandas depreendidas nas entrelinhas e linhas do que as famílias expressaram.

Depois de apresentados os resultados da pesquisa, com a permissão e apoio do formador e da instituição em si, um instrumento pode ser elaborado e ofertado para o apoio às famílias. Diante de tantas interrogações e questões que emergiram, diante dos sentimentos expostos nas falas das famílias, diante da percepção de que elas estavam demandando apenas uma escuta e/ou uma visita, ainda que anual, diante das necessidades específicas e pontuais de cada uma, este trabalho sinalizou o quão útil e necessário é um trabalho da Igreja direcionado às famílias, de modo singular, visando atender cada realidade referente às diversas configurações familiares dos membros que se encontram dentro do Seminário. Isto porque, até o momento, se houve alguma intenção de intervenção da Igreja para com estas famílias, a mesma não foi eficaz. As famílias não reconhecem nenhuma ação e se ressentem da sua ausência. Por estas razões, acredito que este estudo abre caminho para novas pesquisas ligadas às famílias dos candidatos em formação presbiteral. Em outras palavras, é um anseio meu que esta pesquisa seja instrumento a iluminar a prática dos envolvidos na formação dos futuros padres no que se refere ao bem-estar dos seus familiares.

Nestas considerações finais, acho relevante pontuar alguns percalços e impactos da pesquisa, com o objetivo de contribuir com possíveis reflexões. Quando iniciei a pesquisa, pensei que o contato com os familiares dos seminaristas seria mais fácil, talvez pela experiência pessoal de ter tido um familiar em processo de formação presbiteral e de ter vários amigos seminaristas em torno da minha família de origem. O pensamento inicial era que o contato com os familiares de seminaristas seria por intermédio deles. Quando fui ao campo, o esperado estava bem distante. Seguindo este caminho de tentar o acesso através dos antigos conhecidos, percebi que o referido acesso mesmo ia se tornando cada vez mais distante a cada tentativa. Diante desta dificuldade, suscitaram vários questionamento.

Em primeiro lugar: a negativa em participar da pesquisa era, de fato, da família e/ou do seminarista? Sendo da família, na visão da mesma, o fato do meu familiar já não se encontrar mais no seminário, seria uma ameaça para o seu filho? Sendo a negativa do

seminarista, será que a família chegou pelo menos a ser comunicada? Ou a decisão foi do seminarista em impedir a participação da sua família na pesquisa? Estaria ele protegendo a família? Ou se protegendo da família?

Em segundo lugar, percebi um temor dos seminaristas e também dos formadores a que tive acesso. Diante deste sentimento, inferi, durante e após a realização desta pesquisa, que o tema aqui proposto é muito importante para todos, inclusive para os familiares dos seminaristas, mas é algo que é camuflado através do silêncio. Não há diálogo entre eles, não conversam sobre o tema. Seria para evitar questões que uma conversa poderia suscitar? Se assim for, optam pelo silêncio? Caberia uma pesquisa futura com o objetivo de investigar o porquê do silêncio antes (diante da decisão) de ir para o seminário, e mesmo depois, pois constatei que os seminaristas, sujeitos desta pesquisa, já estão cursando Teologia, ou seja, finalizando o processo, e o silêncio entre eles e os seus familiares se mantém presente.

Em terceiro lugar, percebi o quanto a Igreja é uma instituição fechada. Ao conversar com um formador sobre o meu trabalho, este me pediu para não envolver os seus candidatos em formação, e, conseqüentemente, nem seus familiares. Estaria a Igreja se esquivando por não querer se envolver com a questão? Ou não saberia lidar com a mesma? Por que a Igreja não realiza nenhum trabalho para com as famílias dos candidatos ao presbitério, sobretudo nos primeiros anos de formação? Será que ela evita influências das famílias na vida dos candidatos, ou de fato, teme as demandas que podem surgir das famílias para com a Igreja?

Espero que os responsáveis pela formação, por meio de fissuras, por menores que sejam, possam pensar na implantação de sementes potencialmente capazes de gerar as mudanças requeridas para o bem de todos os envolvidos, inclusive as famílias. Entendo que, assim, através da ação, o processo de formação seria mais humanizado.

Enfim, diante de tantas perguntas, deparei-me com poucas respostas. A cada passo concluído, várias outras questões emergiram, e ainda que investigadas, pouco ou nada se esclarecida. Não porque ninguém sabia falar, mas talvez porque ninguém havia pensado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M. et al. (Org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.53-66.
- ANTONIAZZI, Pe. Alberto. **A OSIB e os desafios da formação presbiteral**. Vida Pastoral, São Paulo, set/out. 2003.
- AQUINO, Felipe Rinaldo Queiroz de. **Família, Santuário de vida**. 21.ed. Lorena: Cléofas, 2014.
- ARENDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. Sobre a redistribuição pós-moderna do sexo: a História da sexualidade, de Foucault, revisitada. In: BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 5 ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BAREMBLITT, G. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- BENELLI, Sílvio José. **A produção da subjetividade na formação contemporânea do clero católico**. 2007. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2007.
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado**. Elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 2004.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia Sagrada**. CNBB. 9 ed. São Paulo: CNBB; 2010.
- BRUXEL, Cristina. **Percepções e vivências de filhas diante do recasamento de suas mães**. 2013. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-graduação de Psicologia, Belo Horizonte, 2013.
- BRASIL. **Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168p.
- BRASIL. **Código Civil**. Lei n 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Aprova o novo código civil brasileiro. Brasília, DF, 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em 21 out. 2016

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Diretrizes para a formação dos presbíteros da Igreja no Brasil. Brasília: CNBB, 2010. [Texto aprovado em 10/05/10 peça 48ª Assembleia Geral da CNBB] [Documento 93].

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Projeto Nacional de Evangelização - O Brasil na missão continental. Documento de Aparecida Brasília: CNBB, 2008. [Documento 88]. Disponível em: < <http://catedralmoc.com/wp-content/uploads/doc-88-CNBB-Projeto-Nacional-de-Evangeliza%C3%A7%C3%A3o-O-Br-asil-na-Miss%C3%A3o-Continental.pdf> > Acesso em 12 dez. 2016

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Campanha da Fraternidade 2015: Manual. Brasília: CNBB, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **As práticas amorosas na contemporaneidade**. Psychê, São Paulo, ano 3, v.3, 1999.

DA MATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.115-36.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, p. 139-193.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FERREIRA, Amauri Carlos; PEREIRA, Frei Leonardo Lucas. **A morada da moral no pensamento de Frei Bernardino Leers: a pessoa**. Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, Ano 44, n.122, p.101-124, jan/abr. 2012.

FONTES, Fátima Cristina Costa. **Laços intergeracionais na família em contexto infracional**. Quando a relação avós e netos pode ser libertadora.2008. 149 p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social, São Paulo, 2008.

FONTES, Fátima Cristina Costa. **A família contemporânea: entre permanências, mudanças e os desafios da família cristã**. Teologia/Faculdade Teológica Batista de São Paulo. São Paulo, v.5, n.6, p. 47-52, jul, 2009.

FUKUI, Lia. FAMÍLIA: Conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. In: PALMA E SILVA, Luiz A.; STANISCI, Silvia Andrade; BACCHETTO, Sinesio. (Org.) **Famílias: Aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos**. Brasília, DF: MPAS/SAS; São Paulo, SP (Brasil): FUNDAP, 1998. p. 15-22. (Discutindo a assistência social no Brasil). Disponível em <http://www.inss.gov.br/docs/familias_seas.pdf>. Acesso em: 9 set. 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes. 2002, p.64-89.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n 2, p.57-63, mar/abr. 1995

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP (Unicamp), n. 1, p. 68-110, jan. 2005. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1681/1664>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Org). **Psicologia Sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, 2002. p. 129 - 140.

HOUTART, François. **O Concílio Vaticano II e sua recepção na Europa**. REB, Petrópolis, v.66, n.262, p.396-408, abr. 2006.

IGREJA CATÓLICA. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Código de direito canônico. 12.ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2000. 829 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTRATÍSTICA. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31>> Acesso em 13 dez. 2016.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: Groeninga, G. C. & Pereira, R. da C. **Direito de família e psicanálise**: rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 163-176.

KLOPPENBURG, Boaventura. Introdução geral aos documentos do Concílio Vaticano II. In: VIER, Frei Frederico. **Compêndio do Vaticano II**: Constituições, Decretos, Declarações. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1968. p.7-36.

LEERS, Bernardino. Filosofia, moral, ética família e sociedade no Brasil (1964-1984). In: RIBEIRO (Org). **Sociedade brasileira contemporânea**: família e valores. São Paulo: Loyola,1987.

LEITE FILHO, Normando Martins. **O individualismo na pós-modernidade**. Curitiba, PR: CRV, 2012. 74p.

LEMOES, Martins Moisés de. A crise do humano, a família e os novos laços sociais. Centro de estudo de comunicação e sociedade (CECS), Portugal, 1990. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/24120>> Acesso em: 22 nov. 2015.

MACHADO, Lia Zanotta. **Família e individualismo**: Tendências contemporâneas no Brasil. Interface comunicação, saúde, educação. Botucatu, v.4, n.8, p.11-26, 2001.

MACHADO, Marília Novais da Mata. **Práticas psicossociais pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Campo Social, 2004.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes. Famílias homoparentais: tão diferentes assim? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 371-388, dez. 2013

MARTINI, Carlo Maria. **Levanta-te, vai a Nínive, a grande cidade**. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

MATOS, Frater Henrique Cristiano. **BH Horizonte Teológico**. ISTA, Belo Horizonte, ano 8, n. 16, jul./dez. 2009.

MENDES, A. M. Escuta e ressignificação do sofrimento: o uso de entrevista e análise categorial nas pesquisas em clínica do trabalho. In: Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (Org.), **Anais Eletrônicos do II Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.sbpot.org.br/iicbpot/anais.asp>> Acesso em: 21 out. 2015

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social-teórica método e criatividade**. 10. ed. Rio de Janeiro:Vozes, 1998.

MORAES. Maria Cândida. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ORO, Ari Pedro. Modernas formas de crer. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, n. 225, 1997.

PAULO II, Papa João. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 2001.

PEIXOTO, Clarice Ehlers; CICHELLI, Vincenzo. Sociologia e Antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os Paradoxos da mudança. In: **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 200p.

PEREIRA, Paula. A nova família. **Revista Época** (Editora Globo), Rio de Janeiro, n. 293, p. 82-89, 29 dez. 2003.

PEREIRA, Willian César Castilho. **Sofrimento psíquico dos presbíteros: dor institucional**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, Leonardo Lucas. TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Frei Bernardino: um jeito de viver - sociedade, religião e moral**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIRES, Klauber Cristofen. O Princípio da Subsidiariedade. 06 out. 2011. Disponível em: <<http://libertatum.blogspot.com.br/2011/06/o-principio-da-subsidiariedade.html>> Acesso em 02 abr. 2016.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Tradução da CNBB). São Paulo: Paulinas, 2005.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Orientações para elaboração de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a

American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER). Belo Horizonte: PUC-MG, Pró-Reitoria de Graduação, Sistema Integrado de Bibliotecas, 2015. Disponível em: <www.pucminas.br/biblioteca>. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

RIBEIRO, Lúcia. Vida religiosa no contexto da juventude atual. In: ANJOS, Pe. Márcio Fabri dos (org.). **Novas gerações e vida religiosa**. Aparecida, SP: Santuário, 2004.

RIGGIO, Padre Dalmo. **Informativo semanal da paróquia Nossa Senhora Rainha**. n.737, 02-08 ago. 2015.

ROMAGNOLI, Roberta C. **Novas formações familiares: uma leitura institucionalista**. 1996. 170 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Tudo é História; v.71).

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira? Da colônia à atualidade**. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 13, n.2, p.27-48, 2002.

SANTINI, Antônio Carlos. **Atualização**. O Lutador, Belo Horizonte, n. 314, mai/jun, 2005.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Bauman: modernidade e consequências da globalização. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, Bahia, n. 11, p. 155-164, out/2011.

SCJ. Padre Zezinho. Padre midiático. Disponível em: <www.padrezezinhoscj.com/.../comunicacao/padres-midiaticos> Acesso em: 10 dez. 2015.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 208 p.

SINGLY, François de. O nascimento do "individualismo individualizado" e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: SINGLY, François de. **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 200p.

SOUZA, Rosane Mantilla de; RAMIRES, Vera Regina R. **Amor, casamento, família, divórcio... e depois, segundo as crianças**. São Paulo: Summus, 2006.

SOUZA, Candice Vidal e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, p. 414-432, 2001.

STENGEL, Márcia. **Tradições, contradições, transformações**: a família na ótica de pais de adolescentes. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

VAITSMAN, Jeni. O contexto brasileiro. Gênero, casamento e família na modernização brasileira. In: VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 33-74.

VELOSO, Zeno. **Código Civil Comentado, XVII – Direito de Família. Alimentos. Bem de Família**. União Estável. Tutela e Curatela. São Paulo: Atlas, 2003.



APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA

1 - Dados sobre a família

- Número de filhos. _____
- Pais: () casados; () separados; () divorciados ; () união estável () outro.

Para verificar a classe econômica da família fazer as seguintes perguntas:

- Todas as pessoas que moram nesta casa trabalham?
- Alguém estuda?
- Quem é o responsável pela casa? Que profissão este exerce? Qual é a escolaridade?

Sobre religião:

- Qual a sua relação com a religião? E de sua família?
- Qual a religião que predomina na família? () católica; () evangélica; () espírita; () outra;

2 - Quando que o (a pessoa que está no seminário) começou a falar da possibilidade de estudar para ser padre?

3 - Ele teve alguma influência?

4 - Você (s) pensou (pensaram) em ter um filho (irmão, sobrinho), que possivelmente, estudaria para ser padre?

5 - Quais projetos você (s) tinha (m) para o seu filho (se o entrevistado for pai ou mãe)?

6 - Quando seu filho (irmão, filho... depende do entrevistado) disse a você (s) que estava pensando em se candidatar para a formação presbiteral, o que pensou?

7- Quando ele foi aceito no seminário o que você (s) sentiu (ram)?

8 - O que significa para você (s) ter um membro da família em formação presbiteral?

Para verificar se houve mudança na vida da família, em relação à comunidade em que vive fazer a seguinte pergunta:

9 - Quando as pessoas que vivem em torno de você e sua família, por exemplo, os vizinhos, amigos, parentes... souberam que o (falar o nome do membro em formação presbiteral) tinha entrado para o seminário, qual foi a reação destes?

10 - Houve mudança na sua vida após a entrada do (nome do sujeito) no seminário? Quais? Como você avalia estas mudanças?

11 - Gostaria de saber qual foi o trabalho realizado com a família após a entrada do (sujeito) no seminário?



PUC Minas

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

N.º Registro CEP: CAAE 42461515.6.0000.5137

Título do Projeto: INTERFERÊNCIA NA FAMÍLIA DURANTE A FORMAÇÃO PRESBITERAL
CATÓLICA DE UM DE SEUS MEMBROS.

Prezado Sr(a);

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa de mestrado que tem como objetivo central: Analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral. Esta será realizada pela pesquisadora Walquíria da Conceição Ferreira (estudante de mestrado em Psicologia da PUC Minas) e orientada pela professora Márcia Stengel (PUC Minas). Você foi selecionado(a) porque o sujeito em formação presbiteral, membro de sua família, o indicou como pessoa significativa no processo de formação dele, podendo assim contribuir para com esta pesquisa.

Procedimento do estudo / sigilo das informações.

A sua participação neste estudo consiste em dar uma entrevista individual. Esta entrevista procurará colher dados e histórias da vida do membro de sua família que encontra-se em formação presbiteral, como também, dados do seu sistema familiar e de como este reagiu diante da notícia que teria um membro da família entrando para o seminário.

A entrevista será gravada e transcrita para facilitar o processo de análise dos dados da pesquisa. Nos registros escritos da pesquisa seu nome será omitido e serão tomadas providências para preservar sua identidade. As informações obtidas através da entrevista serão devidamente arquivadas por um período de 5 (cinco anos) após a conclusão de todas as etapas da investigação. Cumprido o prazo, todos os registros serão destruídos.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas das questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Benefícios / custos

Sua participação é muito importante e voluntária. Não há benefícios diretos para você, embora a pesquisa possa permitir compreender processos do cotidiano ao qual se vincula. Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo e também não receberá nenhum pagamento pela sua colaboração.

Comunicação sobre a pesquisa

Sempre que você desejar serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Contatos da pesquisadora responsável:

Walquíria da Conceição Ferreira (PUC Minas)

Telefone para contato: (31) 3373 6953/ (31) 92246024

E-mail: walquiriacferreira@yahoo.com.br

Declaração de consentimento

Eu, _____,

RG _____, concordo em participar como informante da pesquisa INTERFERÊNCIA NA FAMÍLIA DURANTE A FORMAÇÃO PRESBITERAL CATÓLICA DE UM DE SEUS MEMBROS. Fui devidamente informada e esclarecida sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos. Foi-me garantido que minha identidade será mantida em sigilo, e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

_____ / ____ / ____
Local Data

Nome da entrevistada	
Tel. / e-mail de contato	
Assinatura	

Obrigada pela sua colaboração e por merecer a sua confiança.

Nome da pesquisadora	
Tel. / e-mail de contato	
Assinatura	

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof. Cristiana Leite Carvalho, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.
Belo Horizonte, de 2015.

Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517 - Fax: 3319-4517
CEP 30535.610 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
e-mail: cep.proppg@pucminas.br

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INTERFERÊNCIA NA FAMÍLIA DURANTE A FORMAÇÃO PRESBITERAL CATÓLICA DE UM DE SEUS MEMBROS

Pesquisador: Walquíria da Conceição Ferreira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 42461515.6.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 963.522

Data da Relatoria: 12/03/2015

Apresentação do Projeto:

O tema central deste trabalho é a família. O projeto busca compreender e refletir sobre o processo de formação presbiteral, fazendo algumas considerações da importância da família neste decurso. Para melhor entendimento do tema aborda a importância da família em uma visão histórico-social, uma vez que este é pensado, pesquisado e discutido nas sociedades como também em distintas vertentes políticas e acadêmicas/científicas, haja visto que é um fenômeno universal. A tônica da pesquisa é a família contemporânea, buscando compreender o que é ser padre nos dias atuais. Desta forma, busca analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral. O método utilizado para a coleta de dados é a entrevista e a análise dos dados será a análise de conteúdo. Espera-se ao final identificar as mudanças psico e sociais nos membros da família do sujeito em formação presbiteral como no seu sistema familiar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Analisar os sentidos e significados produzidos pelas famílias a partir da presença de um de seus membros em formação presbiteral.

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico CEP: 30.535-001
UF: MG Município: BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 Fax: (31)3319-4517 E-mail: cep.proppg@puominas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



Continuação do Parecer: 903.522

Objetivos Secundários:

a) compreender qual é o significado de ser presbítero na contemporaneidade; b) conhecer as exigências feitas para a formação do presbítero e suas interferências na família; c) investigar as possíveis mudanças decorrentes na estrutura familiar do presbítero depois deste ter iniciado o seu processo formativo; d) identificar e analisar as mudanças psíquicas produzidas nos membros que constituem a família do sujeito em formação presbiteral.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Segundo a autora, não há riscos previstos para os participantes da pesquisa. Mas se durante o processo da entrevista o participante sentir constrangido e ou por algum motivo se sentir desconfortável para dar continuidade, será interrompida, momentaneamente, a entrevista.

Benefícios: Segundo a autora, para a Psicologia: A família é um tema muito importante discutido nas ciências humanas e sociais, entretanto, na literatura não foram encontradas referências que trata a questão aqui proposta. Portanto, esta pesquisa sugere conhecer uma realidade ainda oculta; para os profissionais envolvidos no processo de formação presbiteral e para as famílias: A partir da observação e diálogos com formadores presbiteral, as casas de formação e os seminários se preocupam com todos os detalhes necessários para dar assistência aos candidatos em formação presbiteral, mas não desenvolvem nenhum trabalho específico para com as famílias.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Atende às solicitações do CEP/PUC Minas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados e estão de acordo com as normas vigentes.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Peça aprovação do projeto.


Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 226
 Bairro: Coração Eucarístico CEP: 30.535-001
 UF: MG Município: BELO HORIZONTE
 Telefone: (31)3319-4517 Fax: (31)3319-4517 E-mail: cep.propgg@pucminas.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG 

Continuação do Parecer 983.522

Considerações Finais a critério do CEP:

BELO HORIZONTE, 12 de Março de 2015

Assinado por:
CRISTIANA LEITE CARVALHO
(Coordenador)

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico CEP: 30.535-901
UF: MG Município: BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 Fax: (31)3319-4517 E-mail: cep.proppg@pucminas.br